



Olena Pozhoga

A relação identidade-conflito: o caso ucraniano

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais – Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento, orientada pela Professora Doutora Vanda Amaro Dias e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Coimbra, julho de 2018



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Olena Pozhoga

A relação identidade-conflito: o caso ucraniano

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientadora: Prof. Doutora Vanda Amaro Dias

Coimbra, julho de 2018

AGRADECIMENTOS

Com toda a sinceridade, queria agradecer

À minha orientadora, Doutora Vanda Amaro Dias, pela sua orientação e total disponibilidade, pelas opiniões e comentários, por todas as palavras de incentivo e apoio ao longo deste percurso;

À Doutora Sofia José Santos, pelo trabalho indispensável no Seminário de Acompanhamento, pelo ambiente colaborativo e profissional o que permitiu superar as dificuldades que surgiam na elaboração dos trabalhos;

Ao todo o núcleo de professores de Relações Internacionais pelo conhecimento adquirido e pela excelência da formação prestada ao longo meu percurso académico na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra;

Um especial agradecimento à minha família e ao meu noivo, pelo apoio incondicional em todos os caminhos que escolhi seguir;

À minha amiga Olga e aos colegas do mestrado que partilharam suas opiniões e ajudaram a estruturar as ideias deste projeto;

Muito obrigada.

RESUMO

O mundo atual reflete uma complexa realidade internacional que consiste numa multiplicidade de relações pacíficas e conflitantes entre estruturas e agentes que resultam em profundas mudanças identitárias dos povos. Assim, no âmbito desta problemática, o presente estudo debruça-se sobre o processo de construção identitária influenciada por diferentes atores, nos países que se tornam palco de guerra. Pretende-se compreender as causas e as consequências destes conflitos nas dinâmicas identitárias – vistas como sendo peças-chave no mosaico histórico de uma nação.

Argumenta-se que a consideração da componente identitária é imprescindível para a desconstrução do processo de diferenciação das partes em confronto num conflito, constituído também uma fundamentação para a mobilização social e para o uso da força. Aposta-se na verificação do processo de co-constituição entre a identidade e o conflito através da análise dos atos discursivos, leis, criação de novas instituições e aparecimento de novas dinâmicas sociais.

A dissertação foca o estudo de caso ucraniano, nomeadamente no contexto de crise associado aos protestos do EuroMaidan, da Revolução da Dignidade, da anexação da Crimeia e do conflito em Donbas, com o objetivo de verificar as mudanças e reciprocidades existentes entre o contexto histórico, a estrutura governamental e a sua orientação ideológica, com as dinâmicas de resistência e/ou alinhamento dos agentes, no processo de construção das identidades. Nesta análise foi aplicada a lente construtivista devido ao seu enfoque no processo de construção social e intersubjetiva de elementos como as identidades, a cultura, os interesses, as normas, os agentes e as estruturas – fundamentais para o entendimento das dinâmicas de categorização social e construção das matrizes de significados que levam à diferenciação, competição e conflitos.

Através desta análise conclui-se que existe uma forte relação entre o conflito e a identidade e que as identidades se encontram em constante transformação, a qual se acentua com a gradual diferenciação do “eu” em relação ao “outro”, sustentada pelo entendimento intersubjetivo de significados e ações que guiam os interesses dos atores e são centrais para o desenrolar de dinâmicas de conflitualidade.

Palavras-chave: Conflito; Construtivismo; Identidade; Ucrânia.

ABSTRACT

The contemporary world reflects a complex international reality that consists on a multiplicity of peaceful and conflicting relations between structures and agents, which result in deep changes at the level of national identities. Consequently, in this problematic context, this study focuses on the process of identity construction influenced by different actors, in countries that become stages of war. It is intended to understand the causes and consequences of these conflicts on the dynamics of the consolidation of identities – perceived as key pieces in the historical mosaic of nations.

The author asserts that the consideration of the identity component is essential for the deconstruction of processes of differentiation between the conflicting parts, as well as the basis for social mobilization and the use of force. This study intends to verify the co-constitution process between identity and conflict through the analysis of discursive acts, laws, creation of new institutions and the emergence of new social dynamics.

The dissertation focuses on the current Ukrainian crisis, namely the EuroMaidan protests, the Revolution of Dignity, the annexation of Crimea and the Donbas conflict, in order to emphasize the changes and existing reciprocities between the historical context, the governmental structure and their ideological orientation, with the dynamics of resistance and/or alignment of agents, in the identity construction processes. This analysis resorts to Constructivism as the theoretical framework due to its emphasis on the intersubjectivity of the process of social construction of elements such as identities, culture, interests, norms, agents and structures, considered as fundamental for understanding the dynamics of social categorization and the construction of milieus of meanings, which can take to differentiation, competition and conflicts.

The study highlighted the existence of a strong relation between conflict and identity and the fact that identities are in permanent transformation, which results on the gradual differentiation of “us” from the “other”, sustained by the intersubjective meaning of actions that influence actors’ interests and are central to the development of conflicting dynamics.

Keywords: Conflict; Constructivism; Identity; Ukraine.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
1. Capítulo teórico – Construtivismo: identidade, cultura e conflito.....	7
1.1. A teoria Construtivista em Relações Internacionais	7
1.1.1. A identidade e a cultura	12
1.1.2. Considerações finais.....	21
2. A importância da identidade em contexto de conflito armado.....	22
3. Introdução ao estudo de caso ucraniano: contextualização identitária da nação ucraniana	31
3.1. Principado de Kyiv	32
3.2. <i>Sich de Zaporozhja</i> – A era dos Cossacos.....	33
3.3. O domínio do Império Russo.....	35
3.4. Período soviético: a oferta da Crimeia	36
3.5. Relações entre a Ucrânia e a Federação Russa até 2013.....	39
3.5.1. A questão da desnuclearização	39
3.5.2. A questão linguística	40
3.5.3. A questão energética	41
3.5.4. A questão religiosa	42
3.6. Considerações finais.....	43
4. O processo de construção da “nova” identidade ucraniana e o conflito com a Rússia.....	45
4.1. O Movimento EuroMaidan e a Revolução da Dignidade	47
4.2. Da revolução até ao renascimento do <i>Sich</i> de Zaporozhja.....	51
4.3. Um novo rumo para a Ucrânia – o governo interino pós-Maidan.....	54
4.4. O conflito com a Rússia e o reforço da identidade ucraniana	56
4.4.1. A anexação da Crimeia	56
4.4.2. O conflito no Donbas.....	58
4.4.3. As eleições presidenciais pós-Maidan e a identidade ucraniana.....	60
4.4.4. Consolidação da identidade ucraniana	67
4.5. Considerações finais.....	72
Conclusões	76
Referências Bibliográficas	81

INTRODUÇÃO

O atual sistema internacional representa uma complexa estrutura composta por múltiplas dinâmicas de paz e de conflitos. Conta com diferentes atores estatais e intergovernamentais permanentemente envolvidos num grande jogo de poder, o que resulta num acréscimo de conflitos com especificidades próprias, distintos das guerras clássicas, que se repercutem em mudanças culturais e identitárias dos povos (Kaldor, 1999). Os Estados, conjugando as suas orientações ideológicas direcionam as suas políticas através de instrumentos como: meios de informação, leis, discursos políticos e novas instituições, forjando assim, uma identidade nacional, o que representa uma questão com especial interesse e destaque no seio da presente dissertação. Parte-se do pressuposto que o estudo focado na construção identitária influenciada por diferentes atores, nos países que se tornam palco de guerra, é indispensável para a compreensão das causas e principalmente das consequências destas novas guerras, que alteram a conjuntura internacional e evidenciam uma viragem histórica nas sociedades contemporâneas.

O entendimento do processo de construção identitária é imprescindível para a compreensão do conflito. A identidade permite definir as partes do combate – “nós” e “eles” – e constitui uma justificação para a mobilização social e para o uso da força (Cook-Huffman, 2009: 19). A consideração da co-constituição entre identidade e segurança, tal como das vantagens inerentes à análise das questões identitárias que permitem ampliar o conjunto de instrumentos das abordagens convencionais com novos elementos conceptuais e metodológicos no âmbito de estudos de segurança, são fulcrais para o domínio da resolução de conflitos e construção de novas estratégias de cooperação internacional (Bilgin, 2010).

A presente investigação é centrada no argumento que a questão identitária constitui uma peça-chave no mosaico histórico de uma nação – comunidade unida por uma determinada designação, símbolos, origem geográfica e étnico-social, memória histórica e por um conjunto de valores espirituais, culturais e políticos (Bretsko, 2014). É a identidade – consciencialização e sentimento de pertença a uma comunidade nacional, que leva as pessoas a aderirem às revoluções e aos conflitos e, ao mesmo tempo, constrói-se através e durante esses processos turbulentos (Cook-Huffman, 2009: 19, 20). Assim, tendo em mente a problemática e o

argumento referidos, esta dissertação pretenderá responder à seguinte pergunta de partida: como a identidade nacional é influenciada em contexto de violência armada?

O estudo procura demonstrar de que forma o conflito armado afeta o desenvolvimento da ideia nacional dos povos, o seu sentimento de pertença, nacionalismo, patriotismo e autoidentificação com um grupo cultural, principalmente através da análise de atos discursivos, leis, criação de novas instituições e aparecimento de novas dinâmicas sociais. O objetivo desta análise é verificar as mudanças e reciprocidades existentes entre o contexto histórico, a estrutura governamental e a sua orientação ideológica, com as dinâmicas de resistência e/ou alinhamento dos agentes, internas à sociedade, no que toca ao surgimento de uma identidade nacional renovada.

A dissertação foca o estudo de caso ucraniano, partindo da contextualização da construção da identidade nacional do país, identificando os principais marcos históricos neste processo. Seguidamente será analisado o momento de viragem – a Revolução da Dignidade, abordando principalmente a mudança cultural transmitida pela autoidentificação deste povo, nos anos da revolução 2013-2014 – de modo a verificar as dinâmicas referentes à identidade neste período, e nos anos imediatos até à atualidade – marcados pelo conflito russo-ucraniano, de forma a identificar transformações relevantes e produzir uma análise holística da construção da ideia nacional ucraniana.

A seleção do estudo de caso ucraniano prende-se com a atualidade e relevância para a análise de influências identitárias em contexto de crise política e conflito armado. O direto envolvimento da Federação Russa e dos atores ocidentais torna a crise ucraniana num fenómeno não só interno, mas também regional e internacional, visto que impacta diretamente sobre a perceção da identidade e segurança europeia.

Ontologicamente a identidade será percecionada como algo socialmente construído. De forma a oferecer uma abordagem integral e mais diversificada será utilizada a corrente construtivista como abordagem teórica, pois esta lente permite olhar para além do determinismo realista, considerando elementos normativos e oferecendo instrumentos de análise dinâmicos e interpretativos, que facilitam o entendimento dos processos de construção social da identidade.

Neste quadro, Alexander Wendt (1996; 2007) aponta para a existência de uma identidade corporativa – entendida como o conjunto de qualidades intrínsecas individuais dos atores – e de uma identidade social – o conjunto de significados que um ator atribui a si mesmo enquanto um objeto social entre outros. Esta identidade social é o elemento chave da ligação mútua entre o agente e a estrutura. É importante olhar para as estruturas regionais e globais – contextos de interação que podem inibir ou facilitar o surgimento de identidades coletivas, através de processos sistémicos – como contexto externo que condiciona as dinâmicas internas do Estado. Assim, o surgimento de um inimigo/ameaça externo leva à mudança de comportamentos, afetando os interesses e as identidades. Nestas circunstâncias, o processo sistémico pode resultar na convergência social, devido à crescente interdependência entre atores, originando uma tendência para a redução da heterogeneidade identitária entre os mesmos e a acentuação da diferença entre “nós” e “eles” – os inimigos.

Nicholas Onuf (1998), Iver Neuman (1996) e Maya Zehfuss (2001) invocam ainda a importância do discurso no processo de construção das identidades individuais e coletivas, dos interesses, e da interdependência entre a sociedade e as instituições – estrutura, agentes e regras –, o que sublinha o papel da linguagem no desenvolvimento da ideia nacional – visto como algo dinâmico e construído pelos agentes e seus comportamentos. Paul Kowert (1998) aponta para o valor dos símbolos e dos atos discursivos – elementos de manipulação no processo de construção da identidade coletiva. Os presentes contributos serão indispensáveis para a compreensão da construção identitária em cenário de conflito, bem como dos desafios que uma identidade nacional poderá enfrentar neste contexto. Por outro lado, é fundamental ter em conta o facto de que as concepções da era Westphaliana já não têm a mesma soberania intocável devido aos desafios colocados pela globalização, pelo capitalismo e pela securitização da questão identitária (Ferguson e Mansbash, 1996: 21-44).

Será feito um estudo crítico do nível de análise nacional tendo por objetivo demonstrar a interação entre o agente e a estrutura na construção/redefinição/consolidação da identidade, porém tendo presente uma visão global e reconhecendo a interdependência entre o contexto local e internacional. Isto passa pela problematização da forma como as relações entre a Ucrânia e a Rússia – estrutura que rege o atual conflito no caso ucraniano – influenciam os agentes – a população ucraniana, as organizações não-governamentais e movimentos nacionalistas, entre

outros – e levam à transformação da sua identidade. Para o efeito importa identificar as principais políticas identitárias governamentais pós-EuroMaidan, como a *decomunização* – a doutrina política destinada à proibição de símbolos soviéticos e ideologias extremistas e comunistas, que apresenta um dos pilares da construção de nova identidade nacional –, a lei da limpeza governamental (*lustration*) – destinada a identificar e afastar do poder os representantes do anterior sistema corrupto, oligárquico e antidemocrático – e a *descentralização* do poder – projeto político direcionado para promover a delegação do poder às comunidades locais e órgãos de administração regional. Por outro lado, será focado como o agente – a população ucraniana, as elites nacionalistas, as organizações não-governamentais, entre outros – influencia a estrutura no que se refere à construção da identidade, por forma a compreender como a identidade nacional é transformada em contexto de conflito.

A metodologia de análise baseia-se na revisão bibliográfica, na qual se incluem recentes estudos sociológicos, artigos científicos, monografias, estatísticas e discursos oficiais, publicações de documentos de desenvolvimento estratégico, leis e decretos de lei da legislação ucraniana, assim como a Constituição da Ucrânia. A investigação recorre também à análise de um estudo de caso ucraniano, como referido anteriormente, no período entre 2013 e até à atualidade. Esta baliza temporal justifica-se pelo início do Movimento EuroMaidan, em novembro de 2013, que despoletou uma série de dinâmicas políticas, que levaram à eclosão do conflito no leste ucraniano e às mudanças identitárias ao nível nacional.

Este trabalho pretende oferecer uma visão inovadora sobre processos contemporâneos de formação da identidade de uma nação. Pretende-se também contribuir para ampliar o conhecimento sobre dinâmicas identitárias e verificar de que forma o sentimento de identidade nacional é um elemento catalisador do momento de transição num país. O âmbito do tema permite enquadrá-lo nos moldes de estudos da paz, segurança e resolução de conflitos, assim como poderá oferecer um projeto de investigação, crítico e arrojado, no domínio de relações internacionais sobre a temática identitária no caso particular e atual da sociedade ucraniana, espetro ainda pouco investigado pela comunidade académica, que por outro lado representa um caso peculiar, devido à sua importância não só a nível nacional e regional, mas igualmente global.

O próximo capítulo será dedicado à componente teórica, contendo uma análise aprofundada da perspectiva construtivista. Será identificada a sua singularidade perante as teorias clássicas das Relações Internacionais (RI), nomeadamente o seu foco na construção social da realidade, na importância da identidade, das ideias, dos interesses e do contexto histórico. Esta parte dedica-se também à definição dos principais conceitos usados nesta reflexão – identidade e conflito – segundo a teoria construtivista.

O segundo capítulo analisa onexo entre a identidade e o conflito, assim como a importância de compreender a questão identitária para as estratégias de resolução de conflitos. Tenciona-se avançar para além das abordagens clássicas e focar as causas em vez dos sintomas dos conflitos, olhando para a identidade como sendo uma necessidade básica do ser humano. Segundo o trabalho de Stephen Reicher (2004) a identidade será vista como produto e projeto, com objetivo de analisar os mecanismos de produção, mas igualmente compreender as transformações identitárias numa situação de conflito.

O terceiro capítulo introduz o estudo de caso. Será feita uma contextualização histórica de forma a identificar os primórdios da construção da identidade ucraniana e as suas características. Seguidamente, serão identificados importantes marcos na trajetória de formação desta identidade, que não raramente se articulam com momentos de conflito e de guerra, que marcaram o processo de transformação e consolidação da identidade e que são essenciais para a compreensão da situação atual. Pretende-se passar de forma concisa por períodos como: o Principado de Kyiv, o *Sich de Zaporozhja* e o Tratado de Pereiaslav, o Império Russo, o período soviético e o período pós-independência ucraniana. No foco desta contextualização estarão as relações entre a Ucrânia e a Rússia, visto que este Estado é um ator com especial peso geopolítico e normativo na construção identitária ucraniana. O objetivo desta parte será apresentar o contexto, os eventos, os atores e as características da identidade analisada.

No quarto capítulo será feito um mapeamento das principais mudanças identitárias entre os anos 2013-2018 – marcados pelos processos turbulentos como: o Movimento EuroMaidan, a Revolução de Dignidade, a anexação da Península da Crimeia e conflito em Donbas. Tenciona-se explorar as principais dinâmicas traduzidas pelas políticas estatais - a *decomunização*, *descentralização*, e a limpeza governamental dos governadores oligarcas e corruptos –, pelas tendências sociais (vaga de voluntariado, por exemplo) e pela orientação geopolítica e

estratégica do país para a integração europeia e para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que redefiniram a ideia nacional e o auto-entendimento dos ucranianos em contexto de conflito armado. Este capítulo pretende ainda analisar o resultado das políticas e mudanças identificadas sobre a estrutura e o agente, assim como sobre a identidade ucraniana. Para o efeito, conclui-se com a análise de como o contexto de guerra influenciou a construção identitária ucraniana e como, de forma inversa, esta “nova” identidade contruída pode contribuir para resolução/perpetuação do conflito russo-ucraniano.

1. Capítulo teórico – Construtivismo: identidade, cultura e conflito

1.1. A teoria Construtivista em Relações Internacionais

Tradicionalmente, a identidade tem sido uma questão relativamente marginal no debate académico e na prática da política internacional. As teorias clássicas das RI, focadas em elementos de *hard power*, como o poder militar (Nye, 2004), desvalorizaram dinâmicas relacionadas com o sentimento de pertença a um grupo cultural e a identidade nacional, com importantes repercussões na formulação de políticas internacionais com vista à resolução de conflitos. Esta falha teórica e estratégica demonstrou uma urgente necessidade de integrar o plano nacional nas discussões e reflexões sobre dinâmicas internacionais, principalmente no domínio do aconselhamento político para o desenvolvimento de novas abordagens de resolução de disputas, tendo em conta a componente identitária (Lapid e Kratochwil, 1996: 105, 121). Destaca-se, neste contexto, uma viragem no enfoque na paz político-militar para a segurança humana e uma tendência para o apoio das políticas de construção identitária ao nível nacional, regional e global (Paris, 2001). É neste contexto que surgem abordagens referentes a uma paz híbrida que conjugue a dimensão internacional com o contexto local (Richmond, 2006). Como explica Massey, “hybrid forms of peace represent an intersubjective mediation between local and international scales and norms, institutions, law, right, needs and interests, depending on both power and legitimacy” (Massey apud Richmond, 2015: 51). Assim, desde as últimas décadas do século XX, a identidade tem vindo progressivamente a ocupar um lugar de destaque nas novas correntes teóricas empenhadas em colmatar esta lacuna, de entre as quais se destaca o Construtivismo (Neumann, 1996: 140).

O fim da Guerra Fria repercutiu-se no alastrar do separatismo nacionalista e no crescente número de conflitos étnicos, o que evidenciou uma mudança cultural e uma consideração do fator identitário no contexto da transformação económica e geopolítica. Assim, tornava-se urgente adaptar as abordagens que procuram explicar o mundo social e político, o que forçou uma profunda revisão das teorias das RI (Lapid, 1996: 3, 4; Weldes et al, 1999: 1). Para esta evolução, muito contribuiu a abordagem construtivista que enfoca a constituição mútua de agentes e estruturas e oferece uma leitura alternativa dos conceitos centrais das RI como a anarquia, o poder, a relação entre identidade e interesses, abrindo ainda perspetivas para integrar a

possibilidade de mudança e a redefinição das políticas globais (Hopf, 1998: 172). É neste contexto que, a partir do impulso gerado pelas correntes mais críticas das RI, a identidade e a cultura ressurgem e ganham maior peso nestes debates.

O Construtivismo propõe caminhos para o entendimento do nacionalismo, etnicidade, raça, gênero, religião, sexualidade e de outras comunidades intersubjetivas que têm relevância na política global. No cerne dos seus fundamentos teóricos está a desnaturalização do mundo social, ou seja, a ideia de que as instituições, práticas e identidades não são elementos naturais, mas antes construções sociais. Para além disso, faz uma opção pela intersubjetividade no que se refere ao entendimento da realidade, sendo que a contextualização ocupa igualmente um lugar de destaque na análise de eventos sociais e políticos. O nexos entre o poder e o conhecimento, assim como o poder de criar práticas sociais são também centrais nos postulados construtivistas. Com base nestes pressupostos, o Construtivismo enfatiza a agência dos indivíduos assente no entendimento que a relação entre estes e as estruturas é mutuamente constituída (Hopf 1998: 182; Adler, 1997: 324). Desta forma, a noção da construção intersubjetiva da realidade e do contexto é crucial no pensamento construtivista, pois somente assim as ações e comportamentos adquirem significado social (Zenhfuss, 2001: 318).

Muitos teóricos das RI celebram o Construtivismo como uma grande viragem teórica que visa uma abordagem reflexiva, ousando compreender a realidade social e alargar o conhecimento sobre a mesma para lá das explicações tradicionais vinculadas por realistas e liberais (Aalberts e Munster, 2008: 720; Guzzini, 2000: 150-154). No fundo, o Construtivismo desafia as abordagens clássicas apontando para as problemáticas marginalizadas, pretendendo olhar para dentro dos Estados, para os interesses e para a construção social dos fenómenos internacionais. Contudo, o Construtivismo quer compreender este mundo e não transformá-lo (Farrell, 2002: 51, 59, 72), diferenciando-se assim da Teoria Crítica e do pós-estruturalismo.

O artigo *“Anarchy is what states make of it”*, de Alexander Wendt (1992), consagrou o Construtivismo como alternativa às visões tradicionais das RI, confirmando a sua dimensão de interpretação subjetiva e a ênfase na construção social da realidade. O autor apresenta uma nova perspetiva sobre a anarquia internacional, demonstrando como esta é construída pelos Estados, ou seja, depende da perceção que um ator tem em relação a outro e como esta perceção se reflete em sentimentos de segurança ou insegurança (Wendt, 1992: 394). A compreensão do “eu” e do

“outro”, e por consequente, dos interesses securitários, desenvolve-se – constrói-se – a partir do processo de interação, não podendo por isso ser considerada de forma objetiva (Zenhfuss, 2001: 318).

Wendt defende que a anarquia e a distribuição de poder, tal como definidas pelo Realismo, são insuficientes para determinar as identidades do “outro”. Este são elementos relevantes, porém não são os únicos a considerar para compreender os cálculos estratégicos dos atores. As estruturas intersubjetivas são fundamentais para a formação das identidades coletivas, e são elas que providenciam os significados às estruturas materiais (Wendt, 1992: 397). Novamente a identidade do ator tem o papel central na compreensão das ameaças – o poder nuclear de países europeus por exemplo, é visto como diferente do poder nuclear de Estados considerados não Ocidentais, como o Irão. Os construtivistas constatam que os Estados cooperam para combater determinadas ameaças – como o Estado iraniano, percebido como uma ameaça por não seguir os princípios das Nações Unidas, por exemplo –, porém quanto maior for a probabilidade de conflito, maior será a percepção de ameaça, e maior a divergência entre identidades, o que pode dificultar a cooperação (Wendt, 1996: 54-55; Hopf, 1998: 187).

A segurança surge como uma necessidade ontológica do Estado, uma vez que as ameaças externas são fundamentais e necessárias para a construção da sua identidade. Assim, as inseguranças e ameaças são importantes não só porque prejudicam a sobrevivência do Estado e precisam de ser eliminadas, mas principalmente porque elas constituem o Estado, devido ao facto de este produzir o seu auto-entendimento e identidade, através da comparação e crescente oposição entre si e o “outro” (Hansen, 2006: 34; Weldes et al, 1999: 13-17).

Segundo a lógica construtivista as pessoas reproduzem a sociedade e a sociedade influencia os indivíduos. As regras sociais derivam da relação entre a sociedade e as pessoas, definindo o que os agentes devem fazer (o que é socialmente aceite), mas oferecendo-lhes a possibilidade de diferentes escolhas (Onuf, 1998: 59). As regras são necessárias para a localização dos agentes na estrutura. Assim, os indivíduos podem ser definidos como agentes no âmbito de uma estrutura estatal, por exemplo, da mesma forma que Estados podem ser vistos como agentes na estrutura internacional (Gould, 1998: 83). Onuf (1998: 68) distingue dois tipos de regras: as constitutivas, que são operacionalizadas no processo de construção social, e as regras regulativas, que são ativadas para o controlo social.

Todas as interações dos agentes com as regras – o cumprimento, a redefinição, ou o desrespeito das mesmas – constituem práticas. Os agentes agem nas sociedades através de práticas com a finalidade de atingir os seus objetivos, que refletem as suas necessidades e desejos, de acordo com as conjunturas sociais. Neste processo, os agentes tendem a atuar segundo regras, que proporcionam um caminho para a concretização dos seus objetivos. Este conjunto de regras e práticas transformam-se em instituições, que por um lado, estabelecem uma estrutura que guia os agentes nos seus comportamentos, mas, por outro, são elas próprias construídas e definidas pelas práticas dos agentes e a sua interação com as instituições. O conjunto de regras, instituições e dinâmicas sociais inerentes compõem uma estrutura que deve ser reconhecida pelos agentes (Onuf, 1998: 58-71). Um Estado pode ser um exemplo ilustrativo de uma estrutura. Assim, um Estado emana leis e possui legislação – as regras –, tem um aparato institucional que regula a vida das pessoas, segundo um determinado código de procedimentos, e é passível de mudança, uma vez que existe um conjunto de dinâmicas sociais como as revoluções e os protestos, por exemplo, que podem iniciar um processo de redefinição das regras e instituições. Para a organização estatal descrita ser efetiva enquanto estrutura, é fundamental que seja reconhecida pelos agentes – os seus cidadãos.

O Construtivismo defende que as estruturas sociais não podem, por si só, fornecer uma base sólida para a formação da identidade, visto que os agentes e o seu comportamento são igualmente cruciais neste processo (Kowert, 1998: 103). A língua emerge aqui como importante mecanismo social, um sistema de sinais que produz significados político-sociais através da construção simultânea e constante da identidade e da diferença, constatando-se uma interdependência entre estes dois elementos (Hansen, 2006: 17).

Maja Zehfuss (2001: 332-338) reitera que a prática discursiva é uma componente fundamental no processo de redefinição da identidade. Através da retórica os dirigentes de Estado podem reconstruir os princípios da identidade e os interesses do país. Os “novos” princípios invocados, devido à necessidade de integração num sistema de valores, repercutem-se em mudanças, reajustes e contestação dos traços identitários, dos interesses do Estado e das suas ações no plano doméstico e na política internacional.

Assim, a língua é uma característica central da identidade nacional, e é cada vez mais invocada na construção identitária pelas elites políticas (Neumann, 1996: 143,144). A língua e a

linguagem podem desafiar as concepções históricas e servir os interesses políticos, criando e reforçando uma certa identidade (Kowert, 1996: 105). Nicholas Onuf (1998: 59) afirma que falar é fazer, evidenciando que o discurso é essencial na construção da nossa visão do mundo. Contudo, os significados dos factos são construídos no âmbito discursivo, o que impede a linguagem de ser um instrumento neutro para a interpretação da realidade (Aalberts e Munster, 2008: 729). A identidade pode ser visível nas diferenças linguísticas das comunidades, isto é, as modificações e peculiaridades de uma língua dependem das identidades do “eu” e do “outro” – de práticas constitutivas de categorização fundamentais para a construção de significados e consolidação de identidades (Kowert, 1998: 105, 106).

Os indivíduos são constantemente confrontados com a questão da sua autoidentificação e com a localização dos outros na complexa rede de categorização social, que periodicamente questionam a sua posição. Quando as comunidades estão em competição e em situação de conflito, as suas identidades e valores tendem a acentuar as diferenças entre os mesmos. Além disso as pessoas têm inclinação para exagerar as suas perceções em relação aos outros com o objetivo de tornar a memorização e a categorização mais fácil. Constata-se, porém, que a dinâmica de crescente heterogeneidade intergrupala é coincidente temporalmente com a tendência de homogeneidade intragrupal, favorecendo desta forma a coesão identitária de uma comunidade em situações de conflito (Kowert, 1998: 106, 110; Weldes et al, 1999: 58, 59).

Para o Construtivismo, o poder é mais abrangente que a dimensão material. Ele assume-se como a autoridade de determinar o entendimento comum que constitui as identidades, os interesses e as práticas vigentes num determinado contexto. No caso dos Estados, o poder é a capacidade de monopolizar os recursos necessários para impor a sua visão do mundo, assim como conferir ou negar o acesso a determinados bens e benefícios. É a capacidade de estabelecer regras do jogo e coagir outros atores a respeitá-las e interiorizá-las como as suas próprias regras. Assim, existe uma estreita relação entre o poder e o conhecimento, por consequente o conhecimento não é neutro e reproduz uma certa ordem social que beneficia uns em detrimento de outros. Nesta perspectiva o poder é essencialmente institucional e as organizações são importantes espaços de poder, uma vez que é no seu seio que se formam identidades e interesses, num processo potenciado pelo conjunto de recursos materiais e simbólicos que as organizações têm ao seu

dispor condicionando a forma como os agentes se autopercecionam e agem no mundo (Adler, 1997: 336; Guzzini, 2000: 169-173).

A lente construtivista olha para lá do poder material dos Estados, evidenciando que os discursos, as ideias, a cultura, a ideologia, a língua são importantes elementos a considerar no entendimento das políticas nacionais e internacionais. De facto, o poder de criar práticas sociais, que nasce da retórica e do discurso, é um elemento chave da atual estrutura internacional. São estas práticas que possibilitam a estabilidade e ordem das estruturas, pois definem os padrões comportamentais que um Estado deve seguir, sustentando, desta forma, as práticas existentes, e moldando a sua identidade interna. Assim, se um ator infringir as práticas vigentes, terá de acarretar as consequências da mudança nas práticas (internacionais ou nacionais) que poderão repercutir-se na mutação da sua identidade. Por exemplo, se um Estado desrespeitar os princípios da Carta das Nações Unidas, este poderá ser sancionado e/ou isolado diplomaticamente pelos outros agentes, o que por um lado resultará na confirmação ou fragilização das práticas existentes, e, por outro lado, pode influenciar a consolidação identitária do próprio Estado que desrespeitou as regras (Hopf, 1998: 177-179).

1.1.1. A identidade e a cultura

Conceitos como a cultura e a identidade demonstram um interessante trajeto teórico. Durante décadas o seu significado foi tido como evidente e não problemático. Porém, estes são atualmente vistos como conceitos mais difíceis de definir e especificar, considerados como cruciais para o entendimento da realidade contestada e híbrida em que vivemos (Lapid, 1996: 6-7; Weldes et al, 1999: 1). A noção de multiplicidade, pluralidade de significados e construção social são os motivos que promoveram o repensar destes conceitos. Daqui começa a emergir o entendimento da cultura e da identidade como construções sociais, passíveis de transformação através de processos de aprendizagem social (Zenhfuss, 2001: 322; Demmer, 2012: 18). Neste processo constitutivo, as culturas fornecem material simbólico para a formação das identidades, funcionando como a matriz em que os indivíduos constroem o entendimento de si próprios, a forma como devem agir e o seu futuro. Por seu lado, a identidade assume-se como instrumento executivo – a unidade de ação da cultura (Lapid, 1996: 8-9).

A reinvenção da cultura no âmbito da política internacional, que permitiu analisar a componente cultural como objeto de investigação e como origem de inseguranças, culminou na conclusão de que todas as inseguranças são culturalmente produzidas. Isso acontece devido ao facto de “as inseguranças serem produzidas dentro e fora do contexto em que os indivíduos atribuem significados às suas ações, experiências e fazem sentido da sua vida” (Katzenstein, 1996: 6). A cultura abrange um conjunto de padrões de avaliação e de aprendizagem que definem os atores no sistema, os seus comportamentos e as relações mútuas, surgindo assim, como grande estrutura de significação que afeta os indivíduos (Katzenstein, 1996: 6-7).

Assim, a cultura pode ser definida como uma “multiplicidade de discursos ou ‘códigos de inteligibilidade’ através dos quais é produzido o significado, incluindo os discursos sobre ‘a cultura’ em si” (Weldes et al, 1999: 1). Podemos olhar para a cultura como uma matriz de significados composta por códigos e representações, possivelmente controversos, que constituem um conjunto de interpretações da realidade, num determinado momento histórico (Weldes et al, 1999: 1-2). O facto de as representações poderem ser contestadas leva à necessidade de uma contínua reprodução das mesmas, ou seja, os significados da realidade estão sempre em construção e transformação. Assim, a cultura é um terreno de permanente batalha discursiva, composta por práticas linguísticas e materiais que não são neutras, uma vez que dependem da interpretação da realidade e da socialização dos indivíduos (Weldes et al, 1999: 16; Aalberts e Munster, 2008: 730).

A redescoberta da cultura em RI trouxe para a análise dos fenómenos internacionais fatores como as ideias, as comunidades epistémicas, as normas, entre outras, permitindo desconstruir as identidades e os comportamentos dos atores, bem como as suas matrizes de significados (Weldes et al, 1999: 3). Estas matrizes são culturais, visto que são produzidas por determinados discursos e códigos de inteligibilidade que proporcionam uma categorização que enquadra o nosso entendimento do mundo. Este entendimento é ele próprio um fenómeno social, gerado a partir das práticas e categorias que permitem às pessoas interagir entre si e com o seu meio envolvente. Nestes moldes, as identidades e as ameaças são fruto de representações – do “eu” e do “outro” – que resultam das narrativas, memórias coletivas, crenças e perceções que definem e constroem a realidade social (Weldes et al, 1999: 13-14; Guzzini, 2000: 159-160).

Jutta Weldes (1999: 35- 62) na sua análise da Crise do Mísseis de Cuba demonstra que as representações e significados são culturais, uma vez que advêm da construção discursiva da identidade. É exemplificado como a identidade dos Estados Unidos da América (EUA) – potência global que representa a liberdade e a credibilidade internacional – justificou as ações dos decisores políticos neste contexto específico. Além disso, esta crise internacional despoletou uma redefinição da identidade americana, fortalecendo-a interna e internacionalmente e diferenciando-a em relação ao “outro” – a União Soviética.

Constata-se que o Estado, não sendo o único, é um importante produtor das representações e dos discursos de ameaça. Atualmente, a estrutura estatal pretende monopolizar não só o uso legítimo da força, como também “o poder simbólico”: o direito à identidade e à cidadania, entre outros (Demmer, 2012: 22). As narrativas nacionalistas reproduzem “‘comunidades imaginadas’ unidas por sangue, língua ou cultura” (Anderson, 1991 *apud* Weldes et al, 1999: 15), que podem transcender as fronteiras estatais, como sucede atualmente no País Basco. Neste tipo de situações, os interesses destas comunidades imaginadas podem ser opostos aos interesses dos Estados onde as mesmas se inserem, levando a que os Estados se assumam como a ameaça à sua identidade, não obstante o seu tradicional papel de guardião da segurança e da ordem dentro das suas fronteiras (Weldes et al, 1999: 15).

Constatamos assim que os construtivistas podem demonstrar como algo invisível – a cultura e a identidade – pode influenciar o visível – os comportamentos (Farrell, 2002: 62). Isso é particularmente relevante para a compreensão de crises culturalmente construídas, que são importantes para a produção da identidade, a consolidação do poder estatal e a diferenciação entre o “eu” e o “outro” no plano interno e externo (Weldes, 1999: 58).

1.1.1.1. A identidade

De acordo com uma leitura construtivista da realidade social, as identidades assumem três grandes funções: 1) definir quem nós somos para nós próprios; 2) identificar quem são os outros por oposição ao que nós somos; 3) dizer aos outros quem somos. Nestes processos de identificação, contudo, o produtor da identidade não controla o resultado final, ou seja, a forma

como é entendido pelo “outro”. O desenvolvimento, sustentação e transformação das identidades é influenciado pelas interações sociais e pela estrutura de interpretação intersubjetiva. Por isso mesmo, as identidades são variáveis e dependem do contexto histórico, social e cultural (Hopf, 1998: 173-176; Zenhfuss, 2001: 318). Jenkins (2000) afirma que o processo da construção identitária nacional/intragrupal a nível interno e a nível externo – processo de diferenciação em relação ao “outro” –, é de importância crucial para a questão identitária. Desta forma, em caso de uma crescente aposta no desenvolvimento da identidade ao nível nacional, que ocorre em reciprocidade com a gradual distinção em relação a um ator externo, a identidade tende a tornar-se mais rígida e difícil de redefinir. Além disso, a construção da identidade é um processo social, intrinsecamente ligado à história que a alicerça, e crucial para proporcionar um grau de previsibilidade e estabilidade mínima a uma determinada sociedade, tanto no plano doméstico, como no plano internacional (Hopf, 1998: 176).

Reiterando esta importância, Alexander Wendt distingue identidade corporativa de identidade social. A primeira refere-se ao conjunto de características internas do ator, com origem nas políticas domésticas dos Estados que geram interesses básicos como: a segurança física, a previsibilidade e a estabilidade na arena global, o reconhecimento internacional e o desenvolvimento humano. A segunda abrange os significados que um ator atribui a si mesmo na interação com os outros. Representa esquemas cognitivos que tornam possível determinar quem sou “eu”, quem somos “nós” em determinadas circunstâncias – no âmbito de interações internacionais, por exemplo –, constituindo desta forma, um elo de ligação primordial na constituição mútua entre o agente e a estrutura (Wendt, 1996: 50-51). A teoria construtivista partilha a visão neoliberal que as instituições internacionais favorecem a cooperação através das leis, tratados e regimes, diferenciando-se da mesma ao colocar a identidade no centro do *puzzle*. Os construtivistas defendem que as identidades são reproduzidas através das práticas sociais vigentes nos regimes de cooperação internacional. Desta forma, produzem-se entendimentos mútuos que permitem a estas instituições/regimes persistir, mesmo quando os seus atores constituintes adotem comportamentos fora do padrão ou percam o seu poder (Hopf, 1998: 190-191). Assim, as estruturas regionais e globais do sistema internacional são contextos de interação que podem inibir ou facilitar o surgimento de identidades coletivas (Wendt, 1996: 55).

Todas as identidades estatais à escala global são construídas e dependentes das identidades domésticas dos atores (Wendt, 1999: 224). O mesmo Estado possui diferentes identidades no contexto global, e é percebido de forma distinta por outros atores de acordo com as identidades de cada um. Porém, as identidades são mais do que um simples símbolo. Na sua génese está a cultura, a sociedade, a política, pelo que as identidades demonstram também as características dos atores, os motivos, os interesses, as possíveis reações, atitudes e condutas em qualquer contexto sociopolítico (Hopf, 1998: 193). Os interesses que guiam a mudança identitária são cruciais. Desta forma, torna-se fundamental analisar os beneficiários da mudança identitária em cada situação, as suas consequências e valorizar a dimensão local na análise de eventos sociais e políticos (Jenkins, 2000). Lene Hansen (2006: 41-50) destaca a importância de considerar na leitura das identidades o aspeto espacial, temporal e étnico, visto que a identidade é constituída pelo conjunto de correspondências e diferenciações de sinais, pelo que uma análise simplista pode distorcer o objeto de análise.

Richard Jenkins (2000) afirma que o conceito da identidade é usado diariamente para referir a personalidade individual, o estilo de vida, a situação e estatuto social, a política, a burocracia e a cidadania, reiterando que estas vertentes se sobrepõem entre si. A identidade é negociada e mutável: nunca é unilateral. É, portanto, um processo inerentemente prático, com consequências no mundo social, e não um dado adquirido. Assim, a construção da identidade individual é um processo social que deve ser analisado de acordo com o contexto local e global, olhando para o conjunto de fatores, histórias, cultura e complexas interações sociais que estes contextos englobam, pois é nesta dinâmica que é construída a trajetória da identidade e que nasce a matriz de significados que a sustentam.

Maxym Alexandrov (2003: 36-42) defende que a identidade estatal – elemento central da cultura e depósito de normas – é crucial no processo de interações na arena global. O autor salienta a diferença entre a identidade nacional e a identidade estatal, afirmando que a primeira se relaciona com a política doméstica dos Estados, com a questão do nacionalismo e dos conflitos étnicos, e a segunda engloba a esfera de interações externas, da política e das relações internacionais. Ambas as identidades são dinâmicas, complementares e interligadas, enfatizando o cariz permanente do processo de construção identitária que influencia a forma como os Estados se comportam no contexto internacional.

Porque as características da identidade nacional se repercutem nos interesses e comportamentos dos Estados a nível global, ela contribuiu para redefinir a identidade estatal, bem como para o reajuste das identidades nacionais e estatais de outros Estados, por meio das dinâmicas de interação no sistema (Alexandrov, 2003: 37). Foi isto que sucedeu quando a Alemanha nacional socialista apostou internamente numa política identitária nacionalista e revisionista, assente em ideias fascistas e no pressuposto da superioridade ariana – transformação da identidade nacional –, o que se repercutiu nas suas ações a nível internacional, nomeadamente através da anexação territorial (o *Anschluss* austríaco em 1938) – transformação da identidade estatal –, despoletando mudanças identitárias quer nos Estados agredidos, quer nos demais atores do sistema internacional – transformação da identidade do “outro”.

Alexandrov (2003: 37) identifica que no processo de mudança identitária há igualmente uma viragem nos valores que servem de base para a transformação. O autor sublinha que os interesses ou valores coexistem em paralelo com as identidades. Contudo, os interesses são produzidos pelas identidades. Desta forma, na mudança da identidade é necessário identificar certos interesses ou valores que a sustentem (Weldes, 2000: 35-48).

Esta perspetiva permite ver como o mundo social, as políticas, o Estado e as identidades se encontram em constante mudança. Neste processo, novas políticas são permanentemente desafiadas pela necessidade de cooptar as memórias do passado, bem como as identidades e as crenças que lhe estão associadas. Nota-se ainda que, caso as identidades locais e regionais estejam relacionadas com políticas mais inclusivas, estas tendem a ser mais duradouras. Assim, podemos constatar que as políticas sobrevivem tanto mais quanto maior for a sua capacidade de incorporar memórias, identidades e crenças passadas e somente após este processo é possível construir novas identidades. Caso contrário, a contestação e separatismo estarão sempre presentes na sociedade instigando fontes de tensão e potencial conflito (Ferguson e Mansbach, 1996: 24-36).

Em suma, a identidade funciona como o motor da reputação dos atores e prescreve os seus comportamentos em determinadas situações. A identidade ressurgiu historicamente como “um bem político legítimo, de natureza *sui generis*, que abrange a autenticidade individual ou coletiva, expressada em escolhas individuais ou em relacionamentos coletivos para os quais os indivíduos têm o direito de usufruir e de redefinir” (Jenkins, 2000). Desta forma, a identidade

torna-se uma justificação universal e inquestionável das ações políticas. É interessante constatar como a identidade coletiva, que originalmente remete para a ideia de semelhança e características partilhadas entre indivíduos, foi transformada social e politicamente para se referir e evidenciar diferenças e especificidades de determinados grupos sociais (Kratochwil, 1996: 206; Demmer, 2012: 20). Desta forma, a identidade pode ser imaginada, mas não é imaginária, uma vez que tem consequências concretas que orientam as vidas das comunidades, moldam as suas ações e contribuem para a redefinição de estratégias políticas (Jenkins, 2000).

1.1.1.2. O conflito

Tradicionalmente visto como confrontação física entre duas ou mais partes, a definição do termo conflito tem conhecido um maior aprofundamento em virtude do pensamento desenvolvido nas áreas dos Estudos para a Paz e da Resolução de Conflitos (Bercovitch et al, 2009: 4). Estas escolas de pensamento diferem de visões mais clássicas das RI ao considerar que os Estados já não detêm o monopólio da violência. Para além destes, existem outros grupos e organizações que podem desafiar a ordem vigente através do recurso à violência armada. Por outro lado, realçam a necessidade de incluir as dinâmicas internas dos atores conflitantes e a forma como eles interagem entre si, para melhor compreender as causas do conflito. Por último, o conflito passa a ser visto como um aspeto central nas relações sociais que pode levar à alteração de normas, valores e da distribuição do poder e recursos (Dayton e Kriesberg, 2009: 1; Demmer, 2012: 22-30).

O conflito pode ocorrer em diferentes contextos e níveis, como o intrapessoal, interpessoal, intergrupar, organizacional e o nível internacional. Este emerge quando existem objetivos incompatíveis entre indivíduos, grupos ou nações (Kriesberg, 2007: 2). Por sua vez, a incompatibilidade surge quando o futuro vetor estratégico e/ou ideológico desejado difere (Kelman, 1997). É crucial ter em conta os fatores que estão na origem do conflito, que influenciam o seu desenvolvimento, assim como os fatores que contribuem para escalar ou diminuir a violência. As atitudes, os valores, os comportamentos, os objetivos e as perceções influenciam igualmente as interações entre os indivíduos, bem como a dinâmica de intervenção (Jervis, 1976: 1-13). Grandes teóricos como Michel Foucault (1979 apud Byrne e Senehi, 2009:

6) reiteram a necessidade de desconstruir as relações de poder e a narrativa dominante que compõem uma sociedade, de forma a vislumbrar a componente emocional e cognitiva, para além da racionalidade. Isto serve para defender o argumento de que os indivíduos estão integrados numa rede de multiplicidade de relações que ultrapassam o agente racional focado somente na maximização dos seus interesses individuais.

Assim, o conflito passa a ser entendido de forma alargada, incluindo manifestações não violentas, nomeadamente através de movimentos sociais de índole pacífica, ou tomadas de decisão envolvendo, por exemplo, a saída de determinadas organizações internacionais ou a opção pela mediação por atores terceiros para resolver diferendos pontuais (Dayton e Kriesberg, 2009: 2). Segundo Mack e Snyder (1957 apud Bercovitch et al, 2009: 4) o conflito refere-se ao “[...] a range of empirical phenomena which can be identified or characterized by four conditions: the existence of two or more parties, a situation of resource or position scarcity, the presence of behavior that is designed to hurt or injure the other, and mutually opposed goals”. Destaca-se que a análise dos conflitos depende cada vez mais de aspetos cognitivos, em detrimento do lado comportamental, examinando as atitudes, orientação emocional, as perceções e outros processos psicológicos (Bercovitch et al, 2009: 3, 4).

Seguindo esta tendência, os construtivistas percecionam o conflito como uma construção social historicamente contextualizada, sustentada pelo entendimento intersubjetivo dos significados e das ações. Desta forma, a corrente construtivista permite o entendimento do conflito analisando elementos como crenças, atitudes e perceções das partes envolvidas, as estruturas normativas que regulam o comportamento dos agentes e o desenrolar do conflito, os regimes internacionais, as estratégias de comunicação e os discursos dos intermediários, o papel da língua, da memória e das narrativas na reconciliação, e por fim, as interações de indivíduos e grupos (Jackson, 2009: 172-175). É igualmente focado o papel das elites políticas e culturais, da história, dos mitos, da cultura, dos símbolos, da ideologia, da religião, da política e do nacionalismo na construção e sustentação da identidade e na sua relação com o conflito. Olhando para todos estes elementos, o Construtivismo procura compreender como a violência e o conflito se podem reproduzir em estruturas capazes de forjar as identidades (Demmer, 2012: 23; Gartzke e Gleditsch, 2006).

De facto, na análise do conflito é importante focar as estruturas e sistemas de valores existentes. Por exemplo, ao nível nacional a estrutura estatal torna-se crucial, pois concentra em si o controlo da violência institucionalizada, assim como os instrumentos de cooperação para resolução de conflitos. Além disso, existem igualmente estruturas económicas, ideológicas e mediáticas – de foro local, nacional, regional e global – que podem ser o centro dos conflitos transcendendo a estrutura política nacional (Byrne e Senehi, 2009: 6).

No que se refere aos sistemas de valores, estes são importantes focos de produção de consciência coletiva, bem como, de mecanismos de interdependência e comunicação entre os membros, o que minimiza a propensão para a violência. Um sistema de valores pode ser exemplificado por uma sociedade, pois nesta existem grupos sociais que partilham memórias coletivas, história, cultura e ligação a um espaço geográfico. Apesar das peculiaridades de cada grupo, eles formam uma sociedade que tem um conjunto de ligações e mecanismos de cooperação que lhe possibilita ter uma direção e ação independente (Byrne e Senehi, 2009: 7).¹

As dinâmicas internas dos grupos sociais são igualmente importantes para uma análise holística do conflito. Estes grupos representam centros que englobam os estereótipos em relação aos “outros” e às fronteiras identitárias. Consta-se que em situação de conflito a identidade social é mobilizada para fortalecer a coesão interna e frequentemente corresponde à crescente discriminação do inimigo (Byrne e Senehi, 2009: 8). Contudo, os conflitos podem ser constitutivos e funcionais, isto ocorre quando o problema principal é discutido publicamente e há um esforço coletivo para a resolução do mesmo através da mudança social (Kriesberg, 2007: 313-329). Esta abordagem de resolução cooperativa e integrada constitui uma alternativa para a resolução de conflitos, visto que permite uma comunicação aberta, reconhecimento do problema, consideração de interesses opostos e desenvolvimento de confiança entre as partes. Nestes casos, o sucesso para resolução do conflito está na necessidade de trazer todas partes interessadas, que podem influenciar a dinâmica do conflito, para a mesa de discussão e negociação. A introdução de mediadores pode ser uma mais-valia para fortalecer a coesão e minimizar a assimetria de poder existente, se estes tiverem em conta as tensões intragrupo, as

¹ A União Europeia é um exemplo empírico de um sistema de valores.

lideranças, os *spoilers*², as motivações e as atitudes – fatores cruciais no processo de negociação e mediação (Fisher et al, 2005: 19-35; Stedman, 2002: 43-66; Kelman, 1997).

1.1.2. Considerações finais

O presente mapeamento teórico teve como objetivo apresentar os principais elementos de análise da abordagem construtivista: os interesses, as identidades, as regras, as práticas, os agentes, as instituições e as estruturas. Foi focado o processo de construção social e intersubjetiva destes elementos, identificando a sobreposição existente entre os mesmos. A cultura identificada como estrutura de significação, juntamente com a identidade oferecem o material simbólico para delinear os grupos identitários. Juntas tornam-se centrais nos processos de categorização social e definição de códigos de inteligibilidade, que, por sua vez, fundamentam a diferenciação entre o “eu” e o “outro” e a construção de conflitos. Uma vez definidos os principais conceitos em que esta investigação assenta, o próximo capítulo será dedicado com maior enfoque à relação entre identidade e conflito. Para o efeito, o capítulo analisa a forma como a identidade tem sido instrumentalizada em cenários de conflito para satisfazer os interesses e objetivos das partes conflitantes, nomeadamente através de processos de repensamento histórico da identidade que são despoletados pelo próprio conflito.

² Os *spoilers* são “líderes ou grupos que vêm o acordo de paz concreto como contrário aos seus interesses e que pretendem usar a violência para demonstrar esta sua posição” (Stedman, 2003: 147).

2. A importância da identidade em contexto de conflito armado

Difference can divide, but divisions are only a necessary (not sufficient) condition for warfare. [...] Perceived cultural differences are often based on distinctions that appear salient at a given moment in time, but perceived difference also vary substantially across time, suggesting that identities are more malleable than often assumed (Gartzke e Gleditsch, 2006: 77-78).

A agenda de segurança em RI tem-se tornado cada vez mais complexa e multidimensional. Para esta realidade muito contribuiu a abordagem Construtivista que, ao enfatizar a construção social da realidade e a importância de fatores materiais e ideacionais neste processo, chamou a atenção para o facto de a compreensão das atuais ameaças implicar não só a análise de fatores militares, mas também os de natureza não militar (Buzan et al, 1998). De facto, os conflitos e as guerras, assim como as causas e as consequências da violência armada, continuam a ser problemáticas incontornáveis em RI. Não obstante, a agenda de segurança internacional incorpora cada vez mais temáticas e áreas que não a tradicional componente militar. Este alargamento e aprofundamento no campo securitário tem repercussões na forma como se olha para a resolução dos conflitos, passando a privilegiar-se soluções mais abrangentes e mais inclusivas. As novas ameaças à segurança incluídas neste cenário passam a incluir questões tão diferenciadas como: a identidade, a cultura, os recursos naturais, a economia, entre tantos outros (Buzan e Hansen, 2009; Brown, 2004; Smith, 2001).

O presente capítulo procura explicitar as condições e contextos que podem catalisar o processo de constituição mútua da identidade e do conflito, bem como apresentar as vantagens inerentes à consideração de questões identitárias que permitem ampliar o conjunto de instrumentos das abordagens convencionais com novos elementos conceptuais e metodológicos no âmbito dos estudos da paz e da segurança.

Os conflitos contemporâneos dificilmente encaixam na tradicional confrontação estatal, o que torna difícil a identificação e distinção das partes envolvidas. Este cenário, porém, enfatiza a necessidade de entender o conceito central de identidade, de forma a desconstruir o conflito, através da identificação dos elementos de “construção mental comum”, que possibilita uma união de grupo tão forte – capaz de justificar a morte em nome da sua defesa. Portanto, o contexto de conflito violento repercute-se na cristalização da identidade e do sentimento de

união, bem como em dinâmicas de repensamento histórico da identidade (Demmer, 2012: 23; Bilgin, 2010: 81).

Como referido, as identidades são múltiplas e variáveis, podendo ser individuais ou coletivas, flexíveis ou rígidas. É interessante constatar, que a identidade surge historicamente como uma das mais bem-sucedidas justificações para o uso legítimo da força e para a violência, transferindo a responsabilidade para o dever moral de defender a nação – que se assume como valor coletivo supremo. O uso da força em nome da nação e identidade teve inúmeras manifestações, nomeadamente: criação de Estados-nação, guerras motivadas pela defesa dos mesmos de um inimigo (interno ou externo), políticas externas orientadas para a defesa de interesses nacionais além-fronteiras (colonização, por exemplo), fenómenos separatistas, entre outros. Nestes contextos, as ações geralmente consideradas perversas e letais, como a morte, a tortura e a violação dos direitos e liberdades humanas, são vistas como honrosas e heroicas, porque justificadas com recurso a questões identitárias (Anastasiou, 2009: 36-37).

A identidade refere-se essencialmente à nossa autoperceção em relação a um “outro”, assim as identidades são formadas no contexto das interações social e representam uma junção entre as identidades individuais e coletivas construídas e reconstruídas ao longo da história. O presente processo permite-nos identificarmo-nos com um grupo social, definido como nosso, no plano nacional. De mesma forma, ao nível internacional, as identidades nacionais são condicionadas pelas interações com outras nações e Estados (Hopf, 2002: 83-86; Jepperson et al, 1996: 33-72).

As identidades influenciam as ações, os interesses e as interpretações dos agentes no que se refere a condições materiais e ideacionais. Assim, diferentes componentes identitárias constituem peças-chave das normas constitutivas e dos padrões de categorização social. Desta forma, a identidade pode ser vista como uma lente interpretativa do mundo, que permite construir um entendimento comum da realidade social e política, bem como as perceções subjetivas do passado histórico (Brubaker et al, 2004; Risse et al, 1999; Smith, 2004).

Posto isso, a identidade torna-se um elemento central para perceber a origem dos conflitos. No decurso do mesmo, esta pode sofrer alterações mais ou menos visíveis, mas com repercussões no futuro desenrolar do conflito e na sua resolução. Nestes contextos, a identidade é frequentemente construída na base de uma crescente diferenciação e oposição à identidade

inimiga, e constitui um forte motivo para mobilização dos indivíduos que partilham uma identidade coletiva (Cook-Huffman, 2009: 22-23).

Para analisar a relação entre identidade e conflito é necessário olhar para as características internas de uma sociedade identificando processos de autoidentificação, como a homogeneidade grupal, a facilidade de comunicação, as fronteiras e o potencial organizacional. Quando os membros de uma sociedade acreditam na existência de semelhanças e igualdade entre si, há maior propensão para fortalecer uma identidade partilhada. Por sua vez, a homogeneidade facilita a comunicação e a crença coletiva num destino comum. Uma forte rede de comunicação entre os membros de uma sociedade é fundamental para reduzir o surgimento de grupos e interesses potencialmente conflitantes. É de salientar que, a comunicação abrange o conjunto de infraestruturas e recursos tecnológicos que permitem a partilha de valores, mas também o debate público, as liberdades sociais e de circulação, entre outras formas de intercâmbio de opiniões e necessidades entre indivíduos, grupos e nações, com intuito de criar conexões e, até, uma identidade transnacional. O potencial organizacional deve ser analisado devido ao facto de ser o elemento catalisador para mobilização dos grupos. Louis Kriesberg sublinha que, quanto maior for o grau de coesão e interdependência entre os indivíduos, maior será a sua autopercepção como grupo com interesses comuns. O autor reitera que este sentimento e ligação grupal pode ser mais forte em certos grupos que noutros. A localização geográfica que está intrinsecamente ligada à questão da criação de uma união grupal, assim como proximidade ideológica com o “outro”. Assim, por exemplo, os territórios com forte desenvolvimento do setor metalúrgico, considerado como uma atividade vital para a sustentabilidade industrial de um país, e que ao mesmo tempo é independente de outros setores industriais, são regiões caracterizadas por forte coesão e solidariedade interna (Kriesberg, 2007: 56-60).³

Também os arranjos socioeconómicos, a religião, as relações entre classes sociais, a etnicidade, entre outros, desempenham um papel central no conflito entre grupos, visto que influenciam a formação da identidade coletiva. Uma determinada forma de ver o mundo e os indivíduos num momento histórico afeta os interesses e as identidades nacionais (Reicher, 2004). Os agentes sociais, assim como as estruturas e as mudanças nos sistemas normativos são determinantes no

³ Este tipo de proximidade também é identificado em comunidades que residem num espaço geográfico contíguo, sem barreiras naturais como os rios e as montanhas.

processo de construção das identidades, bem como na resolução de conflitos. Por um lado, as elites políticas, os média e os intelectuais têm uma voz que pode fortalecer uma certa ideologia coletiva (Snyder e Ballentine, 1996). Por outro lado, as estruturas ao nível local, regional e global influenciam a identidade pelos valores e formas de governação pelos quais se regem e, em alguns casos, exportam. E ainda as mudanças estruturais e sistémicas podem fazer com que uma identidade perca os alicerces que a sustentavam e as identidades religiosas e/ou étnicas se tornem mais salientes. Como exemplo, podemos analisar o caso do desmembramento da União Soviética. A fragilização do comunismo pela política de *Perestroika* de Michael Gorbachev, que visava uma reforma socioeconómica, conduziu à emancipação de identidades étnicas e religiosas, e por sua vez, uma sucessiva proclamação de independências dos países que faziam parte do bloco soviético (Kriesberg, 2007: 62-64).

Atualmente, o Estado moderno é um agente central no que se refere à categorização, classificação e identificação dos indivíduos pelo que assume um papel primordial na formação de identidades. A estrutura estatal pretende monopolizar não só o uso legítimo de força física, mas também apropriar-se do controlo exclusivo da força simbólica, que inclui – o poder de identificação identitária e registo civil, assim como a categorização por classe, estatuto, profissão, entre outros. Desta forma, o Estado adquire e produz instrumentos e instituições que possibilitam o controlo da categorização no que toca à cidadania, à etnicidade, ao género, à educação, à criminalidade, ao direito de propriedade privada, à saúde, tudo isto através de recursos materiais e simbólicos como: documentos de identificação, bandeiras, hinos, monumentos, entre outros (Jenkins, 2000; Demmer, 2012: 22, 31; Mansbach e Rhodes, 2007).

Este processo de formação da identidade está inerentemente ligado à diferenciação de adversários, pois ao definirmos os nossos traços identitários estamos a identificar como e em que somos diferentes de alguém ou alguma coisa (Kriesberg, 2007: 61). Porém, Roland Bleiker sublinhou a seguinte ideia:

[d]ifference does not necessarily lead to violence. The source of conflict is located in the political manipulation of the tension between identity and difference, in attempts to isolate a few arbitrary selected elements of the past in order to construct around them a mythological division between inside and outside ... Once these artificial demarcations of identity have become internalized in language, school curricula, political institutions, moral discourses, and the like, their mythical origin appears more and more real until the ensuing worldview, and the conflicts that they generate, seem inevitable, even natural (Bleiker, 2005: 166 apud Bilgin, 2010: 83).

O nacionalismo constitui um processo discursivo de construção das identidades nacionais baseando-se em mitos e histórias das “comunidades imaginadas”. A união e a defesa das fronteiras identitárias são os principais argumentos deste processo mítico, que através de instrumentos como a língua, os símbolos e as tradições culturais, assim como das narrativas históricas sobre as raízes da identidade nacional pode construir e reconstruir os moldes identitários. Este processo é muitas vezes conduzido estrategicamente pelas elites políticas. Porém, o mesmo necessita de ter fortes alicerces normativos e estruturais que o possibilitam e legitimam (Anderson, 1983: 48-58). Como afirma Crawford Young (2003: 14), “[c]rucial is the role of cultural entrepreneurs who codify and standardize a language, equipping it with a written form, create an ethno-centred historical narrative, populated with internal heroes and external villains, and build a literary tradition”. A isto Michael Barnett acrescenta:

[the] narrative of the national identity provides an understanding of the past, present and future, events are symbolic and constitutive of, and subjectively linked to, that identity, and a particular construction of the past will be the umbilical cord to the present and the future. This narrative of the national identity is not given but rather is a social construct, and actors will reconstruct the past as they debate the future, and as they act toward the future they are likely to (re)remember the past (Barnett, 1999: 14).

Abdelal et al (2006) e Barnett (1999) afirmam que a identidade é resultado de mecanismos de socialização imperfeitos que englobam diferentes dinâmicas externas e múltiplas contradições internas. Ao longo deste processo surgem momentos de “conflito de identidade”, em que a mesma é contestada e questionada. Em primeiro lugar, a existência de definições rivais sobre uma identidade nacional, relacionadas com comportamentos e crenças que contradizem os significados vigentes, representam uma das condições para o conflito de identidade. Por outro lado, este conflito pode surgir sempre que a definição de “nós” já não é aceitável nas novas condições históricas, quando o grupo/nação exige um reajuste de política e postura estatal para com o “outro”, de acordo com um determinado momento histórico. Desta forma, a contestação e conflito constituem dinâmicas inerentes à formação das identidades, que, porém, é um processo contingente e em constante (re)formação.

Peter Gries (2005: 238-250) reitera que a identificação com um grupo ou uma nação pode levar à competição e ao conflito internacional. O autor identificou quatro estados deste processo: a

identificação grupal (*ingroup identification*), a positividade grupal (*ingroup positivity*), a competição intergrupar (*intergroup competition*) e o conflito intergrupar (*intergroup conflict*). Não obstante as duas primeiras etapas referirem-se às dinâmicas internas de um grupo, e as duas seguintes pressuporem uma dinâmica intergrupar, todas elas estão interrelacionadas e resultam num conjunto de ações e fatores tanto no plano interno, como no plano externo/internacional. A identificação grupal ocorre quando os agentes desenvolvem um sentimento de pertença a um determinado grupo, criando uma identificação comum, através do conjunto de atributos positivos, que ao mesmo tempo destingem um grupo de outro. Este processo resulta em um desejo de positividade grupal – identidade coletiva repleta de conjunto de símbolos, histórias e mitos que visam sua distinção positiva. Com objetivo de desenvolver e manter esta positividade, os grupos necessitam de uma constante interação social com outros grupos e atores, de forma a obter uma reconhecimento e legitimidade externa/internacional da sua identidade social, dos elementos e das percepções positivas inerentes à mesma. Este processo de comparação social demonstra como os estados de identificação e positividade grupal, podem conduzir à competição e ao conflito no momento de interação com um “outro” externo ao grupo.

Gries (2005: 245-251) defende ainda que, quando o conjunto de elementos que fundamentam um positivo sentimento grupal de uma identidade não são reconhecidos e apoiados por um “outro” relevante, ou quando os agentes externos a contestam, então, a afirmação deste processo de autoidentificação é posto em causa, gerando uma competição que pode resvalar em conflito violento. Posto isso, a contestação de uma identidade por atores externos ao um grupo, que ocorre através da comparação social, constitui uma pré-condição para o desenvolvimento de dinâmicas competitivas e de conflitualidade.

Nestes contextos, a construção identitária das nações pode mudar de um nacionalismo afirmativo, mas não competitivo, para um nacionalismo assertivo e competitivo e, em caso de crescente contestação e oposição, para um nacionalismo agressivo. O nacionalismo afirmativo consiste no desenvolvimento de um conjunto de atributos coletivos que visam a criação de uma imagem positiva de “nós” e de um sentimento de orgulho por um passado histórico comum, por exemplo. Já o nacionalismo assertivo é centrado na oposição a um “outro” que é visto como contestador dos interesses e da identidade nacional. Por fim, na abordagem de nacionalismo agressivo é definido um inimigo externo (um grupo ou uma nação) que apresenta uma ameaça

que justifica a necessidade de agir defensivamente para salvaguardar os interesses vitais da nação (Whiting, 1983; Fijalkowski, 1993).

De acordo com Peter Gries (2005: 238-250), existem três condições necessárias para o surgimento da competição e conflito neste contexto. Primeiramente, a comparação social deve ser feita com um grupo externo, relevante ao nível global e visto como referência. Segundo, no cerne da comparação deve residir uma característica central da identidade grupal e da sua autoconsciência (por exemplo, a religião). Terceiro, a competição deve seguir o princípio dos jogos de soma zero: quando um grupo ganha o outro grupo perde. Contudo, o autor reitera que, mesmo em contextos quando todas as condições são cumpridas, a competição pode ser detida pela mobilização e criatividade social, que pode transformar a comparação negativa em características de distinção positiva.

As condições indicadas são fundamentais para o entendimento de surgimento da competição, que em conjunto com a necessidade de segurança ontológica, inerente ao cada grupo/Estado, podem resultar em conflito. A segurança ontológica, neste contexto, abrange outras dimensões para além da tradicional definição de segurança, englobando aspetos como a estabilidade da autopercepção – crucial para formação identitária. Assim, esta perspetiva mais holística permite identificar a relação ente a identidade e o conflito nos seguintes termos “[...] a source of conflict persistence that is located ‘in-between’ states, i.e. at the third image and endogenous to the logic of competition itself. Where conflict persists and comes to fulfill identity needs, breaking free can generate ontological *insecurity*, which states seek to avoid” (Mitzen, 2006: 343).

O contexto de contante contestação e competição por parte de agentes internos e externos desafia esta segurança ontológica, criando um dilema de segurança, e coagindo os Estados a criar laços de amizade e cooperação com agentes/Estados relevantes no plano global/internacional de forma a obter a legitimidade externa, que, por sua vez, podem exigir uma ligação aos seus valores e princípios. Nestas circunstâncias, a segurança física pode colidir com a segurança ontológica resultando em conflitos prolongados, autodestrutivos e de elevado custo humano e material. Isto é, os Estados podem escolher a estratégia de conflito prolongado como forma de garantir a segurança ontológica e a estabilidade das suas identidades, quando consideram que isso é impossível de alcançar num quadro de paz. Este cenário, contudo, gera a construção de identidades coletivas disfuncionais – focadas na competição e insegurança física, resultantes de

ações egoístas dos Estados que, para protegerem os seus interesses individuais, se envolvem numa contestação permanente da identidade do “outro”. A necessidade de assegurar essa segurança ontológica leva os Estados à construção de identidades sem um sentimento de pertença e valores comuns, além da competição, constituindo uma justificação estrutural para conflitos prolongados, que fogem aos moldes das tradicionais abordagens racionalistas, incapazes de explicar a construção social das identidades e a importância destas nos conflitos prolongados e, aparentemente, irracionais (Miltzen, 2006: 342-360).

Por outro lado, devemos ter em conta as dinâmicas internas de um Estado para percebermos a relação entre segurança ontológica e conflito. As ameaças internas à identidade predominante e socialmente aceite podem resultar em competição e conflito de identidade nacional. Assim, com objetivo de proporcionar uma abordagem holística da problemática de constituição mútua da identidade e do conflito, torna-se imprescindível considerar ambos os planos: o interno e o externo, visto que estes são fortemente interrelacionados e interdependentes. Para além disso, a componente história e simbólica (a positividade grupal) têm uma função argumentativa muito forte na sustentação da segurança ontológica dos Estados, que, como vimos, tem potencial para gerar um dilema de segurança em que o conflito é visto como meio favorável à preservação e estabilização da identidade de um determinado grupo. Assim, a segurança ontológica é fundamental para garantir a sobrevivência ontológica, através de argumentos históricos capazes de mobilização a nação para a defesa das fronteiras identitárias, principalmente em casos quando estas fronteiras não correspondem às fronteiras físicas do Estado (Steele, 2008: 63-65; Cederman e Daase, 2006: 125-130). Isto é particularmente relevante em casos de conflito secessionista, quando um grupo, inserido num determinado Estado, e unido por laços étnicos, procura obter a sua autonomia política por via da força e contestação ao Estado em que se encontram situados (Saideman e Ayres, 2008: 1). Nestas situações, a contestação verificada no plano interno pode escalar se se verificarem situações de discriminação de minorias ou de resposta violenta pelas autoridades centrais para salvaguardar a coesão identitária através da homogeneização da população e, por conseguinte, da perseguição do “outro” contestatário (Steele, 2008: 63-65; Hymans, 2002: 13-16).

Em suma, com esta análise verificamos que o conflito faz parte de um processo interativo com o “outro” interno e/ou externo, durante o qual a identidade coletiva é constantemente redefinida.

Ao mesmo tempo a dinâmica de construção da consciência e autoidentificação grupal influencia a presença e a intensidade da competição e do conflito numa sociedade. A identidade desempenha um papel central na segurança ontológica dos atores, e assim necessita de constante sustentação e consolidação das sua força simbólica e componente histórica, que, por um lado, deve ser protegida dos conflitos, e, por outro lado constitui um motor de mobilização para resistência nos mesmo. O próximo capítulo dará início à introdução ao estudo de caso ucraniano, começando pela contextualização histórica da sua identidade, pela identificação dos principais elementos simbólicos, interlaçando a análise com o papel da Rússia neste processo.

3. Introdução ao estudo de caso ucraniano: contextualização identitária da nação ucraniana

The problem is symbolized by the name “Ukraine” which in both Russian and Ukrainian means “on the border” but leaves crucially unclear on which side of the Russian border Ukraine lies (D’Anieri, 1997: 7).

A questão identitária desempenha um papel central no âmbito da segurança nacional e regional. O exemplo de identidade ucraniana constitui um caso notório no contexto de países com passado soviético, mas igualmente europeu e global desta realidade, que – com a bagagem histórica repleta de momentos de contestação da sua identidade, de questionamento da soberania estatal e, conseqüentemente, de conflitos – ilustra a complexidade desta problemática. Paul D’Anieri realçou que a soberania – valor universal resultante dos acordos de Westphalia – é inquestionável em todas as partes do mundo a não ser no espaço pós-soviético, sendo necessário desconstruir esta dinâmica de contestação para compreensão de comportamentos e estratégias inexplicáveis à luz das abordagens teóricas convencionais (D’Anieri, 1997: 2).

As relações entre a Ucrânia e a Rússia demonstram como a identidade e os séculos de história comum podem causar tensões e conflitos, não só devido ao facto de ambos os países construírem os seus mitos nacionais com base no legado do Principado de Kyiv, mas devido à existência de um conjunto de práticas identitárias que transcendem os fatores materiais. Desta forma, a contestação entre estes atores ultrapassa a esfera de confronto de interesses e passa para o conflito de identidades. Assim, os conflitos e as questões de segurança, como o desarmamento nuclear por exemplo, devem incluir uma reflexão sobre a dimensão identitária, visto que a mesma é fundamental para a desconstrução de interesses e do processo pelo qual eles se constituíram (Pacichnyk, 2007).

As nações ucraniana e russa têm muitas características semelhantes, nomeadamente a língua, a religião ortodoxa, o passado histórico comum, entre outras. Contudo, estas semelhanças que podiam construir pontes de ligação e cooperação entre os dois países, cada vez mais ressurgem no debate como causas de conflito, sendo também instrumentalizadas de acordo com os interesses de cada uma das partes. Seguidamente, sugere-se uma sucinta apresentação dos principais períodos e acontecimentos históricos que contribuíram para a formação identitária ucraniana e marcaram a atualidade de relações entre os dois países. Pretende-se passar por

períodos como: o Principado de Kyiv, o *Sich de Zaporojia* e o Tratado de Pereiaslav, o Império Russo, o período soviético e a independência ucraniana. No centro deste mapeamento estarão as relações entre a Ucrânia e a Rússia, visto que este Estado é um ator com especial peso geopolítico e normativo na construção identitária ucraniana. O objetivo desta parte será apresentar o contexto, os eventos e os atores que contribuíram para a consolidação das características da identidade analisada.

3.1. Principado de Kyiv

A Rússia sempre desejou demonstrar que a sua origem como Estado soberano tem um passado glorioso, utilizando no seu mito nacional a ideia de que Moscovo é herdeira do Principado de Kyiv – o berço da cultura eslava. Porém, a cidade do Moscovo e o Principado de Moscóvia surgem na era da governação Tártaro-Mongol nos territórios de Suzdal, e com autorização do Khan do Canato da Horda Dourada, Han Mengy-Tymur – o único governador supremo que tinha o poder de oferecer terras para criação de regiões e principados. Kniaz Danylo (que nasceu em 1262) foi o primeiro governador destas terras, entre 1277 e 1303. Após sua morte, o seu quarto filho – Ivan (nomeado como Kalyta) subiu ao trono e com a sua administração o Principado de Moscóvia começa a crescer e a criar a sua história autónoma (Bilinskyi, 2009: 59).

O Principado de Kyiv, por outro lado, aparece nas crónicas desde 882, tendo o seu centro em Kyiv e abrangendo os atuais territórios da Ucrânia e da Bielorrússia. Nesta época as regiões de Novgorod e Suzdal (atual Rússia) – territórios, que segundo mitologia russa, foram herdeiros do Principado de Kyiv e constituíram raízes para o Principado de Moscóvia – podiam apenas ser vistas como parte do Principado Kyiv num sentido muito amplo e geral. Estes territórios tinham uma governação autónoma, com costumes, língua e cultura próprias. Apenas séculos mais tarde, no período de governação de Ivan Groznui (1533-1584) é que Novgorod e Suzdal entram no Principado de Moscóvia (Orlenko, 2007: 63).

Assim, a identidade russa é o resultado de uma “cultura e história imaginada”, que foi reproduzida e sistematizada durante os reinados de Pedro I, Kateryna I e, mais tarde, pelo aparato soviético. Hoje, a Federação Russa abrange diferentes etnias – tártaros, udmurtos,

bashkiros, yakutos, buryatos, komi, etc. –, forçadas a abdicar da sua religião e cultura através de séculos de práticas de cristianização, perseguição e exílio. Este processo foi facilitado por uma forte máquina de propaganda estatal, cujos efeitos se prolongaram para lá da redução territorial do mesmo em virtude do desmembramento da URSS, em 1991. Atualmente, é este legado cultural e identitário que permite às lideranças moscovitas apelar à necessidade de defesa de russos étnicos no espaço pós-soviético para justificar as suas políticas externas (Saltovskyi, 2002: 11).

No que toca ao primado da língua russa no contexto das línguas eslavas, deve-se referir que, está é formada nos séculos XVI-XVIII, principalmente com a publicação da primeira gramática, de Mihail Lomonosov, em 1757. A língua russa contemporânea é uma síntese de um grande conjunto de palavras e estrangeirismos de origem turca, mas especialmente do tártaro, fino-úgrico e de outros povos que habitam nos Urais e no norte da Rússia. Por outro lado, a língua ucraniana é rica em palavras de origem eslava – razão que explica porque um bielorrusso e um ucraniano – cujos vocabulários linguísticos coincidem em 60% – podem compreender vários vocábulos polacos, checos e eslovacos. Esta realidade deve-se à origem comum da cultura e língua eslavas. Em confirmação desta realidade, o célebre linguista russo Dal (anos de vida 1801-1872) anotou nas suas escrituras que, na sua época, não conseguia comunicar livremente com os camponeses nos subúrbios do Moscovo, pois eles não entendiam a língua que ele falava e estudara (Tacy et al, 2003: 435).

3.2. *Sich de Zaporojia* – A era dos Cossacos

Os cossacos ucranianos assumem um papel sociopolítico singular no desenvolvimento e na defesa da identidade ucraniana, mesmo em momentos históricos de divisão social e religiosa da nação (Saltovskyi, 2002:55). O *Sich de Zaporojia* representou o centro da tradição cossaca, e, atualmente, é vista como sendo o primórdio da soberania estatal ucraniana. No que toca à forma de governação, o *Sich* é equiparado às republicas democráticas – como constatado pelo Embaixador da República de Veneza, que visitou a Ucrânia em 1650 (Zaharchenko e Kuzmynes, 2004: 85-87). Já na segunda metade do século XVII, o *Sich* começa a liderar o processo de construção da nação ucraniana. Esta liderança é notória, por exemplo, no conjunto

de princípios sociais que guiavam o *Sich* – a autoconsciência como um povo, a dignidade humana, os princípios democráticos de igualdade e justiça social – que marcavam a autoperceção do povo ucraniano. Assim, sob a influência dos cossacos, nascem novos modelos de perceção do mundo e uma nova cultura política, que levam à consolidação do povo ucraniano em torno de uma ideia nacional associada a um Estado próprio e independente (Paton e Smolii, 2003: 194).

Tendo em conta que o *Sich* era uma entidade administrativa-territorial independente, foi possível desenvolver um conjunto de costumes que se tornaram normas políticas e sociais com valor de lei. A importância dos princípios democráticos é visível no facto de o *Sich* não tolerar privilégios para determinados grupos sociais. A elaboração de uma Constituição⁴ própria, feita durante a governação do *Getman* Pelyp Orlyk, que consagrou os princípios fundamentais da sociedade cossaca, constitui um exemplo claro da progressividade dos seus governadores e da autoconsciência daquela sociedade, visto que as primeiras constituições europeias e dos EUA surgem apenas sete décadas depois. Assim, este documento mantém-se na história como um testemunho legal original, que, pela primeira vez na Europa, consagra a possibilidade de uma república democrática parlamentar, assente na manifestação da vontade política da nação ucraniana (Goncharenko, 2000: 184-200).

A era dos cossacos culmina com o Tratado de Pereiaslav que determinou o destino do povo ucraniano para os próximos séculos. Este Tratado, assim como toda a atividade governamental do *Getman* Bogdan Khmelnytskyi, pode ser analisada de diferentes perspetivas, mas o que parece evidente foi a sua subordinação – formalmente negociada – a Moscovo, que acabou por se traduzir na subjugação do povo ucraniano, no seu distanciamento dos ideais democráticos, assim como no desequilíbrio geopolítico ao nível continental. Neste momento histórico, o Império Russo conhece o auge do seu desenvolvimento intelectual e geográfico através da expansão para o Ocidente e para o Sul. Existem registos que as forças militares cossacas participaram nas grandes batalhas contra o Império Otomano, em apoio da Rússia, satisfazendo, desta forma, os interesses russos indo, contudo, no sentido completamente oposto daquele que

⁴ O título completo do documento – “Acordo e Determinação dos direitos e liberdades do Exército de Zaporizhzhya e todas as pessoas livres de Malorocia entre Supremo *Getman* Pelyp Orlyk, o Conselho Geral, coronéis, e Exército Cossaco, que de acordo com costumes tradicionais e as regras militares, é aprovado por todas as partes, por voto livre e é consagrado pelo juramento solene do Grande *Getman*”.

o *Getman* esperava – de garantir a soberania ucraniana, que na época era circunscrita aos territórios do *Sich* (Saltovskiy, 2002: 55). Muitos historiadores, incluindo Ulianov, constataam que em “Pereiaslav, em 1654, não houve assinatura de um tratado entre dois países, mas sim um juramento incondicional do povo ucraniano e dos cossacos ao Czar de Moscovo – seu novo soberano” (Ulianov, 1999: 171). Com este acordo, o *Getman* queria assegurar a autonomia da Ucrânia, que seria dirigida pelo exército do *Sich*, mas sob o protetorado de um Estado forte. Khmelnytskyi negociou esta perspectiva primeiro com a Polónia, e depois com o Império Otomano. Contudo, devido ao conjunto de cálculos estratégicos e igualmente forte condicionalidade do fator pessoal deste dirigente, em 1654 foram iniciadas as negociações com o Moscovo que, por sua vez, culminaram no Tratado em questão (Shkribniak, 2016: 270-271).

3.3. O domínio do Império Russo

A história mundial conta com muitos exemplos em que uma nação dominante utiliza instrumentos da esfera de *soft power*, como a língua, para subjugar outros povos. Através da proibição de comunicar na língua materna os povos dominados perdem as suas especificidades culturais e passam a identificar-se cada vez mais com o centro dominador. Foi o que sucedeu com a língua ucraniana durante séculos de práticas legislativas e atos governamentais. As autoridades dos sucessivos invasores (e.g. Império Russo e União Soviética) entendiam que a proibição da língua levaria ao seu nivelamento, substituição por outra e, por fim, resultaria no desaparecimento da nação ou a perda das suas características originais através da assimilação. Após a assinatura do Tratado de 1654, em Pereiaslav, o Império Russo iniciou uma perseguição à literatura ucraniana. Neste sentido, em 1693 foi adotada uma lei que proibiu a importação de edições ucranianas para Moscóvia, e foi introduzida a censura para controlar as atividades dos escritores ucranianos. Posteriormente, em 1709, foi emitido um decreto sobre a censura obrigatória de todos os livros ucranianos. Desde 1720, durante o reinado de Pedro I, foi lançado um conjunto de políticas mais duras, como a proibição completa de impressão de livros em língua ucraniana (Saltovskiy, 2002: 55).

Compreendendo o papel fundamental da língua, como uma característica identitária distintiva, em 1784 proíbe-se o ensino em ucraniano em Kyevo-Mogylianska Akademia – a principal

instituição de ensino em Kyiv – e é institucionalizado o ensino de língua russa em todos os colégios e as escolas do Império, o que levou à substituição dos docentes ucranianos por russos. Para além disso, a censura controlava todas as esferas de produção cultural como a imprensa, teatros e literatura. Foram assinados decretos secretos que autorizavam a censura de documentos históricos, com objetivo de eliminar todos os registos sobre a existência da língua e nação ucraniana. O decreto de 1863, conhecido como “Circular Valuev”, é um dos exemplos mais notórios deste processo, através do qual se proíbe a impressão de manuais, material didático e publicações científicas em língua ucraniana. Na Circular constatava que “a língua ucraniana nunca existiu e não poderá existir”. Como outro exemplo pode-se citar o decreto de 1872, conhecido como “Emskyi”, assinado por Alexandre II, que proíbe a importação de livros e brochuras em ucraniano para o território do Império, e a realização de peças de teatro e clubes de leitura em ucraniano (Kubaichuk, 2004: 41).

Foram poucos intelectuais e ativistas nacionais que resistiram à máquina totalitária do Moscovo. Porém, alguns como o cientista e docente Myhailo Dragomanov (anos de vida 1841-1895) (1970: 39-68) constatavam que esta política de perseguição e propaganda por parte do governo czarista, o tinha motivado a dedicar-se ainda mais ao estudo das suas raízes ucranianas: “[eles] pressionaram-me para uma dedicação profunda e definitiva à direção ucraniana, porque eu por uma reação natural comecei aprofundar e estudar as questões ucranianas, primeiramente no plano pedagógico e mais tarde no plano nacional e histórico em geral” (Dragomanov, 1970: 39).

3.4. Período soviético: a oferta da Crimeia

No período soviético, não obstante o lema da “amizade e fraternidade dos povos da URSS” (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), as autoridades continuaram a política imperial de assimilação e russificação, que ficou conhecida como linguicídio (Masenko, 2005: 39-43). Qualquer oposição ao governo ou tentativa de resistência – política ou cultural – era resolvida pelo aparelho de estado com deslocações forçadas para Sibéria, coletivização de bens e genocídios. Ainda que a Constituição soviética de 1922 reconhecesse a soberania ucraniana, o país foi totalmente controlado e subjugado pelo aparelho central. É neste período que a nação ucraniana vive os períodos mais negros da sua história. Entre 1929-1931 ocorre a coletivização

dos camponeses que levou à morte e pobreza extrema de milhares de ucranianos. Neste mesmo período é extinta a Igreja Ortodoxa autónoma ucraniana. Entre 1932 e 1934 o povo ucraniano, que vive no território conhecido como “grande celeiro da união”, é vítima de genocídio e fome massiva. Entre 1936 e 1938 vive-se o tempo de “Grande Terror” que levou a extermínio e tortura de milhões de pessoas ucranianas e culminou na Segunda Guerra Mundial. Segundo Robert Conquest (1991), autor de livros sobre coletivização soviética e *Holodomor*, neste período morreram cerca de 5 milhões de camponeses ucranianos e mais 2 milhões no exterior. Subsequentes repressões, sob o comando de Joseph Estaline, levaram à saudação do exército nazi, no verão de 1940, visto como libertador do totalitarismo soviético (D’Anieri, 1997: 9).

Para além destes episódios históricos que seriam determinantes para a formação da identidade ucraniana, mas também para as suas relações com a Rússia, existe um acontecimento ocorrido durante o período soviético que vai marcar a história conjunta destes Estados: a transferência da Península de Crimeia para a administração ucraniana.

Historicamente, a Península da Crimeia foi habitada e governada durante séculos por povos tártaros. Foi só no final do século XVIII que a Rússia ganhou controlo sobre a Península após várias tentativas falhadas como a do *Kniaz* Vasyl Golitsyn, durante 1687 e 1689, e a do *Marechal* Burhard Minih, em 1735. Até esta altura, todas as tentativas de conquista tinham fracassado devido às condições climáticas – calor e falta de água. Os tártaros conseguiram encontrar água nas estepes para as pessoas e cavalos, e os russos não, o que os colocava em desvantagem permanente. Para conquistar a Crimeia, foi necessário, em primeiro lugar, construir uma frota, e, em segundo lugar, derrotar a Turquia para forçá-la a abdicar do protetorado sobre este território. Em 1774, com a assinatura da “Paz de Kuchuk Kaynardzhiyskym”, Istambul renuncia ao protetorado sobre a Península. Ao fim de sete anos, sem apoio externo e cercado por mar e terra, o Canato da Crimeia, concordou em integrar o Império Russo. Depois da união, migraram para este território pessoas principalmente da região de Chernigiv (terras que pertenceram ao Principado de Kyiv). No que toca à russificação da Península, esta ocorreu, sobretudo, através de migrações resultantes do período pós-guerra, quando as populações da Rússia central – devastada pela II Guerra Mundial – se deslocaram em busca de melhores condições de vida (Goncharenko, 2000: 495-499).

Porém, a integração destes migrantes não se fez sem tensões. Em prol deste processo, os tártaros da Crimeia foram deportados para a Sibéria, por força da Decisão № 5859cc “Sobre tártaros da Crimeia”, de 11 de maio de 1944, muitos acabando por morrer. Esta deportação resultou numa tragédia étnico-social e cultural para este povo. De acordo com registos históricos, em apenas 3 dias foram deportadas cerca de 200 000 pessoas que, devido à falta de comida, insalubridade e transporte desumano, na sua maioria morreram no caminho para o destino. Os arquivos históricos confirmam que se procedeu não só à limpeza étnica, mas igualmente à liquidação total do legado cultural tártaro na Crimeia. Assim, foram eliminadas 112 bibliotecas pessoais, 640 bibliotecas em escolas primárias e 221 em escolas secundárias, 200 em *kolkhozs*, 30 em centros distritais e 60 nas cidades. Deixaram de funcionar mais de 9000 escolas e foram fechadas todas as mesquitas: em Evpatoria, Bakhchisarai, Sevastopol, Feodosiya, entre outros (Lytvyn, 2004: 339; Comité de Defesa do Estado, 1944).

Durante a visita de Nykyta Khrushchov à Crimeia, em novembro de 1953, de acordo com as memórias do seu genro Adzhubei que o acompanhava, os imigrantes russos interpelaram o Secretário do Partido Comunista da URSS, queixando-se da falta de habitação, escassez de recursos energéticos, água e alimentos essenciais. Estes factos realçam a evidencia de que a transferência da Crimeia para a República Socialista Soviética Ucraniana (RSSU) tinha fortes razões económicas e geopolíticas: a proximidade territorial, interdependência económica e energética, partilha de infraestruturas de transporte, assim como intercambio cultural, para além de ser um mero presente do Khrushchov – etnicamente ucraniano – para comemorar os 300 anos dos Acordos de Pereiaslav. De constar, que esta prática não foi única, uma vez que em 1956, a liderança da URSS, pelo mesmo procedimento, declarou a autonomia da República Socialista Soviética Carelo-Finlandesa (Goncharenko, 2000: 495-499).

Inicialmente, a transferência da Crimeia para a RSSU não foi vista como uma perda territorial. Na imprensa, essa ação foi interpretada como uma das evidências da “amizade eterna” dos dois povos “fraternos”. Um dos Secretários do Comité Central do Partido Comunista, Tarasov afirmou que a transferência da região da Península da Crimeia para a RSSU se fundamentava na proximidade territorial entre os dois territórios, uma economia comum e estreitos laços culturais (Smolii, 2014: 368). Só depois de 1991, na sequência do desmembramento da União Soviética e da independência ucraniana, é que este acontecimento começou a ser projetado como

uma desagregação da Crimeia do território russo. Neste contexto, o decreto de 1954 passa a ser visto como manifestação de “voluntarismo” de Khrushchov, justificando a invocação dos laços históricos e do direito moral para reivindicar o retorno da Península (Tacy et al, 2003: 384), mesmo que, em última análise, isso tenha sido concretizado em clara violação de todas as normas de direito internacional.

3.5. Relações entre a Ucrânia e a Federação Russa até 2013

3.5.1. A questão da desnuclearização

The United States of America, the Russian Federation, and the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, reaffirm their obligation to refrain from the threat or use of force against the territorial integrity or political independence of Ukraine, and that none of their weapons will ever be used against Ukraine except in selfdefense or otherwise in accordance with the Charter of the United Nations. (Memorando de Budapeste, 1994).

Aquando da proclamação da independência da Ucrânia, no dia 24 de agosto de 1991, ficou documentado que o novo Estado soberano teria um estatuto de neutralidade e que procederia à desnuclearização do seu território. Após o desmembramento da URSS, a Ucrânia herdou o terceiro maior arsenal nuclear no mundo que era equiparável ao armamento nuclear da França, Reino Unido e China em conjunto. O paradoxo histórico, atualmente questionado, reside no facto deste armamento nuclear ter sido entregue à Federação Russa – anterior dominador e atual agressor no contexto da anexação da Crimeia, em 2014. Em troca o país recebeu uma vaga garantia de segurança que resultou no Memorando de Budapeste de 1991, assinado pela Federação Russa, os Estados Unidos e o Reino Unido, sem mecanismos jurídicos vinculativos (como aconteceu, por exemplo, nas negociações de estatuto neutral da Áustria) e sem um plano securitário compensatório que devia conter uma estratégia de envolvimento num bloco regional de segurança (por exemplo a OTAN, tal como proposto pelos dirigentes americanos). Porém, esta decisão, bem como o comportamento dos negociadores ucranianos deve ser analisado contextualmente. Primeiramente, a Ucrânia estava sob forte pressão internacional para concluir as negociações de forma rápida e sem possibilidade de ficar com armamento nuclear. Segundo, as elites políticas que participaram nas negociações eram ainda fortemente influenciadas pela

mentalidade soviética – baseada no cumprimento de planos quinquenais, e que não podiam encarar a Rússia como potencial inimigo, mas sim como uma nação fraterna (D’Anieri, 1997; Memorando de Budapeste, 1994).

Desta forma, em junho de 1996, a Ucrânia transferiu todo o seu arsenal nuclear para Moscovo. Varias são as conclusões possíveis, podemos privilegiar os fatores técnicos, económicos ou de outra natureza, porém a questão identitária teve um papel de destaque. Os líderes ucranianos tentaram aproveitar a vantagem de legítimo herdeiro do armamento soviético, feito pelos seus engenheiros e no seu território, com objetivo de garantir a integridade territorial, no entanto a mentalidade soviética e a ausência de uma forte estratégia orientada para a defesa de interesses nacionais, minaram o sucesso da negociação (Kostenko, 2015).

Por um lado, a identidade fortemente condicionada pelo passado soviético não permitiu construir uma estratégia de defesa dos interesses nacionais, bem como impediu a formação de uma avaliação pragmática da ameaça russa. Por outro lado, a necessidade de reconhecimento por parte da comunidade internacional, do novo Estado ucraniano – como Estado desnuclearizado – que não apresente perigo à segurança – acelerou as negociações e precipitou a aceitação das condições sugeridas. A Ucrânia abdicou do seu poder nuclear em troca de uma promessa de segurança, que, como se pode observar pela agressão presente na Crimeia e no Donbas, não foi cumprida pelos signatários do Memorando de Budapeste (Kostenko, 2015).

3.5.2. A questão linguística

Nas primeiras décadas e até aos dias de hoje, as elites políticas ucranianas sempre foram alvo de uma forte influência de Moscovo que usou diferentes estratégias para defender os seus interesses no espaço pós-soviético, como a língua, a cultura, privilégios económicos, entre outros. A questão da língua russa é um exemplo notório que se traduziu em diversos atos jurídico-normativos ao nível regional e nacional, e que permitiam o uso exclusivo da língua russa em algumas regiões do território ucraniano (Golenko e Tyhonov, 2008: 184-187). Como exemplo, podemos referir a polémica Lei № 5029-VI “Sobre os Princípios da Política Estatal de Idiomas”, que entrou em vigor em 10 de agosto de 2012. Esta lei estipulou que, nas 13 regiões da Ucrânia, a língua russa receberia o estatuto de idioma regional, o que praticamente a igualava

a língua oficial. A lei permite o uso da língua regional – falada por pelo menos 10% dos habitantes numa região – em todas as comunicações e documentos oficiais. A aprovação desta lei causou uma onda de protestos por todo o país, com os partidos da oposição a alegarem que a lei tinha sido adotada com violações significativas dos princípios fundamentais da nação ucraniana. Como consequência, em fevereiro de 2014, a Verkhovna Rada da Ucrânia acabou por declarar esta lei como inválida. No entanto, Oleksandr Turchynov, que naquele momento assumia temporariamente as funções presidenciais, recusou a aprovação da eliminação deste ato normativo. Foi somente em fevereiro de 2018 que o Supremo Tribunal Constitucional da Ucrânia (2018) com a decisão № 1-1/2018 declarou inconstitucional a lei “Sobre os Princípios da Política Estatal de Idiomas”.

3.5.3. A questão energética

Outro vetor incontornável das relações entre a Ucrânia e a Rússia é a questão energética. Neste caso, a problemática do gás adquire um peso político especial. Analisando as atuais relações energéticas ucraniano-russas, constatamos que a questão do gás tem acompanhado as políticas externas dos dois países desde o final dos anos 1990. No entanto, com a chegada de Vladimir Putin ao Kremlin, ela transformou-se num rígido instrumento de pressão económica e política sobre a Ucrânia (Hrushko, 2013:2). No cerne desta questão está o facto de a Ucrânia ser energeticamente dependente do gás natural russo, o que é constantemente lembrado em diversas negociações. Por outro lado, a Rússia exporta o gás e petróleo para o resto da Europa, através de gasodutos e oleodutos que passam pelo território ucraniano, o que pode constituir um contrabalanço nas relações de dependência (Ksionzenko, 2001: 3). Contudo, a Ucrânia não consegue usar a sua vantagem tão eficazmente como a Rússia. O lado russo pode exigir a alteração de preço do gás, bem como reconsiderar seus acordos prévios com a Ucrânia sempre que considerar conveniente, enquanto que qualquer interrupção do trânsito dos recursos russos por parte da Ucrânia causa danos à sua reputação como parceiro económico, o que resulta em estratégias de diversificação de abastecimento energético por parte da UE e de outros parceiros, prejudicando o seu estatuto do país que assegura o transporte. O facto de que, nos últimos anos, a Rússia estar a investir em projetos para a construção de novos oleodutos e gasodutos que contornem o território ucraniano, aumenta a ameaça russa no campo da segurança energética,

visto que, mais uma vez, a Ucrânia vai deixar de poder usar a sua condição como país de trânsito para ter margem negocial com Moscovo – evidenciando uma urgente necessidade de reforma deste setor e diversificação de fontes de abastecimento (Babets, 2017; Ministério da Energia e de Indústria de Carvão da Ucrânia, 2017).

3.5.4. A questão religiosa

De não somenos importância surge a questão religiosa. A igreja ortodoxa sempre teve um papel central na cultura e identidade ucraniana. Porém, Moscovo tem usado a religião como um instrumento político desde os tempos imperiais, sendo que o Patriarcado de Moscovo pode ainda hoje ser visto como um mecanismo de propaganda. Com efeito, desde o Tratado de Pereiaslav que a Rússia recorre frequentemente à religião para sustentar a construção do “mundo russo”. Assim, a doutrina pró-russa da Igreja Ortodoxa, controlada pelo Patriarcado de Moscovo e suas filiais, influenciam fortemente a construção identitária do povo ucraniano, resultando em separatismo, tensão social e em profunda deformação do seu desenvolvimento religioso, cultural e intelectual, levando à degradação e desaparecimento da elite ucraniana, que deve defender a verdade e memória histórica (Shkribniak, 2016: 282).

Desde o reinado do Pedro I que a Igreja Ortodoxa sofreu intervenções que influenciaram a sua autonomia, assim Czar Pedro I aboliu o princípio patriarcal da escolha do representante máximo da Igreja e nomeou um procurador que comandava toda a estrutura religiosa. Ainda neste período, em 1686 foi extinto o estatuto Canônico-Metropolitano da Igreja Ortodoxa Ucraniana e, posteriormente, com a proibição da língua e literatura ucraniana nas missas (anátema de 1690) foi posta em causa qualquer possibilidade de autonomia e desenvolvimento de igreja ucraniana. Durante os anos soviéticos, a igreja ucraniana não foi isenta da atenção repressiva do regime, destaca-se a liquidação de União de Brest, voltando o domínio do Patriarca de Moscovo sobre a Ucrânia. Nos dias de hoje o Patriarcado de Moscovo continua a manter relações estreitas com o Kremlin e desempenha um papel desintegrador na sociedade ucraniana. Por um lado, porque impede a formação de cânones de uma igreja comum ucraniana e não reconhece sua autonomia. Por outro lado, porque fomenta o processo de russificação da sociedade ucraniana, propagando a língua russa e as visões geopolíticas do Moscovo, que são disseminadas durante a eucaristia e

durante intervenções públicas dos seus patriarcas. Assim como, a integração do clero na esfera político-religiosa de chauvinismo russo impede a cristalização da identidade ucraniana, livre da herança russa e direcionada para a integração europeia. Atualmente, constata-se que o Estado investe na criação de relações próximas com a Igreja, tanto na Rússia, como na Ucrânia, reproduzindo a prática imperial, de forma a utilizá-la como instrumento moral, com forte bagagem de propaganda política, sobre os crentes – cidadãos –, que são também potenciais eleitores (Shkribniak, 2016: 352-364). Recentes estudos sociológicos confirmam a importância da igreja na sociedade ucraniana, assim o monitoramento das mudanças sociais da Academia Nacional de Ciências – Instituto de Sociologia (2016: 455) aponta que mais de 50% dos respondentes confiam nas estruturas religiosas. Estes dados são também confirmados pelo estudo do Centro Rozumkova (2018) que constatam que a igreja possui um dos maiores índices de confiança na sociedade ucraniana (61%) em comparação com o Presidente (14%), polícia (33%), juízes (8%), entre outros.

3.6. Considerações finais

A contextualização de diferentes períodos e acontecimentos históricos evidencia a complexidade de relações entre a Ucrânia e a Rússia, assim como forte influência russa na construção da identidade e ideia nacional ucraniana, que durante séculos olhava o “russo” como um “outro”, procurando demonstrar suas características distintivas e defender a sua autonomia. Evidencia-se ainda, que séculos de dominação violenta de Moscovo sobre os ucranianos, assim como uma longa tradição de acordos não cumpridos: o Tratado de Pereiaslav, que em vez de proteção levou a abolição do *Sich* de Zaporozhja; a Constituição soviética que reconhecia a soberania ucraniana, mas a subordinava ao controlo totalitário da URSS; e o Memorando de Budapeste, que garantia a segurança e a integridade territorial ucraniana, mas tornou-se um acordo negligenciado pelos assinantes, no atual contexto de agressão russa na Crimeia e no Donbas se destacam, marcando a atualidade das relações entre estes os dois países. Este enquadramento permite uma análise mais aprofundada dos eventos mais recentes em território ucraniano, como o Movimento EuroMaidan a Revolução da Dignidade, a anexação da Crimeia e a guerra na região do Donbas. O próximo capítulo aborda estes acontecimentos com o objetivo

de identificar ligações com o passado histórico ucraniano e compreender a relação entre identidade e conflito no caso ucraniano.

4. O processo de construção da “nova” identidade ucraniana e o conflito com a Rússia

Desde a sua independência, a Ucrânia demonstrou a sua vontade de integração nas estruturas ocidentais. Já em 1993, na Resolução parlamentar № 3360-XII, sobre as principais orientações para o futuro desenvolvimento estratégico, é declarado o vetor europeu como sendo prioritário: “a meta promissora da política externa da Ucrânia é a adesão do país às Comunidades Europeias, desde que isso não prejudique os seus interesses nacionais”. Neste período são estabelecidos os primeiros contactos ao mais alto nível e é instituída a primeira representação das Comunidades Europeias em Kyiv, que mais tarde, com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, se torna a representação oficial da UE no país (Delegação da UE na Ucrânia, s.d.).

Em 1994 é assinado o acordo *Partnership and co-operation agreement* entre a UE e a Ucrânia (em vigor desde 1998). De notar que este foi o primeiro acordo assinado pela UE com os países do espaço pós-soviético. Até aos anos 2000 foram negociados vários acordos de parceria económica sectorial, nomeadamente sobre o comércio de produtos têxteis, em 1993, e de produtos siderúrgicos, em 1997. Para além de uma relação no plano económico e financeiro, a UE, como ator de peso na arena internacional, apoiou o Estado ucraniano na sua integração nas organizações internacionais como a Organização Mundial de Comércio, e prestou apoio ao processo de adaptação da legislação ucraniana aos padrões europeus (Kamyshev, 2010). Estas interações entre os dois atores permitiram criar uma relação de confiança mútua, onde a UE era vista como um parceiro que apoiava a democratização e a modernização da Ucrânia, reconhecendo a sua soberania e importância geopolítica.

Com o novo milénio, as lideranças nacionais ucranianas começaram a afirmar uma política externa multi-vectorial, onde, por um lado, era notório o desejo de aproximação ao Ocidente e, por outro, se apostava em fortes laços de proximidade com Moscovo. O primeiro momento de viragem nas relações entre a Ucrânia, a Rússia e a UE ocorre em 2004, com a Revolução Laranja (Reznik, 2016). Já na preparação das eleições parlamentares de 2002, devido ao aparecimento de algumas forças de oposição, que de certa forma foi possibilitada pelo regime de Leonid Kuchma, se começou a notar uma tendência dualista no mosaico partidário ucraniano no que toca à orientação da política externa do país. Assim, surge uma coligação pró-russa (liderada por Viktor Yanukovitch), que era associada com a governação da elite oligárquica e corrupta,

bem como com a aproximação à Rússia, e que se mostrava pouco transparente no que toca à salvaguarda dos interesses nacionais ucranianos. Do outro lado, surge a coligação pró-ocidental (liderada por Yulia Tymoshenko e Viktor Yushchenko), que defendia a aproximação à UE, visto como o caminho para a consolidação de uma Ucrânia democrática, igualitária e pluralista. Desta forma, a contestação popular que se seguiu à vitória oficial de Viktor Yanukovitch nas eleições presidenciais de 2004, levando posteriormente à realização de novas eleições que consagraram Viktor Yushchenko como presidente da Ucrânia, serviu de confirmação do desejo dos ucranianos de seguir a via da integração europeia, adotando os princípios de uma economia de mercado, da democracia liberal e do respeito pelos direitos e liberdades humanas (Freire, 2006; Rywkin, 2014).

Após a Revolução Laranja, em 2005, o Conselho da UE reconheceu que a Ucrânia transitou para uma economia de mercado, e foram iniciadas consultas sobre a negociação de um acordo mais aprofundado entre as duas partes. Em 2008, a Ucrânia passa a ser abrangida pela Parceria Oriental da Política Europeia de Vizinhança da UE (esta última criada em 2004) e é desenvolvido o documento estratégico *EU-Ukraine Association Agenda*, que continha um conjunto de etapas e reformas a serem empreendidas pela Ucrânia de forma a preparar a associação à UE. No decurso deste processo, em 2013, a UE e a Ucrânia concluem o Acordo de Associação (AA) que deveria ser assinado pelas partes para poder entrar em vigor. Contudo, o então presidente ucraniano, Viktor Yanukovitch, recusou-se a assinar o mesmo na cimeira de Vítlnius, despoletando um processo de revolta popular que conduziu ao movimento EuroMaidan e à Revolução da Dignidade (Emerson e Movchan, 2016).

De constatar que, para a UE, a Ucrânia é vista como um parceiro estratégico, mas de difícil cooperação, devido à sua política multi-vectorial e ao peso político da Federação Russa que acabava por condicionar a agenda das relações UE-Ucrânia. Com efeito, a Rússia encara a Ucrânia como um Estado tampão que protege a Federação da expansão, quer da UE, quer da OTAN, e não está disposta a aceitar a aproximação de Kyiv a Bruxelas. Assim, a Ucrânia surge como um ponto geoestratégico crucial tanto para a UE (e para a aliança euro-atlântica que parece acompanhar a expansão da integração europeia), como também para uma Rússia interessada em consolidar o seu poder no espaço pós-soviético, nomeadamente através da União Eurasiática, que surge como projeto regional concorrente da UE (Dias, 2015: 45; Freire, 2008; Blank, 2014).

4.1. O Movimento EuroMaidan e a Revolução da Dignidade

No dia 21 de novembro de 2013, o governo ucraniano anunciou a suspensão dos trabalhos preparatórios para a assinatura do AA entre a Ucrânia e a UE. Esta notícia surpreendeu até os mais eurocéticos dentro do espectro político e social ucraniano. O AA com a UE era visto como o culminar de um longo processo de integração que, apesar de vários avanços e recuos, foi transversal a todos os governos ucranianos, incluindo aqueles que revelavam uma clara orientação pró-russa. Com efeito, durante os primeiros três anos da administração de Viktor Yanukovitch – líder do Partido das Regiões eleito como Presidente da Ucrânia em 2010, com assumidas simpatias pró-russas –, o interesse na integração europeia era demonstrado publicamente, quer através de discursos oficiais, quer através de negociações regulares com a UE para o efeito. Foi justamente por isso que a suspensão das negociações do AA causou tanta surpresa, levando alguns ativistas e jornalistas a concentrarem-se na principal praça do país – a Maidan Nezalejnosti (Praça da Independência) –, aos quais rapidamente se juntaram membros da oposição ao governo e elementos da sociedade civil, que viram neste recuo nas negociações com a UE a perda da esperança num futuro europeu – visto pela sociedade ucraniana como sinónimo de uma vida mais próspera e igualitária (BBC, 2017; Zubrytska, 2011; Vogel, 2010).

Os ativistas permaneceram na praça Maidan, demonstrando o seu apoio ao processo de integração europeia, com o intuito de mudar a posição dos seus líderes políticos durante a Cimeira de Vilnius – onde estava prevista a assinatura formal do AA com a UE. O que estava em causa não era apenas o desenvolvimento do país com a ajuda de fundos e meios disponibilizados pela UE, mas todo um mudar de mentalidade e práticas políticas que pudessem conduzir à efetiva modernização económica e política da Ucrânia. Foi toda esta visão que colapsou com a não assinatura do AA e levou à exacerbação da revolta da sociedade civil ucraniana. Apesar da composição dos protestantes ser bastante eclética, verificou-se uma forte participação de estudantes universitários. Com efeito, o caos em que tinha mergulhado o processo de transição económico ucraniano, acarretou uma série de problemas sociais, incluindo a desvalorização da educação em virtude da banalização dos graus académicos e da falta de oportunidades de emprego real para quadros qualificados, o que gerou enorme descontentamento no seio da população estudantil. De acordo com relatórios oficiais ucranianos,

em 2013 registaram-se cerca de 1 573 000 desempregados (40% dos quais há mais de 6 meses), dos quais 42% teriam menos de 35 anos. Esta situação revela uma tendência de continuidade com anos anteriores, já que, em 2012, 49% dos desempregados ucranianos (correspondendo a 887 900 desempregados) tinham menos de 35 anos, e destes 52 900 eram graduados e 33 500 tinham formação profissional (Ukrstat, 2014; Ukrstat, s.d.; Libanova et al, 2016).

Foi esta geração que serviu de motor à Revolução da Dignidade que ocorreu entre 2013 e 2014, na continuidade do movimento EuroMaidan que se iniciou com os protestos de novembro de 2013. A exigência da mudança fomentada por uma nova consciência identitária que era promovida por uma nova geração ucraniana: “a geração da independência” constituída maioritariamente por jovens nascidos entre 1985-1993 e que, por isso, não têm memória da Ucrânia soviética. Esta geração, que não participou dos eventos revolucionários anteriores (como, por exemplo, a Revolução Laranja, em 2004-2005), pretendia abolir a hierarquia vertical do sistema político ucraniano e acabar com o controlo do poder por parte de elites oligárquicas que agiam em benefício próprio e não em prol do bem comum. Outro elemento diferenciador, prende-se com o facto de esta geração sentir mais proximidade identitária com os jovens das sociedades europeias do que com a geração dos seus pais e avós, o que aponta para o facto de a sociedade ucraniana passar não só por uma mudança política, mas também geracional. Daqui resultou uma reivindicação popular fortemente orientada para a demanda de uma política qualitativamente diferente, no que toca à abordagem e ao conteúdo, o que de alguma forma se encontra na linha dos movimentos revolucionários estudantis que se verificaram em 1968 na Europa Ocidental contra o conservadorismo, a opressão política e os valores antiéticos que marcavam as sociedades de então (DIF, 2013; Onuch, 2014, Hrytsak, 2014).

Numa fase inicial, o objetivo do movimento EuroMaidan era levar as elites políticas ucranianas a mudar de postura face ao processo de integração europeia e a assinar o AA com a UE. A Cimeira da Parceria Oriental em Vilnius – onde estava prevista a assinatura do documento – decorreu entre 28 e 29 de novembro de 2013. Apesar de nas vésperas da mesma, o vice-Primeiro-Ministro ucraniano Sergey Arbutov ter prometido que o acordo seria assinado, durante a Cimeira, o Presidente Yanukovitch recusou a proposta europeia. Isto acontecia na mesma altura que se desenrolavam as negociações com a Rússia sobre a possível entrada da Ucrânia na União Eurasiática – um projeto de integração regional que visava reforçar a influência da Rússia

no espaço pós-soviético e que era simultaneamente concorrente e incompatível com o processo de integração europeia. Estas negociações foram acompanhadas de encontros secretos entre o Presidente da Federação Russa, Vladimir Putin, e o Presidente ucraniano, onde o primeiro terá concedido importantes incentivos económicos e financeiros ao segundo como forma de incentivar a sua escolha russa em termos de integração regional (Freedman, 2014: 18-19). Para a população ucraniana, isto significava uma rutura com o já longo caminho de europeização da Ucrânia e uma clara ingerência da Rússia nos assuntos internos de Kyiv – algo que reaviva sentimentos de dominação histórica e a necessidade de afirmar de forma mais demarcada a especificidade da identidade ucraniana por oposição à identidade russa. Como consequência, o descontentamento popular agravou-se e a dimensão política dos protestos intensificou-se, ficando clara a pressão para que o governo ucraniano repensasse a política externa do país e a compromettesse de forma inequívoca com uma maior integração na UE – vista como a única forma de proteger a nação ucraniana de uma Rússia forte, assertiva e opressora. É este momento que marca o início da segunda vaga de protestos da Revolução da Dignidade, que agora se alastravam a outras regiões do país – demonstrando a solidariedade nacional perante esta questão e dando força ao movimento EuroMaidan (Dias, 2013: 188-289; Carroll, 2014; Korol, s.d.).

Este movimento adquire então novos contornos. Se inicialmente a principal reivindicação estava relacionada com a escolha europeia do país, com o desenrolar dos acontecimentos ele passa a ser também anti-administração Yanukovitch e a favor da reforma do sistema político ucraniano – ou seja, pela transformação interna do país. Para isto contribuiu a reação governamental aos protestos que foi extremamente violenta. Com efeito, os abusos perpetrados pelas forças policiais especiais – *Berkut* – e a repressão violenta dos manifestantes, fez com que o EuroMaidan passasse de um fenómeno localizado para um movimento nacional contra o regime de Yanukovitch, o que fica claro na substituição dos slogans dos manifestantes em dezembro de 2013 de “A Ucrânia é Europa!” para “Prisão para o agressor!” (Korol, s.d.).

Nesta etapa muda também o perfil dos protestantes. Apesar de 2/3 do total continuarem a ser jovens estudantes, consta-se maior envolvimento de homens na faixa dos 34-45 anos de idade, de classe média social, com emprego a tempo integral, que apoiavam a integração europeia como forma de transcender a estagnação económica e política da Ucrânia. Em termos de

composição étnica, os manifestantes refletiam de forma equilibrada o contexto nacional, sendo que 92% dos manifestantes eram ucranianos étnicos, e os restantes 8% eram repartidos entre russos étnicos e outras minorias que partilhavam as inspirações de combater a corrupção e o caos político no país (Onuch, 2014; Nikitina e Liubyva, 2015: 227-239).

Esta transformação foi acompanhada de um intensificar da violência entre protestantes e as forças policiais fiéis ao regime. Perante esta situação, Yanukovitch procurou normalizar a situação reunindo-se com os ex-Presidentes ucranianos e recebendo a então Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Catherine Ashton, com vista a alcançar um compromisso (Szeptycki, 2014; Korol, s.d.). Contudo, ao mesmo tempo, o seu partido – o Partido das Regiões – organizava um conjunto de protestos anti-Maidan, compostos por radicais – conhecidos por *titushky* – que provocavam confrontos com a polícia, por forma a descredibilizar a causa do EuroMaidan e difundi-lo como um movimento radical e desordeiro (Kozachenko, 2014; Diuk, 2014: 87). Por outro lado, Yanukovitch reunia também com o seu homólogo russo para discutir as relações políticas e económicas entre os dois países. Como resultado das negociações ocorridas em dezembro de 2013, a Rússia prometeu um apoio financeiro no valor de 15 mil milhões de dólares e criou as condições para o prolongamento do contrato de fornecimento de gás entre a Gazprom e a Naftogaz – principais empresas do setor energético, em particular do gás, na Rússia e na Ucrânia, respetivamente – para o período entre 2009-2019, em condições favoráveis para a Ucrânia (Englund, 2013). Tudo isto sugeria que apesar de todos os esforços diplomáticos, a administração de Yanukovitch não estava disposta a ceder na sua visão estratégica de aproximação à Rússia em detrimento de uma maior integração europeia como exigido pela sociedade civil ucraniana.

Isto ficou claro com a adoção de um pacote legislativo pelo Parlamento ucraniano, em janeiro de 2014, para reprimir a liberdade de expressão e manifestação. As leis adotadas visavam impedir ações de protesto pacífico, expandir a capacidade repressiva das forças policiais contra os manifestantes, limitar os direitos civis da população ucraniana e criminalizar a oposição e a sociedade civil em caso de participação em manifestações públicas. Estas medidas foram designadas popularmente como “leis ditatoriais”, por terem sido aprovadas em grave violação das regras legislativas nacionais – uso do sistema de votação de mão no ar e não do sistema de votação automática como é prática no Parlamento ucraniano, bem como a publicação do

conteúdo das leis discutidas apenas após a sua votação e não antes, o que afeta o reconhecimento e a legitimidade das mesmas. Este pacote legislativo foi uma reação das autoridades aos protestos populares que, nesta fase, se verificavam um pouco por toda a Ucrânia. Mas ele sugere também um grau de aproximação à Rússia já que muitas das leis aprovadas são semelhantes às aquelas existentes na legislação russa, sendo em alguns casos ainda mais rigorosas e opressivas (Sakwa, 2015: 83).

4.2. Da revolução até ao renascimento do *Sich* de Zaporozhja

The atmosphere on the square has now become legendary. The sweet smoke from wood-burners was tempered by the acrid fumes from burning tyres, while purposeful platoons marched intent on their business of saving Ukraine. What appeared to be a funeral pyre became a monument to freedom (Sakwa, 2015: 82).

Ao longo das últimas décadas, a sociedade ucraniana demonstrou várias vezes a sua capacidade de mobilização e envolvimento em protestos políticos: em 1990, os protestos estudantis conduziram à independência do país; em 2004-2005, no contexto da Revolução Laranja, a população ocupou a praça Maidan para exigir eleições presidenciais justas e transparentes conseguindo que fosse realizada uma terceira ronda de votações presidenciais da qual resultou a eleição de Viktor Yuschchenko (o candidato pró-europeu que tinha sido anteriormente derrotado pelo candidato pró-russo Viktor Yanukovitch, em eleições que não cumpriram os critérios internacionais); e em 2013-2014, a população revoltou-se durante 100 dias na praça Maidan gerando uma transformação política interna que provocou uma das maiores crises europeias no pós-Guerra Fria (Sakwa, 2015: 81-84).

Como resultado deste processo, a praça Maidan passou a simbolizar o renascimento do *Sich* da nação ucraniana – uma manifestação da vontade e governação popular, um exemplo de guerreiros e lutadores que resistem até atingirem a reestruturação profunda e radical do sistema político nacional. Se inicialmente estes protestos eram essencialmente pacíficos, com a Revolução da Dignidade, a defesa da praça Maidan e, por conseguinte, da nação ucraniana, passa a ter uma estrutura “quasi-militar”. Para organizar os protestos e resistir à repressão policial foi criado um Comité de Defesa – *samooborona* –, comandado pelo nacionalista

ucraniano Andriy Parubiy, assim como unidades de defesa armadas – *sotnyas* (centenas em tradução literal) – que funcionavam como esquadrões de defesa dos manifestantes. É formado igualmente o Conselho de Maidan, para coordenar as manifestações e, posteriormente, para aconselhar os decisores políticos ucranianos. Como resultado desta organização mais estruturada dos protestos, a entrada na praça Maidan passou a ser criteriosamente controlada com o objetivo de impedir a entrada dos provocadores simpatizantes do Partido das Regiões – *titushki* –, que tinham a agenda de descredibilizar as reivindicações do movimento EuroMaidan. A preocupação com a segurança dos manifestantes num contexto cada vez mais turbulento era também alvo de atenção e levou à criação do grupo autoMaidan, que garantia o transporte seguro dos manifestantes, da Guarda Noturna que vigiava a praça, e do EuromaidanSOS, que providenciava assistência legal, jurídica e coordenava a busca de pessoas desaparecidas. Além disso, existiam centros de coordenação virtuais e recursos *web* (tais como a *opir.org*) que alertavam os ativistas sobre a localização do *Berkut* em tempo real (Sakwa, 2015: 83-85).

À medida que os protestos cresciam em dimensão e intensidade, também a resposta policial se agravava. Em finais de janeiro de 2014, registou-se o uso de armamento letal contra os protestantes, resultando na morte de 5 civis. Mais que intimidar a população, estes eventos provocaram uma radicalização das manifestações, não só em Kyiv, mas noutras cidades ucranianas. Paulatinamente, foram criadas assembleias e conselhos populares com o intuito de derrubar as autoridades locais fiéis ao regime de Yanukovitch. Como resultado, em poucos dias, ativistas em Lviv, Ternopil, Rivne e Chernivtsi ocuparam os edifícios das administrações regionais. Somente em Donetsk, Lugansk e Kharkiv se registaram manifestações de apoio às autoridades vigentes (Korol, s.d.).

Perante o exacerbar das tensões, começam a surgir as primeiras tentativas de compromisso político entre a administração de Yanukovitch e o movimento EuroMaidan. No início de fevereiro de 2014 é acordada a amnistia de todos os ativistas retidos pelas autoridades ucranianas, o retorno à redação da Constituição de 2004 (entretanto alterada para reforçar os poderes presidenciais), e é proposto que Arseniy Yatsenyuk, um dos líderes da oposição, assumisse o cargo de chefe do governo. Nesta fase, contudo, a população ucraniana estava irredutível na sua exigência de demissão do Presidente em funções. Entre 19 e 20 de fevereiro ocorreram os confrontos mais violentos e sangrentos de todo o processo revolucionário. O então

Ministro da Administração Interna, Vitaliy Zakharchenko reconheceu oficialmente a utilização de armamento letal pelo *Berkut* e outras forças especiais de segurança. Como resultado, registaram-se mais de 100 mortos civis que foram celebrados pelos manifestantes como a “Nebesna Sotnia” (a Centena Celestial). Este é um momento simbólico que leva à recuperação de lemas nacionais históricos, nomeadamente o slogan “Glória para a Ucrânia! Glória para os Heróis!”, popularizado por Stepan Bandera (1909-1959) – um dos mais célebres nacionalistas ucranianos (Sakwa, 2015: 82-100).

Na madrugada do dia 21 de fevereiro iniciam-se as negociações sobre a solução da crise entre Viktor Yanukovitch e os líderes da oposição, envolvendo representantes da UE e da Rússia. Daqui resultou um acordo a que Yatsenyuk chamou “a rendição de Yanukovitch”. O documento satisfazia as exigências populares referentes ao retorno à Constituição de 2004, à realização de eleições presidenciais extraordinárias e à investigação imediata sobre os assassinatos e a violência desproporcional durante as manifestações do EuroMaidan. No próprio dia, o Parlamento ucraniano reuniu em sessão extraordinária para aprovar estas medidas, demitir o então Ministro da Administração Interna e libertar todos os ativistas ligados ao EuroMaidan. Apesar de nada ter sido decidido em relação ao Presidente em funções – para além da realização de eleições antecipadas – Viktor Yanukovitch deserta no próprio dia para a Rússia, abandonando o seu cargo e deixando a Ucrânia entregue a um governo interino assumidamente pró-europeu. Todo este processo foi visto interna e internacionalmente como um momento transformador para a sociedade ucraniana e para o próprio processo de identidade desta nação, entrando para a memória histórica e simbólica deste povo como a Revolução da Dignidade que passa a ser oficialmente celebrada a 21 de novembro (Korol, s.d.; Kovtunovych e Pryvalko, 2015).

Neste momento, o sentimento identitário nacional une o povo em torno de um objetivo e uma ideia comum. As pessoas vão para a praça Maidan para participar numa luta conjunta. Assim, o Maidan, tal como o *Sich*, representa um lugar que atrai os ucranianos – pessoas livres por sua vocação histórica. Na Praça de Independência, como nas praças públicas do *Sich*, ocorrem conselhos populares – reuniões herdadas dos cossacos – onde se discutem assuntos de relevância nacional. Com esta auto-organização dos manifestantes inicia-se uma profunda transformação identitária, pois cada um individualmente começa a sentir a responsabilidade pelo destino do país. Não só as barricadas físicas que eram comuns no *Sich* e no Maidan, mas também o

propósito: os cossacos reuniam para lutar contra a opressão dos invasores, assim como o movimento EuroMaidan, nesta etapa, lutava contra a opressão do regime político. Contudo, o movimento EuroMaidan pretendia ser, desde o início, um movimento pacífico, ao contrário dos métodos guerrilheiros dos cossacos. Foi somente depois das primeiras opressões violentas por parte do *Berkut*, que são organizadas as *sotnias* de *samooborona* (centenas de autodefesa, em tradução literária). Desta forma, os protestos do EuroMaidan recuperam a herança simbólica do *Sich*, bem como os slogans dos tempos revolucionário-nacionalistas de Bandera, para reviver o espírito patriótico destes, mas adaptado à nova realidade e à nova geração.

O país decerto mudou. O quê mudou? Surgiu o sentimento de que caso necessário - eu vou ser defendida pelos milhões, como foram defendidos aqueles estudantes agredidos pelo “Berkut”. Nasceu a consciência de que qualquer pessoa podia estar no lugar deles, e qualquer um pode sentir que país inteiro está com ele. Que tu vais ser apoiado. Que tu vais ser socorrido (Memórias da ativista do Maidan – Dubicheva Oleksandra in Kovtunovych e Pryvalko, 2015: 278).

4.3. Um novo rumo para a Ucrânia – o governo interino pós-Maidan

O novo governo interino assumiu funções a 27 de fevereiro de 2014, quando o Parlamento ucraniano aprovou a nomeação de Arseniy Yatsenyuk para o cargo de Primeiro-Ministro da Ucrânia, com um voto favorável de 371 deputados num total de 450, o que demonstra o forte apoio que recebeu. Este apoio é também resultado da vontade popular, já que a sua nomeação foi decidida, em primeira instância, pelo conselho de Maidan que, no dia anterior, tinha realizado uma reunião geral na praça Maidan para deliberar a estrutura e funções do futuro governo ucraniano (BBC, 2014; Balyta, 2014). Estas indicações foram incorporadas na Lei № 799-VII, aprovada pelo Parlamento ucraniano, que definia o programa estratégico do governo interino, incluindo os seus objetivos e tarefas, nomeadamente: garantir a soberania, integridade territorial e inviolabilidade da independência e autonomia da Ucrânia; assinar o AA com a UE, cumprindo todas as condições necessárias para a rápida realização do regime de isenção de vistos para os cidadãos ucranianos; desenvolver relações de vizinhança amigáveis e multidimensionais com a Rússia, com base nos princípios da igualdade e do respeito, bem como a escolha europeia do povo ucraniano e a perspectiva de adesão à UE; reforçar a cooperação com o Fundo Monetário

Internacional e cumprir de todas as condições necessárias para a negociação da assistência financeira internacional; estabilizar a economia ucraniana, através da restrição orçamental, revisão fiscal, redução da política de subsídio estatal que condicionam a livre concorrência; e garantir o estado de direito, transparência e prestação de contas à sociedade, através da reforma do sistema judicial e das forças de segurança. A este plano de ação, o movimento EuroMaidan juntou a exigência que se investigassem, de forma abrangente e imparcial, as mortes e outros crimes ocorridos entre novembro de 2013 e fevereiro de 2014 (Sakwa, 2015: 120).

Criava-se, assim, um projeto de construção de um novo sistema governamental baseado no primado do direito e na transparência política – manifesta numa forte dimensão de combate à corrupção, vista como um problema endêmico da sociedade ucraniana –, bem como na separação dos poderes legislativo, executivo e judicial. A esta dimensão mais política acrescentou-se a consolidação da identidade ucraniana, como um elemento distintivo e diferenciado no contexto regional. Este processo de consolidação identitária devia fazer-se em respeito da diversidade étnica, cultural e religiosa da sociedade ucraniana. A língua desempenhou aqui um papel fulcral e foi objeto de intensa legislação por parte do novo governo interino, em conformidade com o artigo 10 da Constituição da Ucrânia:

Article 10. The State language of Ukraine shall be the Ukrainian language.

The State shall ensure comprehensive development and functioning of the Ukrainian language in all spheres of social life throughout the entire territory of Ukraine.

Free development, use, and protection of Russian and other languages of national minorities of Ukraine shall be guaranteed in Ukraine.

The State shall promote the learning of languages of international communication.

The use of languages in Ukraine shall be guaranteed by the Constitution of Ukraine and shall be determined by law.

Esta nova política, que demonstra uma clara rutura com o regime precedente e confirma uma clara escolha do futuro europeu, por um lado, foi uma vitória da nação ucraniana, que atingiu o objetivo que uniu a nação e reforçou a sua consciência nacional, mas, por outro lado, resultou numa inesperada intervenção russa na Crimeia, que serviu de resposta à nova realidade ucraniana. Assim, a vitória na “batalha política” na praça Maidan deu início ao conflito russo-ucraniano.

4.4. O conflito com a Rússia e o reforço da identidade ucraniana

4.4.1. A anexação da Crimeia

The black and red colours of the Bandera movement confronted the black and Orange ST George ribbon [...] (Sakwa, 2015: 99)

O processo revolucionário ucraniano e as mudanças políticas que dele decorreram foram recebidas com animosidade no Kremlin. De forma geral, a Rússia viu no movimento EuroMaidan e no governo interino que assumiu funções em fevereiro de 2014, como parte de um golpe de Estado com um governo legitimamente eleito, e de uma tentativa de perturbação das dinâmicas regionais de poder que ameaçavam os interesses russos no espaço pós-soviético. Assim, o Kremlin empenhou-se numa campanha para descredibilizar a nova liderança ucraniana, acusando-a de ser nacionalista e russófoba. O objetivo era comprometer a reputação do governo de Arseniy Yatsenyuk e, simultaneamente, salvaguardar os interesses estratégicos da Rússia que passavam por manter uma relação de proximidade com a Ucrânia. Com um governo pró-europeu em funções na Ucrânia, a Rússia arriscava-se a perder um importante aliado na região, ver fragilizados os seus projetos de integração regional e perder o controlo da Península da Crimeia, um ponto estratégico incontornável que albergava a frota naval russa estacionada no porto de Sevastopol (Rutland, 2015).

É justamente nesta cidade que, a 26 de fevereiro, se registam as primeiras manifestações contra o novo governo ucraniano, a que se segue a substituição do governador da região autónoma da Crimeia, Anatolyy Mogilev, por Sergiy Aksenev – líder do Partido União Russa que tinha à data apenas 3 assentos na assembleia da Crimeia. Numa sessão parlamentar secreta, realizada em incumprimento das leis regionais da Crimeia e das leis nacionais ucraniana, foi aprovada a realização de um referendo sobre a soberania da Península. Quase simultaneamente, soldados sem insígnias – mais tarde identificados como membros das forças armadas russas, muito embora a Rússia tenha negado qualquer envolvimento nestas operações – ocuparam o aeroporto de Simferopol e outros pontos estratégicos na Crimeia (Sakwa, 2015: 103).

O referendo acabou por assumir a forma de um apelo à reintegração da Crimeia na Rússia e foi sujeito a plebiscito popular em 16 de março de 2014. Segundo os resultados divulgados pela

Comissão da República Autónoma da Crimeia sobre a realização do referendo geral (2014), dos 83% eleitores que participaram no referendo, 96.7% pronunciaram-se a favor da reunificação com a Rússia, por oposição à permanência na Ucrânia. Contudo, o ato eleitoral não foi monitorizado por nenhuma organização internacional imparcial e os seus resultados foram altamente questionados, sendo considerado pelo governo ucraniano como um ato ilegítimo e ilegal. O próprio Conselho Presidencial da Federação Russa para o Desenvolvimento da Sociedade Civil e dos Direitos Humanos (CPFRDSCDH) publicou, no dia 22 de abril de 2014, as seguintes estimativas:

According to almost all citizens and professionals surveyed: - vast majority of inhabitants of Sevastopol voted in a referendum to join Russia (50-80% turnout); in Crimea Peninsula, according to data, 50-60% of voters voted to join Russia, for a total turnout of 30-50%. Inhabitants of the Crimea voted not so much for joining Russia, as for the termination, in their words, of "corruption lawlessness and the thieves dominance of Donetsk henchmen". Residents of Sevastopol voted just for annexation to Russia. Fears of illegal armed formations in Sevastopol were higher than in other regions of the Crimea (Bobrov, 2014).

De notar que, ucranianos e tártaros representavam cerca de 37% da composição étnica da Crimeia (State Statistics Committee of Ukraine, 2001). Assim, por um lado, a dualidade dos dados referentes à participação total registada (83% segundo os resultados oficiais contra os 30-50% segundo o CPFRDSCDH) e, por outro lado, o apelo ao boicote do referendo feito pelas autoridades ucranianas e pelo *Mejlis* (o conselho parlamentar dos tártaros da Crimeia), levam ao questionamento da validade dos resultados, que parecem desfasados da realidade étnica da Península. Além disso, deve-se considerar a componente histórica referente às relações entre os tártaros da Crimeia e Moscovo. Como vimos no capítulo de contextualização histórica, os tártaros – a população indígena da Península da Crimeia – foram vítimas de genocídio e exílio forçado por parte de Moscovo, um processo que faz parte da memória histórica de um povo que só pôde regressar à região durante o período da *Perestroika* (1988-1989) (Balitcer, 2016: 69-81, 102-105). Este legado histórico que marcou a identidade da nação tártara, fez com que a população indígena visse os acontecimentos de 2014 como uma possível repetição das deportações de 1944, levando os seus líderes, Mustafa Dzhemilev e Refat Chubarov, a apelar à atenção internacional para a anexação da Crimeia: “Every month of occupation is a brutal blow to our people. We have no other homeland, except the Crimea, and we will struggle to its de-occupation” (Dzhemilev, 2018).

Contudo, no dia 18 de março é assinado o acordo que formaliza a reunificação da Crimeia com a Rússia. Após a cerimónia oficial, o Presidente russo enquadrou este momento como a correção do erro soviético no que toca à passagem da Península para a jurisdição ucraniana, ao mesmo tempo que reforçava a sua condenação das novas autoridades de Kyiv, apelando à necessidade da defesa dos *sootchestvenniki* – pessoas com mesma Pátria – russos no espaço pós-soviético (Sakwa, 2015: 105, 106). Assim, deixa claro que a Rússia estaria disposta a intervir na sua vizinhança sempre que os seus interesses, e os interesses das populações russófonas, estivessem em risco:

Millions of Russians and Russian-speaking people live in Ukraine and will continue to do so. Russia will always defend their interests using political, diplomatic and legal means. But it should be above all in Ukraine's own interest to ensure that these people's rights and interests are fully protected. This is the guarantee of Ukraine's state stability and territorial integrity (Putin, 2014).

A anexação da Crimeia representou um início de uma nova etapa no que toca à consolidação da identidade ucraniana, uma vez que marcou o início do conflito armado no leste do país – analisado de seguida. Porém, foi a Crimeia e a situação dos tártaros que atraíram a atenção da comunidade internacional (nomeadamente da UE, da Organização para a Segurança e Cooperação Europeia (OSCE) e da OTAN) para as ações russas, ilegais à luz do Direito Internacional. Assim, por um lado, no palco deste conflito, é reforçada a diferenciação da identidade ucraniana em relação ao inimigo – Federação Russa – que surge como “outro”. Por outro lado, a comunidade internacional representou uma contra força à Rússia no que toca aos valores e normas, desempenhando, desta forma, o papel de agente relevante no plano global que legitima e reconhece a identidade ucraniana como única e independente da russa, o que é crucial para a sobrevivência, consolidação e segurança ontológica da mesma.

4.4.2. O conflito no Donbas

Num contexto de elevada tensão, começam a surgir novos movimentos separatistas no leste ucraniano que assumem particular visibilidade na região de Donbas. Estes movimentos tinham em comum a sua orientação pró-russa, a condenação do novo governo interino ucraniano e do

seu alegado nacionalismo radical, bem como a defesa dos russos étnicos em solo ucraniano. Estes movimentos foram acompanhados de um aumento da propaganda russa nos canais televisivos regionais, financiados por oligarcas locais pró-russos. Isto contribuiu para o exacerbar dos ânimos no terreno que rapidamente escalaram para confrontações armadas um pouco por todo o leste ucraniano. Na região de Donbas, os movimentos separatistas eram reforçados com mais apoiantes e voluntários armados (que demonstravam claro treino militar, apesar de não usarem quaisquer insígnias que os permitissem identificar como membros das forças armadas), que ocuparam várias estruturas da administração local da cidade de Slaviansk, bem como infraestruturas de comunicação, por forma a garantir a difusão dos canais regionais pró-russos, que, entretanto, tinham sido cortados pelo governo central. Estes grupos rebeldes montaram uma rede de *checkpoints* e de presença permanente nas maiores cidades da região com o objetivo de assegurar o seu controlo. Ao mesmo tempo, reivindicavam a federalização da Ucrânia – com vista a dotar as suas regiões de maior autonomia face ao governo central – e a realização de referendos semelhantes ao realizado na Península da Crimeia. Isto conduziu à autoproclamação da República Popular de Donetsk (RPD), a 7 de abril, e da República Popular de Lugansk (RPL), a 27 de abril, ambas acompanhadas do anúncio da realização de referendos sobre a autodeterminação para 11 de maio. Os resultados apontaram para a participação de 75% do eleitorado em ambas as regiões, dos quais 89% apoiaram a criação da RPD e 96% a criação da RPL. Perante estes resultados, as duas novas repúblicas anunciaram a sua união, no dia 24 de maio, dando origem à República da Novorossia – projeto congelado em 2015 devido à assinatura dos Acordos de Minsk (referenciados na próxima secção) pelos líderes da RPD e da RPL, deixando a identidade da Novorossia no limbo deste contexto legal (Pravda.ru, 2015). Por trás deste projeto de união, encontravam-se pessoas como Igor Girkin – antigo coronel do exército russo, que participou em vários cenários de guerra, incluindo a Chechénia, a Transnístria, e a Bósnia, tendo sido igualmente um dos líderes da anexação da Crimeia (Sakwa, 2015: 148-154). Assim, o protagonismo dos agentes como Girkin indica, por um lado, a evidente presença da coordenação russa no desenrolar das insurgências na região. Por outro lado, o facto da anterior experiência do Girkin em contextos referidos, revela um conjunto de realidades comuns em todos os cenários: intervenção prolongada do exército russo, porém não assumido com o objetivo de exacerbar as tensões; uma natureza distinta das guerras clássicas, devido às repercussões destes conflitos nas culturas e nas identitárias dos povos; e a invocação de

justificações como a defesa da população russófona (como especialmente no contexto da Transnístria e Crimeia) apontando, assim, para uma difícil resolução do conflito no Donbas.

Os referendos mencionados não foram reconhecidos, nem pelas autoridades de Kyiv, nem pela comunidade internacional. Como forma de conter os avanços dos movimentos separatistas em território ucraniano, o governo interino dá início a uma Operação Antiterrorista (OA) no sul ucraniano e aposta no reforço do exército nacional. A nível internacional, a UE – preocupada com a desestabilização da sua vizinhança – anuncia um pacote de sanções políticas e económicas contra a Rússia –, vista como instigadora das insurgências na Ucrânia, e a OSCE criou a Missão Especial de Monitoramento da OSCE na Ucrânia, responsável pela monitoração da situação humanitária e de segurança no país, bem como pela promoção do diálogo pacífico entre as partes envolvidas nos conflitos (OSCE, s.d.).

Esta segunda frente na intervenção russa igualmente influenciou a dinâmica da consolidação identitária ucraniana. A inesperada ingerência russa implicou um forte envolvimento da população civil no conflito. Por um lado, foram criados batalhões de combate compostos por voluntários para defender as fronteiras ucranianas (tais como: Batalhão AZOV, Batalhão Donbas, Corpo ucraniano voluntário de "Pravyy Sector", entre outros). Por outro lado, surge um movimento de voluntários que recolhem bens para ajudar o exército ucraniano e apoiam a reintegração das pessoas deslocadas devido ao conflito. Desta forma, esta guerra reforça o sentimento de união da nação ucraniana, que, unificada pelo patriotismo, lança todos os esforços conjuntos para a defesa da sua integridade territorial. Por último, a crise no Donbas repercutiu-se no programa estratégico, assim como no conjunto de políticas internas da liderança política, resultante das eleições pós-Maidan, que moldaram legalmente e culturalmente a identidade ucraniana, como iremos analisar.

4.4.3. As eleições presidenciais pós-Maidan e a identidade ucraniana

Na sequência das eleições presidenciais antecipadas que se seguiram ao movimento EuroMaidan, Petro Poroshenko foi eleito como quinto Presidente ucraniano com 54,7% dos votos, no seguimento de uma campanha eleitoral orientada para uma nova forma de vida ucraniana, traduzida no *slogan* “*Live in a new way*” apontando para uma rutura com o passado

soviético, com a governação oligarca e com a corrupção, bem como para o compromisso com a integração europeia, uma vez que “[in] Ukraine must prevail the principles of rule of law, democracy and justice” (Poroshenko, 2014). No discurso inaugural de 7 de junho de 2014, Poroshenko disse que usaria a experiência diplomática para conduzir as negociações internacionais necessárias, com o objetivo de substituir o Memorando de Budapeste e fornecer garantias de paz e segurança do país, alcançando alianças principalmente com as potências ocidentais, para o apoio militar em caso de ameaça à integridade territorial.

“Dear compatriots, from Lviv to Donetsk, from Chernihiv to Sevastopol! We, the Ukrainians, are “a living light in the family of European peoples and active collaborators of European civilisational work.” This was said by Ivan Franko.
“Plant our feet and heart in Ukraine, and keep our heads in Europe,” was the bequest of Mykhailo Dragomanov.
The return of Ukraine to its natural, European state was dreamt of throughout many generations. The dictatorship that reigned in Ukraine in the last several years strived to deprive us of this perspective – the people rebelled. The victorious Revolution of Dignity did not only change the government. The country became different. The people became different. The time for irreversible positive changes has come. In order to make them, we need, first and foremost, peace, security and unity” (Poroshenko, 2014 a).

4.4.3.1. *Uma nova orientação política interna*

No plano interno, o Presidente apostou num conjunto de reformas que visavam uma profunda transformação do país. O objetivo era proceder à limpeza do aparelho de Estado para impedir práticas de corrupção, abuso de poder e violações de direitos humanos, vistas como uma ameaça à segurança nacional e à integridade territorial da Ucrânia. Como parte deste processo, foi aprovada a legislação no sentido de limitar o acesso de membros da administração Yanukovitch às posições de poder por um período de 10 anos. Como resultado, assistiu-se a um elevado número de despedimentos de funcionários públicos, incluindo elementos que tinham ocupado cargos de relevância política e de segurança durante o período soviético, que eram suspeitos de colaboração com agências de inteligência estrangeiras ou que tivessem cometido crimes de fraude fiscal (Denisyuk, 2014: 42-45; Lei № 1682-VII). Estas medidas possibilitaram também uma gradual des-oligarquização do Estado ucraniano. Com efeito, as oligarquias ucranianas dominavam importantes setores estratégicos que lhes permitiam exercer uma considerável

pressão política. Esta realidade foi consolidada durante os anos 1990, quando o então Presidente ucraniano, Leonid Kuchma, privatizou importantes instituições e empresas dos setores económico, financeiro, energético e das telecomunicações, que passaram a ser controladas por oligarcas seus aliados. Para romper com estas práticas, a administração de Petro Poroshenko nacionalizou o maior banco do país – *Pryvat Bank* –, e recuperou o controlo da empresa monopolista de telecomunicações *Ukrtelecom*, bem como da maior empresa do setor energético na Ucrânia: a *Ukrnafta*. Em virtude destas alterações, o peso político dos oligarcas na sociedade ucraniana diminuiu consideravelmente e começam a proliferar casos de sucesso económico sem recurso a favorecimentos e preferências políticas (Yablonovskyi e Zakharov, 2017: 3-10).

Petro Poroshenko parecia empenhado em romper com o legado soviético, bem como com os símbolos totalitários a ele associados, e a dar um novo impulso à transição ucraniana e à consolidação da sua soberania. Para reforçar este processo, deu início àquela que ficou conhecida como a Reforma de “Decomunização” e que foi operacionalizada por um conjunto de iniciativas legislativas aprovadas em 2015. De entre estas, destaca-se a Lei № 3 17-19 sobre “[t]he condemnation of the communist and national socialist (Nazi) regimes, and prohibition of propaganda of their symbols”, que previa a eliminação dos símbolos soviéticos em solo ucraniano, a condenação pública do regime soviético, bem como políticas de maior transparência em relação a este período histórico – com a abertura dos arquivos dos serviços secretos soviéticos – e reconhecimento no nacionalismo ucraniano – em particular dos combatentes do Exército Insurgente da Ucrânia que lutaram pela independência do país. No decorrer desta reforma, foram demolidos centenas de monumentos soviéticos e foram renomeadas mais de 1000 cidades e conselhos. Foi também criado o Instituto Ucraniano da Memória Nacional, com a missão de recuperar e preservar a memória nacional (Gabinete de Ministros da Ucrânia, 2014; Haukhman, 2015; Coynash, 2015).

Um dos pontos centrais da campanha eleitoral de Poroshenko foi a descentralização do poder. Neste sentido, foi assinado, em março de 2014, um decreto que previa a criação de uma Comissão Constitucional para preparar uma reforma constitucional que incluísse a descentralização nas leis fundamentais do país. Contudo, este processo não devia ser entendido como sinónimo de federalização nem como uma fragilização do governo central em matéria de defesa, política externa, segurança nacional, estado de direito e respeito das liberdades civis,

que continuavam a ser da exclusiva competência do governo de Kyiv. Este processo foi considerado como uma das reformas mais bem-sucedidas na Ucrânia pós-soviética, levando à diminuição da subsídio dos orçamentos locais em 24% e ao aumento de orçamentos contribuintes em 12,5%, de acordo com dados da Associação das Cidades Ucranianas de 2017 (Palchuk, 2017: 41). Estes dados são confirmados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional da Ucrânia (2018: 12-17), segundo o qual as receitas para os orçamentos locais em 2015 ascenderam a 99,8 mil milhões de UAH e em 2016 144 mil milhões de UAH. No período entre janeiro e maio de 2018, as receitas para o fundo geral de orçamentos locais aumentaram em mais de 24% em comparação com o mesmo período do ano anterior (Savchyn, 2015).

O processo de transformação da sociedade ucraniana foi complementado pelo decreto, assinado, em janeiro de 2015, sobre a Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da “Ucrânia-2020”. Este decreto inclui 62 reformas para alcançar os padrões de vida europeus, tendo sido elaborada em estreita articulação com peritos do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, bem como especialistas independentes nacionais e internacionais. A principal condição para a implementação desta Estratégia é o estabelecimento de um contrato social entre o governo, o setor empresarial e a sociedade civil, onde cada parte tem a sua quota de responsabilidade no desenvolvimento ucraniano. A estratégia “Ucrânia 2020” representa assim uma visão de futuro para o país, uma visão fortemente ligada à melhoria dos padrões de vida e a uma maior eficiência do Estado (Decreto do Presidente № 5/2015). Para tal, era necessário resolver um dos maiores problemas da sociedade ucraniana: a corrupção. Nesse sentido, foi criado o Conselho Nacional de Política Anticorrupção – órgão assessorio e consultivo que responde diretamente ao Presidente –, o Gabinete Nacional de Anticorrupção e a Agência Nacional para a Prevenção da Corrupção (Lei № 1798-VIII; № 1698-VII; Decreto do Presidente № 808/2014). Posteriormente, foi instituída, em 2015, a Procuradoria Especializada em Matéria de Prevenção da Corrupção, como unidade independente da Procuradoria Geral da Ucrânia, bem como o Supremo Tribunal de Anticorrupção, em 2018 (Lei № 2447-VIII). Também entra em vigor a Lei (№ 1022-VIII) sobre declaração eletrónica de rendimentos para todos os funcionários públicos – destinada a combater a corrupção em todas as estruturas governamentais e a torná-las mais transparentes.

Igualmente o setor judicial foi objeto de reforma, nomeadamente com a instituição de novos procedimentos para a seleção de juízes (com vista a tornar o processo mais justo, transparente e competitivo), a recertificação total dos juízes em funções, e a definição de um conjunto de regras a serem cumpridas no exercício de funções (nomeadamente no âmbito da corrupção e das práticas de evasão fiscal), sob pena de responsabilização disciplinar ou até mesmo demissão. O objetivo era melhorar os procedimentos e processos judiciais para criar condições para a realização de julgamentos justos para os cidadãos ucranianos (Lei № 192-VIII). É precisamente neste sentido que, em 2016, são implementados o novo Estatuto de Juízes e o novo Guia do Sistema Judicial ucraniano, que determinaram a organização do sistema judicial segundo os princípios do Estado de direito e as normas europeias. É ainda criado o Conselho Superior da Justiça, para garantir a independência política do mesmo, competindo-lhe nomear, transferir, exonerar e deter juízes (Emerson et al, 2017; Lei № 1402-VIII).

Por fim, também o setor da educação foi alvo de reformas abrangentes, donde se destaca o estabelecimento de 12 anos de escolaridade e a instituição do ucraniano como língua de ensino, muito embora se salvasse o direito de as minorias étnicas poderem estudar na sua língua nativa até ao 5º ano de escolaridade (Lei № 2145-VIII). Este enfoque na língua foi estendido aos meios de comunicação, sendo introduzidas quotas de idioma na rádio e na televisão. A lei estabelece uma quota semanal obrigatória para programas e filmes em ucraniano na televisão e na rádio nacionais, não se aplicando a mesma a canais televisivos regionais, a emissões de satélite ou a programas do foro educacional e científico em línguas da UE (Lei № 2054-VIII). No reforço destas medidas, a administração de Poroshenko assinou ainda um decreto “Sobre medidas urgentes para reforçar o estatuto oficial da língua ucraniana e promoção do espaço cultural unificado”, que prevê o estabelecimento de metas para 2018-2028 para garantir o uso da língua oficial em todas as esferas da vida pública, criando um espaço cultural comum, assim como a preservação da integridade cultural e identitária da nação (Decreto do Presidente № 155/2018 № 156/2018).

4.4.3.2. Segurança, defesa e política externa – a identificação ucraniana pela diferenciação em relação à Rússia

As políticas externas, de segurança e defesa do Presidente Poroshenko destacam-se das adotadas por administrações anteriores pela sua clara orientação europeia e ocidental, que passa pelo aprofundamento de relações de cooperação com a UE, a OTAN e os Estados Unidos da América – vistas como um elemento essencial para garantir a independência ucraniana e proteger o país contra ameaças externas.

Respondendo aos anseios do movimento EuroMaidan, Poroshenko assinou o AA com a UE em Bruxelas, a 27 de junho de 2014, e concluiu todos os procedimentos necessários para obter o regime de isenção de vistos com a UE. No final de 2015, a UE reconheceu oficialmente o cumprimento pela Ucrânia de todas as condições de liberalização de vistos, muito embora a mesma só tenha sido concretizada em junho de 2017 (devido a atrasos relacionados com a crise dos refugiados) (UE, s.d). As autoridades ucranianas celebraram este momento como o culminar de um processo de desvinculação da Rússia e de garantia da independência ucraniana em harmonia com os valores europeus.

Não obstante, Poroshenko empenhou-se em dialogar com a Rússia com vista a resolver pacificamente o conflito no Donbas. Para o efeito, o Presidente criou um grupo de contacto trilateral, para o qual foi convidado o embaixador da Rússia na Ucrânia, e estabeleceu várias conversações com o Presidente russo, Vladimir Putin. Foi desenvolvido um “Plano de Paz” para o Donbas, sendo que algumas das medidas previstas no mesmo foram concretizadas nos acordos de paz de Minsk: o Protocolo de Minsk, de 5 de setembro de 2014, destinado à estabelecer o regime de cessar-fogo, assinado entre a Ucrânia, a Rússia, a RPD e a RPL; o Memorando de Minsk de 19 de setembro de 2014, que reforça os compromissos do Protocolo; o Conjunto de Medidas de Cumprimento dos Acordos de Minsk de 12 de fevereiro de 2015, negociados devido ao colapso do Protocolo e assinado pelos representantes da OSCE, Ucrânia, Rússia, RPD e RPL; e a Declaração dos Líderes da Rússia, Ucrânia, França e Alemanha, de 12 de fevereiro de 2015, que complementa o Conjunto de Medidas (Khylko, 2015; Golanski, 2016).

Apesar disso, a situação no terreno não indicava sinais de alívio de tensões e as relações entre a Ucrânia e a Rússia estavam também longe da normalização. Vários episódios contribuíram para este estado das coisas, incluindo a quebra de um acordo que permitia às forças militares russas transitar por território ucraniano para aceder à Transnístria, e a aplicação de sanções económicas contra empresas e cidadãos russos, abrangendo no total: 105 entidades legais e 388 pessoas

físicas, nomeadamente as companhias de aviação russa, de construção naval, bancos, centros industriais e militares, assim como os seus canais televisivos (Decreto do Presidente № 133/2017; Lei № 463-VIII). Além disso, as forças separatistas em território ucraniano não mostravam sinais de cumprimentos dos vários documentos assinados (Golanski, 2016).

Ao mesmo tempo, Kyiv apostava no aprofundamento das relações transatlânticas, que se traduziram na assinatura de um Acordo sobre a criação de uma Zona de Comércio Livre entre a Ucrânia e o Canadá, em julho de 2016, e no reforço da cooperação técnico-militar e económica entre a Ucrânia e os EUA, em junho de 2017. A administração Trump demonstrou ainda o seu apoio aos Acordos de Minsk e facilitou um contrato entre a empresa estatal ucraniana *Tsentrenergo* e a empresa americana *XCoal Energy&Resources* para o abastecimento de carvão a preços competitivos (Secretary of Commerce of US, 2017; Lei № 1917-VIII).

Se em termos políticos, económicos e sociais a Ucrânia procurava uma equiparação ao modelo de vida europeu, em matéria de segurança e defesa o objetivo era atingir os *standards* da OTAN. Neste sentido, a administração de Poroshenko empenhou-se em reformar o setor da defesa e em modernizar o exército ucraniano. Em virtude destas alterações, nos últimos anos as forças armadas ucranianas foram quase completamente reconstruídas e capacitadas para dar resposta a potenciais ameaças externas, numa clara reação à anexação da Crimeia pela Rússia e à sua intervenção nos conflitos no leste ucraniano. A Doutrina Militar da Ucrânia, aprovada pelo Conselho Nacional de Segurança e Defesa, no outono de 2015, reflete isso mesmo ao identificar a Rússia como o principal adversário da Ucrânia e ao anunciar a intenção de abandono da neutralidade militar do país (Decreto do Presidente № 555/2015). Esta doutrina define também como estratégia a adoção da maioria dos padrões da OTAN até 2020, com vista a preparar a integração da Ucrânia nas estruturas euro-atlânticas. Estas intenções são impulsionadas pelo decreto, assinado em 2016, sobre a implementação da decisão do Conselho Nacional de Defesa e Segurança da Ucrânia – “*The Strategic Defense Bulletin of Ukraine*” –, que estabelece um programa de modernização das forças armadas e de reformas no setor da segurança e defesa, com a definição concreta das medidas a tomar e dos objetivos a cumprir para preparar a adesão da Ucrânia à OTAN. Estas medidas incluíam a criação de Forças para Operações Especiais das Forças Armadas ucranianas (criadas em março de 2017) e o aumento do investimento no setor da segurança e defesa (que se traduzia no aumento do salário dos militares que, em 2017, era de

quase 3 vezes mais em relação aos valores de 2014) (Decreto do Presidente № 73/2017; № 240/2016).

Estas reformas eram essenciais para resolver a situação, ainda tumultuosa, no leste ucraniano. Neste sentido, em janeiro de 2018, o Parlamento da Ucrânia aprovou um projeto de lei presidencial "Sobre a desocupação do Donbas". Este documento projeta oficialmente a Rússia como um Estado-agressor e define o leste ucraniano como território ocupado. Posteriormente, Poroshenko anunciou o fim da OA na região de Donbas (em funcionamento desde 2014) e declarou o início da Operação das Forças Conjuntas (OFC), que deveria permanecer ativa até que todas as cidades ucranianas fossem libertadas do invasor russo. Esta medida recebeu o apoio da administração Trump, que aprovou, em abril de 2018, o envio de armamento para a Ucrânia, incluindo *Javelin Antitank Missiles* rompendo com a postura da anterior administração norte-americana. Este acordo de fornecimento de armas representa uma vitória simbólica para a Ucrânia, já que confirma o apoio internacional à sua luta pela defesa da integridade territorial ucraniana contra a Rússia. Por seu turno, Moscovo encarou este acordo como uma afronta e como uma prática russófoba dos norte-americanos que estariam a apoiar militarmente os nacionalistas radicais ucranianos, comprometendo a estabilidade e segurança regional (Lei № 2268-VIII; Olearchyk, 2018).

Em suma, a administração Poroshenko desenvolveu e implementou um ambicioso plano de reforma em termos de política interna e externa que pretendia dar corpo ao espírito EuroMaidan. Ainda que os resultados destas medidas demorem a surtir efeitos – sobretudo tendo em conta o contexto de conflito, desestruturação governamental e falência económica que Poroshenko herdou –, destaca-se um processo que visa aproximar a Ucrânia dos padrões europeus e quebrar com o legado soviético, dimensões que têm claras implicações no processo de identificação do povo ucraniano, como analisado na próxima secção.

4.4.4. Consolidação da identidade ucraniana

O movimento EuroMaidan e a destabilização do leste ucraniano deram início a um novo período na história ucraniana. Este período está intrinsecamente ligado à consolidação da identidade

nacional, um processo impulsionado e exacerbado pelo conflito com a Rússia – vista como o agressor e ameaça à integridade territorial da Ucrânia. Com efeito, a anexação da Península da Crimeia e os conflitos armados na região de Donbas, resultaram numa transformação da percepção ucraniana sobre a Rússia, que de nação irmã passou a ser considerada como um inimigo e ameaça à sobrevivência do país. Neste sentido, este conflito despenhou um papel fundamental no processo de identificação ucraniana, sobretudo pela consolidação da sua identidade por oposição a um “outro”: a Rússia (Chepurko, 2015: 31-40).

A nação ucraniana que parecia submersa num longo processo de transição pós-soviética que, em larga medida a tinha deixado refém do apoio político e económico do Kremlin, com importantes consequências para a unidade nacional, foi capaz de reforçar a sua identidade e o sentimento de pertença a um grupo a partir dos movimentos que se iniciaram na praça Maidan. Este processo de unificação e de consolidação identitária foi ganhando força à medida que a sociedade civil se foi envolvendo nos protestos e, mais tarde no contexto da anexação da Crimeia e dos conflitos no Donbas, quando se voluntaria para ajudar as debilitadas forças de segurança ucraniana na sua missão de preservar a integridade territorial do país (Bevzenko, 2016: 112-121; Dias, 2013) – demonstrando, assim, a reunião de esforços com vista à concretização de um objetivo comum.

Este sentimento de pertença e de solidariedade nacional foi comprovado por inúmeras iniciativas da sociedade civil, que passaram pela recolha de fundos e bens alimentares em espaços públicos, mas também por inúmeras mensagens de apoio e agradecimento aos combatentes no leste ucraniano, envolvendo-a de forma clara nos eventos que se desenrolavam na região. O conflito causado pela intervenção russa, mas que refletia também diferenças e divisões internas ucranianas, no que toca às questões linguística, económica, política e religiosa, surge assim como ponto de viragem para o povo ucraniano e para o seu processo de identificação. Com efeito, foi a mobilização auto-organizada da sociedade civil e a força das suas demandas patrióticas que serviram de motor à extensiva transformação interna que foi levada a cabo pela administração de Poroshenko e apoiada por elevados níveis de confiança na sua capacidade de criar um futuro melhor para a Ucrânia (Bevzenko, 2016: 112-121).

Existem vários estudos sociológicos que suportam esta ligação entre os conflitos que eclodiram na Ucrânia, em virtude da Revolução da Dignidade, e o reforço da identidade coletiva do país.

Com efeito, a agência americana Pew Research Center (PRC) divulgou os seguintes resultados sobre a unidade nacional ucraniana no decurso de 2014:

Among Ukrainians, 77% say Ukraine should remain united, compared with 14% who think regions should be permitted to secede if they so desire. In Ukraine's west, which includes the central region around Kyiv, as well as portions of the country that border Poland, Slovakia and Hungary, more than nine-in-ten (93%) think their nation should remain unified. A smaller majority (70%) in the country's east – which includes areas along the Black Sea and the border with Russia – also prefer unity. Only in the breakaway territory of Crimea do more than half (54%) voice support for the right to secede (PRC, 2014: 8)

A Academia Nacional de Ciências – Instituto de Sociologia (ANCIS) confirma estes dados pois, segundo a sua análise sociológica, 84% dos entrevistados veem o seu futuro na Ucrânia como num país unitário, contudo 49% apoiam o fortalecimento do poder das autoridades regionais, no entanto sem alteração do seu estatuto administrativo, somente 6% preferem o caminho da federalização (Shulga, 2015: 517)

Também o Centro Rozumkova, através do projeto “Construir uma identidade comum dos cidadãos da Ucrânia nas novas condições: recursos, perspetivas e desafios”, de 2016, financiado pelo programa Matra do Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos e da Fundação Konrad Adenauer, conclui que 76% dos entrevistados em todo o território ucraniano demonstram um sentimento de pertença à sua nação, e destes 68% sentem-se responsáveis pelo destino do seu país (Centro Rozumkova, 2016: 33). Este estudo identifica 4 grandes motivos que sustentam o sentimento de pertença à nação ucraniana: 1) o heroísmo e a solidariedade das forças de segurança ucraniana e da sociedade civil na gestão dos conflitos no leste ucraniano (justificando o sentimento de pertença para 71% dos respondentes); 2) a agressão russa, a anexação da Crimeia e o apoio russo aos separatistas no leste ucraniano, que resultaram em avultadas perdas humanas e económicas (visto como motivação para o reforço do sentimento de pertença à nação ucraniana para 55% dos entrevistados); 3) o movimento EuroMaidan (com 50% das respostas a apontá-lo como justificação para o reforço da identidade ucraniana); e 4) o conflito em Donbas e as suas consequências (considerado por 49% dos respondentes como o motivo que impulsionou o sentimento de pertença à nação ucraniana) (Centro Rozumkova, 2016: 26-29).

Cerca de $\frac{3}{4}$ dos entrevistados acreditam ainda que “o forte sentimento patriótico dos cidadãos ucranianos reforça a posição do país na arena internacional” (Centro Rozumkova, 2016: 50). A ANCIS no seu estudo "Sociedade ucraniana – monitoramento das mudanças sociais" demonstra que em 2012, 43% dos entrevistados responderam que sentem orgulho por serem ucranianos, já em 2014 este indicador sobre a autoidentificação nacional ultrapassou 60% e, em 2015, subiu para os 67% (Shulga, 2015: 520). O estudo do PRC (2014: 6) verificou a opinião pública sobre o tipo da influência da UE, EUA e Rússia na Ucrânia, assim a UE surge como ator mais positivo (45% dos respondentes deram a avaliação positiva), os EUA foram avaliados por 38% como ator positivo e pela mesma percentagem como negativo, o que aponta para uma dificuldade de avaliar a postura deste ator, devido ao seu fraco envolvimento na crise ucraniana durante 2013 e 2014. No que toca à Rússia esta foi vista como ator negativo por 67% dos entrevistados. Estes dados reiteram a importância dos conflitos em solo ucraniano para o processo de construção identitária desta nação, quer pela glorificação daqueles que a defendem, quer pela diferenciação face a um inimigo comum.

No que se refere às reformas conduzidas entre 2014-16, estas são vistas por 42% dos entrevistados como sendo debilitadoras do sentimento de união ucraniana. De forma geral, os ucranianos vêm com desconfiança o papel das elites políticas e consideram que as mesmas agem mais em benefício próprio, do que em prol do bem-estar da nação. Isto justifica que 51% dos entrevistados não considerem o Presidente Poroshenko como um patriota, contra apenas 23% que defende o contrário, sendo que as personalidades que ocupam cargos políticos de destaque são percecionadas de forma semelhante. No mesmo sentido, 53% dos entrevistados não concordam com a afirmação “depois da mudança governamental em 2014 o nível de democracia e o respeito pelas liberdades sociopolíticas e direitos humanos aumentou” e 68% não consideram que as reformas feitas a partir de 2014 tenham sido feitas no melhor interesse da população ucraniana (Centro Rozumkova, 2016: 31, 32, 34).

Pelo contrário, o respeito pelas forças de segurança ucranianas e pelos voluntários envolvidos na gestão dos conflitos no leste ucraniano é visto como um importante elemento de unificação nacional, sendo que: 72% dos inquiridos concordam com a afirmação – “os militares ucranianos são atualmente o único garante da segurança dos cidadãos e da soberania e integridade territorial do Estado ucraniano”; e 71% concorda que “se não fosse a dedicação e o sacrifício pessoal dos

participantes da OA, dos voluntários, dos soldados mobilizados, então a Ucrânia já não existiria hoje”. Esta é uma opinião extremamente homogênea a nível nacional, exceto no leste ucraniano onde as opiniões concordantes e discordantes das afirmações supracitadas são mais próximas (Centro Rozumkova, 2016: 40). Esta tendência é reforçada pelo índice de confiança nas estruturas nacionais e sociais, onde se destacam elevados níveis de confiança para com as organizações de voluntariado (65%), as instituições religiosas (61%), as Forças Armadas da Ucrânia (57,2%), os batalhões de voluntários (50,0%), e os Serviço de Guarda de Fronteiras do Estado (50,7%) em comparação com os baixos níveis de confiança no Presidente e no Governo (14% ambos), no Parlamento (10%), ou ainda comparando com elevados níveis de desconfiança nos novos órgãos anticorrupção, como a Agência Nacional para a Prevenção da Corrupção (65%) (Centro Rozumkova, 2018).

Sobre a questão da nacionalidade, o mesmo estudo conclui que para os inquiridos ser cidadão ucraniano significa: “ter a cidadania e o passaporte ucraniano” (para 48% dos entrevistados); “viver na sua terra natal, onde está a sua casa, a sua família, e a sua natureza” (reunindo 45% das respostas); “a oportunidade de sentir o apoio das autoridades nacionais e ter garantias sociais adequadas” (para 41% dos inquiridos); “sentir-se parte de uma única nação ucraniana, seguir a sua cultura e tradições” (com 31% das respostas); a “capacidade de eleger o Presidente, o Parlamento, os conselhos locais e participar em referendos” (29% das opiniões reunidas); “sentir orgulho pelas conquistas do seu país e dos seus representantes em várias esferas como a economia, a ciência, a arte e o desporto” (26% das respostas); sentir “confiança de que o governo ucraniano protegerá os seus cidadãos no exterior” (para 23% dos entrevistados); “sentir-se diferente dos cidadãos de outros Estados” (para 4% dos inquiridos); e, finalmente, apenas uma percentagem residual de 1% afirmou que “sou cidadão ucraniano, mas não o quero ser” (Centro Rozumkova, 2016: 25).

O mesmo estudo demonstra que, relativamente à identificação nacional, 86% dos entrevistados se consideram ucranianos, 11% russos e 2% referiram outras nacionalidades. Os resultados nesta dimensão não são homogêneos, uma vez que 60% da população da região de Donbas é etnicamente ucraniana, enquanto que este número aumenta para cerca de 97% na parte ocidental da Ucrânia. De notar que os números referentes às pessoas que se consideram ucranianos aumentam, enquanto que a proporção de étnicos russos diminuiu, entre as camadas mais jovens

da população. Com efeito, na faixa identitária dos 60 e mais anos, autoidentificaram-se como ucranianos 81% dos entrevistados e como russos 15% dos inquiridos. Porém, na faixa etária entre os 18 e 29 anos, 94% dos inquiridos afirmam serem ucranianos e apenas 5% se reveem como étnicos russos. Isto sugere que mesmo os descendentes de russos étnicos começam a manifestar um maior sentimento de pertença à nação ucraniana, ainda que continuem a usar a língua russa e a praticar costumes tradicionais no seu quotidiano (Centro Rozumkova, 2016: 50).

O estudo do Centro Rozumkova identifica ainda alguns elementos que podem facilitar a unificação dos cidadãos ucranianos no futuro, de entre os quais se destacam: 1) a existência de uma visão comum sobre o desenvolvimento estratégico do Estado; 2) o conjunto de problemas comuns enfrentados pelos cidadãos ucranianos na atualidade; e 3) uma história comum e uma interpretação consolidada de eventos e figuras do passado histórico. Nesta lógica de unificação, elementos como a língua oficial e a existência de um inimigo comum desempenham um papel secundário. Pelo contrário, os principais motivadores de uma potencial desunificação ucraniana são associados: à questão da federalização do país (33%); à união militar com a Rússia (32%); à integração na OTAN (31%); à desistência da reunificação da Península da Crimeia e atribuição de um estatuto especial para os territórios ocupados em Donbas (31%) (Centro Rozumkova, 2016: 54-58).

4.5. Considerações finais

O presente capítulo debruçou-se sobre o processo de consolidação da identidade ucraniana ao longo dos últimos cinco anos marcados pelo conflito com a Federação Russa. Primeiramente, analisamos o contexto micro e macro que precedeu o marco da viragem – o movimento EuroMaidan e a Revolução da Dignidade – que surge como primeiro momento de conflito que demonstra, que a intensificação da violência se repercutiu numa maior união do povo ucraniano. A determinado momento a praça Maidan passa a simbolizar o renascimento do *Sich*, que representa para os ucranianos um modelo de progresso político (demostrada pelos *Hetmans*) e o berço da liberdade de opinião e de escolha do seu destino, tal como o *Sich* representava para os cossacos. O sentimento identitário une a nação em torno de um objetivo e uma ideia comum,

dando início a uma profunda transformação identitária, pois cada um individualmente começa a sentir a responsabilidade conjunta pelo destino do seu país.

Já o governo interino pós-Maidan inaugura um novo vetor de orientação política que demonstra uma clara ruptura com o regime precedente. Foi uma vitória que uniu a nação ucraniana e permitiu abrir portas para novas elites políticas, orientadas para a integração europeia e parcerias estratégicas com os atores ocidentais.

Verificamos também que a anexação da Crimeia representou o início de uma nova etapa no que toca à consolidação da identidade ucraniana, pois marcou o início do conflito armado no leste do país. Este momento, marcado pela ingerência russa e pela reação dos povos tártaro e ucraniano, atraíram as atenções da comunidade internacional. Assim, este conflito permitiu, simultaneamente, reforçar a diferenciação da identidade ucraniana em relação a um inimigo externo – a Rússia – e consolidar a segurança ontológica da mesma com a comunidade internacional a desempenhar o papel de agente legitimador do caráter único e independente da identidade ucraniana face à identidade russa. O conflito no Donbas reforçou este processo identitário ao contribuir para uma vaga de voluntariado que envolveu a população civil no conflito, movida pelo sentimento de união e unificada pelo patriotismo. Além disso, a crise no Donbas repercutiu-se no programa estratégico e no conjunto de políticas internas que confirmaram o rumo do país e moldaram legalmente certas componentes identitárias, como a língua e a educação.

Neste sentido, o capítulo analisou a política interna da administração de Poroshenko para destacar um vasto leque de reformas no âmbito do combate à corrupção, da reforma do sistema judicial, e da des-oligarquização e descentralização do poder, assim como da modernização do setor de segurança – reformas direcionadas para o fortalecimento da ideia nacional através da construção de uma “nova Ucrânia” exigida pelo movimento EuroMaidan. No plano internacional, o Presidente procurou resolver os conflitos no Donbas e apostou na diplomacia para canalizar e consolidar o apoio internacional ao povo ucraniano, o que resultou na assinatura de importantes acordos estratégicos como: o AA com a UE, a União de Livre Comércio com o Canadá, o apoio militar e económico dos EUA, o Acordo de Livre Circulação de Pessoas com a UE, entre outros. Contudo, os estudos sociológicos analisados registam elevados níveis de desconfiança relativamente às elites políticas ucranianas, bem como às novas estruturas

direcionadas ao combate da corrupção, por exemplo. Isto prende-se sobretudo com a discrepância entre o que foi prometido pelos governantes pós-Maidan e a morosidade em sentir os efeitos das profundas reformas empreendidas. Por outro lado, constata-se que as estruturas ligadas ao setor de segurança (Forças Armadas da Ucrânia e voluntários) conquistaram elevados índices de confiança popular, principalmente devido ao seu envolvimento no conflito no Donbas, que apesar de persistir foi travado e estabilizado.

Estes estudos sociológicos confirmam também a transformação da perceção ucraniana sobre a Rússia, que passou a ser considerada como um inimigo e ameaça à sobrevivência do país. Os estudos demonstraram, igualmente, que apesar das diferenças e divisões internas da sociedade ucraniana, uma maioria absoluta dos entrevistados vê o seu futuro na Ucrânia, como um Estado unificado. O conflito, primeiramente interno, que deu origem à Revolução da Dignidade, e num segundo momento externo, marcado pela intervenção militar russa em território ucraniano, fortaleceu o sentimento de pertença à nação, assim como a consciencialização da responsabilidade da população pelo destino do seu país. Estas dinâmicas não podem ser dissociadas do conflito em curso no país, e da resposta da sociedade ao mesmo, nomeadamente a atuação das forças armadas e o voluntarismo da sociedade civil. Estes constituem os principais motores da união nacional ucraniana, podendo concluir-se que a estrutura do conflito afetou os agentes e a sua identidade. Por outro lado, os dados referentes às transformações políticas apontam para uma dinâmica inversa, quando os agentes, através dos seus comportamentos, desafiaram as normas e práticas da estrutura política que reagiu com um conjunto de novas leis e doutrinas para determinar uma nova direção estratégica para o país.

Sobre a questão da nacionalidade é visível que a nova geração de ucranianos, desprovida de memória histórica soviética, valoriza como elementos identitários não só o vínculo jurídico e formal – como o passaporte –, mas principalmente o vínculo cultural, nacional e emocional, traduzido em normas, história e tradições.

Por fim, tendo em conta os elementos que podem facilitar a unificação dos cidadãos ucranianos no futuro e os principais motivadores de uma potencial desunificação, pode-se concluir que o processo da formação identitária dos ucranianos é acompanhado por uma dupla diferenciação: 1) interna – entre o povo ucraniano e as elites políticas (vista como não patriótica); 2) externa – entre a identidade ucraniana e a identidade russa. Esta dupla diferenciação aponta para a

necessidade de repensar determinados vetores estratégicos do atual rumo político, nomeadamente a integração na OTAN e o repensamento do passado histórico, de forma a prevenir uma futura contestação por parte dos agentes sociais.

CONCLUSÕES

O presente trabalho foi dedicado ao entendimento do processo de construção da identidade nacional em contexto de violência armada, através da consideração da dinâmica de co-constituição entre a identidade e o conflito. Em resultado da aplicação da lente construtivista no contexto do atual conflito russo-ucraniano foi possível comprovar o argumento sobre o papel central da identidade no mosaico histórico de uma nação, que leva as pessoas para revoluções e conflitos e, ao mesmo tempo, constrói-se através e durante processos turbulentos como estes.

Quando aplicada à relação entre a identidade e o conflito na Ucrânia, a abordagem construtivista permitiu olhar com maior abrangência para as dinâmicas de política interna ucraniana, para o seu contexto internacional e para a importância histórica das relações entre a Ucrânia e a Rússia, para perceber a profundidade dos processos de construção identitária ucraniana. Desta forma, foi possível ver que a dimensão histórica e simbólica – pautada por inúmeros conflitos de identidade e de interesses – não pode ser desconsiderada na análise da atualidade ucraniana.

A sucessiva construção de instituições e formas de organização políticas resultou no surgimento de novas práticas e identidades sociais – primeiro durante o período do *Sich* dos Cossacos, mas também no seguimento da Revolução da Dignidade. Estas dinâmicas, mais que encaradas como dados adquiridos, devem ser desnaturalizadas e contextualizadas, pois constituem marcos históricos na criação identitária ucraniana que resultam da interação de variados fenómenos de índole política, social e económica. Neste processo de desnaturalização e análise contextual, verifica-se que ao longo da sua história a nação ucraniana procurou dotar-se de agência para se afirmar como ator soberano e independente e ter a capacidade de responder a dinâmicas estruturais. Exemplos deste processo de reforço de agência podem ser associados à própria independência da Ucrânia, mas também ao movimento revolucionário EuroMaidan e à unificação nacional que se intensificou com este evento, demonstrando que a população ucraniana tem voz e capacidade de agir para transformar estruturas internas – com as extensas reformas político-sociais que foram exigidas aos novos representantes políticos – e externas – com a capacidade de atrair um maior apoio internacional ao processo de transição interna ucraniana e à gestão do conflito com a Rússia.

A abordagem construtivista possibilitou igualmente olhar para as construções e entendimentos sociais internos e a forma como os mesmos se relacionam com o contexto global. Assim, por um lado, um certo entendimento da população ucraniana no que toca à assinatura do AA com a UE, reflete não apenas uma opção económica, mas também uma escolha identitária associada aos valores europeus que foi recusada por Viktor Yanukovitch gerando um forte descontentamento popular. Por outro lado, a perceção russa do movimento EuroMaidan, interpretado como um golpe de Estado ilegítimo, em articulação com as dinâmicas internas ucranianas, resultou naquilo a que Richard Sakwa (2015) identificou como uma das maiores crises europeias contemporâneas. O que aqui fica claro é que as estruturas intersubjetivas e as matrizes de significados são construções sociais com um papel crucial para a formação dos interesses e das identidades coletivas, o que, por seu turno, desencadeia uma nova interpretação das estruturas materiais.

Neste contexto, a crise ucraniana repercutiu-se num clima de insegurança física e ontológica do Estado, que conduziu a um momento de consolidação identitária. A cristalização da ameaça e o estado de conflito resultou numa clara identificação do inimigo russo – de um “outro” que serviu de pilar para o fortalecimento do nacionalismo, patriotismo e diferenciação da identidade ucraniana. O movimento EuroMaidan, que inicialmente era uma manifestação pacífica, desenvolveu toda uma dimensão social que se traduziu num processo de redefinição de regras e instituições, levando assim à transformação da estrutura estatal ucraniana. Esta realidade, permite-nos verificar que o processo de formação identitária dos ucranianos, considerando o contexto histórico atual, é acompanhado por uma dupla diferenciação: 1) interna – entre o povo ucraniano e a elite política (vista como não patriótica); e 2) externa – entre a identidade ucraniana e russa. Isto confirma ainda a premissa construtivista de que os agentes e os seus comportamentos são cruciais no processo de construção identitária.

A questão discursiva e linguística também ocupa uma posição de destaque no caso analisado. Por um lado, a discussão em torno da língua oficial é constantemente levantada na realidade ucraniana devido à diversidade linguística e étnica do país, sendo cada vez mais confrontada com a língua russa e o dilema de uma língua única ou a opção de duas línguas oficiais do país – o ucraniano e o russo. Por outro lado, o peso das práticas discursivas teve um papel importante na retórica russa, principalmente para a legitimação da sua intervenção na Crimeia e na região

do Donbas, introduzindo o argumento da necessidade da defesa da população russófona no espaço pós-soviético. Já no plano nacional ucraniano, o Presidente Poroshenko proclamou oficialmente a Federação Russa como o país agressor e ocupante, o que foi marcante na identificação discursiva do “outro” – o inimigo por oposição ao qual há uma demarcação da identidade ucraniana. No âmbito discursivo, é igualmente relevante analisar os *slogans* do movimento EuroMaidan e o seu contributo para a consolidação da identidade do país. O primeiro *slogan* usado – “Ucrânia é Europa!” – reflete a opção europeia dos ucranianos. Num segundo momento, depois da violenta resposta das forças de segurança fiéis a Yanukovitch, o *slogan* – “Prisão para o agressor!” reflete uma nova dinâmica de contestação da estrutura vigente e da exigência de mudança. Por último, a recuperação dos lemas nacionalistas do tempo de Stepan Bandera – “Glória para a Ucrânia! Glória para os heróis!” – reflete um regresso ao passado de forma a restaurar na memória nacional o orgulho e a resistência da nação ucraniana perante agressores externos.

Neste sentido, o Construtivismo permitiu também incluir nesta análise as dimensões histórica e cultural que acompanham a construção das identidades. No caso ucraniano, verificamos que, desde o século XVII, com experiência do tratado de Pereiaslav, a Ucrânia olha com desconfiança para os acordos celebrados com a Rússia. Esta desconfiança foi agravada durante o período soviético – um marco na história das relações entre os dois países –, que reforçou a necessidade de uma análise cautelosa das alianças com o seu vizinho mais poderoso e nação irmã – a Rússia. Já no período da independência, aquando da discussão da desnuclearização da Ucrânia, é acordado o Memorando de Budapeste, que não foi respeitado pela Rússia, que não se imiscuiu de intervir direta ou indiretamente nos países do espaço pós-soviético, como sucedeu na Geórgia, em 2008, e na Ucrânia, em 2014. Apesar de a anexação da Crimeia ter tentado seguir as normas internacionais, em respeito da autodeterminação dos povos e do plebiscito popular via referendo, sugerindo uma transição legítima, a análise da história das relações entre a Rússia e a Ucrânia, bem como práticas históricas do povo indígena da Crimeia – os tártaros –, sugere a necessidade de uma análise mais cautelosa através da desconstrução dos resultados do referendo da Crimeia e da narrativa oficial que os acompanhou. Para tal é crucial contextualizar as relações entre os atores, de forma a entender as suas matrizes de significados e as identidades. Destaca-se que o povo tártaro possui uma longa história de independência legal e principalmente cultural, que especialmente durante o período soviético viveu uma forte onda de repressão por parte do

governo de Moscovo que marcou a sua percepção cultural e a consciência nacional, tornando difícil a sua voluntária integração na Federação Russa, o que sugere que a anexação da Crimeia foi na prática uma ocupação por parte de Moscovo.

Desta forma, percebe-se a associação intrínseca entre a identidade e a história e como a primeira se encontra em constante transformação, a qual se acentua a gradual diferenciação do “eu” em relação ao “outro”. Esta associação fica clara com a revisitação histórica da nação ucraniana que, como vimos, tem as suas raízes no Principado de Kyiv, mas que continua a estar presente no sistema político pós-Maidan, em particular, em medidas como a *decomunização* e a reforma do sistema político e governamental do país, através da reestruturação política, económica, judicial e social da Ucrânia, bem como o reforço da sua escolha europeia.

Com a nova narrativa dos mitos históricos, a consolidação da identidade ucraniana pretende determinar os principais eixos de um processo de identificação: 1) definir quem nós somos para nós próprios; 2) identificar quem são os outros por oposição ao que nós somos; e 3) dizer aos outros quem somos. Com a Revolução da Dignidade, este processo foi intensificado por um conjunto de reformas internas, como a descentralização e limpeza do aparelho de Estado, de forma a definir os alicerces da identidade corporativa segundo os moldes europeus. Estas reformas foram acompanhadas pela criação de uma nova postura e imagem internacional da Ucrânia. Desde as negociações sobre a desnuclearização do país no pós-independência, a Ucrânia ambicionava integrar as principais estruturas internacionais e ser vista como um parceiro digno de confiança, capaz de agir em conformidade com as normas de direito internacional e os princípios da Carta das Nações Unidas. O governo pós-Maidan reforçou este compromisso ao envolver a comunidade internacional, nomeadamente a UE, os EUA, e a OSCE, na gestão do conflito ucraniano, que ao mesmo tempo desempenhou o papel de um ator de relevância global que legitima e reconhece a identidade ucraniana como única e independente da russa, o que é crucial para a sobrevivência, consolidação e segurança ontológica da mesma.

A atual consolidação da identidade ucraniana surge assim como resposta a um momento de crise interna, que rapidamente assumiu uma dimensão internacional. Isto é ilustrativo de um processo de construção e transformação da realidade social, que resulta da conjugação de contextos variados e dinâmicas que vão do nível micro e ao nível macro, mas também das interações entre os agentes e as estruturas. Esta construção é acompanhada da necessidade de cristalizar uma

matriz de significados e memórias históricas que sirvam de base sustentável e inclusiva à identidade em consolidação.

Concluimos assim que no caso ucraniano existe uma forte relação entre conflito e identidade, num contexto de construção social historicamente contextualizado, sustentado pelo entendimento intersubjetivo de significados e ações. As crenças, as percepções, as atitudes, os símbolos e mitos que identificámos ao longo da análise permitem verificar como estes elementos guiaram os interesses e ações dos atores e foram centrais para o desenrolar da dinâmica competitiva que resultou em conflito e, por conseguinte, da transformação da identidade ucraniana e a sua associação aos os valores europeus, por oposição ao “outro” russo.

Referências Bibliográficas

Aalberts, Tanja E.; van Munster, Rens (2008) “From Wendt to Kuhn: Revisiting the Third Debate in International Relations” *International Politics*. 45(6), 720-746.

Abdelal, Rawi; Herrera, Yoshika M.; Johnston, Alastair Iain; McDermott, Rose (2006) “Identity as a Variable” *Perspectives on Politics*. 4 (4), 695-711. Disponível em: <http://www.people.hbs.edu/rabdelal/Identity%20as%20a%20Variable.pdf> [14/04/2018].

Academia Nacional de Ciências - Instituto de Sociologia (2016) *Sociedade ucraniana – monitoramento das mudanças sociais*. Kyiv.

Adler, Emanuel (1997) “Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics” *European Journal of International Relations*. 3(3), 319-363.

Alexandrov, Maxym (2003) “The Concept of State Identity in International Relations: A Theoretical Analysis” *Journal of International Development and Cooperation*. 10(1), 33-46.

Anastasiou, Harry (2009) “Encountering nationalism” in Sandole, Dennis; Byrne, Sean, Sandole-Staroste, Ingrid, Senehi, Jessica, (eds.) *Handbook of Conflict Analysis and Resolution*. New York: Routledge, 32-45.

Babets, I. (2017) “Providing Energy Security of Ukraine in Conditions of Geopolitical Transformations”. *Actual problems of international relations*, 132. Disponível em: <http://journals.iir.kiev.ua/index.php/apmv/article/download/3180/2855> [19/07/2018].

Balitcer, Natalia (2016) Crimean Tatars as an indigenous people: History questions and modern realities. Kyiv: Pylyp Orlik Democracy Institute. Disponível em: <http://idpo.org.ua/wp-content/uploads/2017/ct-book.pdf> [19/07/2018].

Balyta, Volodymyr (2014) “A Verkhovna Rada elegeu Yatseniuk como primeiro ministro da Ucrânia”, *ZAXID.NET*. Disponível em: <https://zaxid.net/verhovna-rada-obrala-yatsenyuka-premyerministrom-ukrayini-n1303520> [19/07/2018].

Barnett, Michael N. (1999) “Culture, Strategy and Foreign Policy Change: Israel’s Road to Oslo” *European Journal of International Relations*. 1 (5), 5-36. Disponível em: https://home.gwu.edu/~barnett/articles/1999_israel_ejir.pdf [14/04/2018].

BBC News (2014) “Ukraine crisis: Yatsenyuk is PM-designate, Kyiv Maidan told”. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-26359150> [19/07/2018].

BBC News (2017) “EuroMaidan como tudo começou”. Disponível em: <https://www.bbc.com/ukrainian/features-42050834> [19/07/2018].

Bercovitch, Jacob; Kremenyuk, Victor; Zartman, Willian (2009) “Introduction: The nature of Conflict and Conflict Resolution” in Bercovitch, Jacob; Kremenyuk, Victor; Zartman, Willian (eds.) *The SAGE Handbook of Conflict Resolution*. Los Angeles: Sage Publications, 1-11.

Bevzenko, L. (2015) “Social support and evaluation of prospects for volunteerism in Ukraine” in Vorona, Valeriy; Shulga, Mykola (eds.) *Sociedade ucraniana – monitoramento das mudanças sociais*, Academia Nacional de Ciências - Instituto de Sociología. Kyiv, 112-122.

Bilgin, Pinar (2010) “Identity/Security” in Burgess, Peter J. (ed.) *Handbook of New Security Studies*. London: Routledge, 81-89. Disponível em: http://www.academia.edu/3933330/_2010_Identity_Security_in_THE_HANDBOOK_OF_NEW_SECURITY_STUDIES [14/04/2018].

Bilinskyi, Oleksandr (2009) *País Moksel ou Moscóvia*. Kyiv: Editora Olena Telga, 59.

Blank, Stephen (2014), “From Eurasia with Love, American Foreign Policy Interests”, *Strategic Studies Quarterly*, 42-73. Disponível em: http://www.airuniversity.af.mil/Portals/10/SSQ/documents/Volume-08_Issue-2/Blank.pdf [19/07/2018].

Bobrov, Evgeniy (2014) “Problemas dos cidadãos da Crimeia”, *Conselho Presidencial da Federação Russa para o Desenvolvimento da Sociedade Civil e dos Direitos Humanos*. Disponível em: http://president-sovet.ru/members/blogs/bobrov_e_a/problemy-zhiteley-kryma/

Brown, Michael E. (2004) “Preface” in Brown, Michael E.; Coté Jr., Owen R.; Lynn-Jones, Sean M.; Miller, Steven E. (eds.) *New Global Dangers: Changing Dimensions of International Security*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, xi-xxv.

Bretsko, F. (2014) “The national idea, nationalism and the warriors of Ukraine”, *Boletim Científico da Universidade Uzhgorod*, série "História", nº2.

Brubaker, Rogers; Loveman, Maria; Stamatov, Peter (2004) “Ethnicity as cognition” *Theory and Society*. 1 (33), 31–64. Disponível em: http://www.sscnet.ucla.edu/soc/faculty/brubaker/Publications/24_Ethnicity_as_Cognition.pdf [14/04/2018].

Buzan, Barry; Hansen, Lene (2009) *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge: Cambridge University Press.

Buzan, Barry; Waever, Ole; De Wilde, Jaap (1998) *Security: A New Framework for Analysis*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.

Byrne, Sean; Senehi, Jessica (2009) “Conflict analysis and resolution as a multidiscipline: A work in progress”. in Sandole, Dennis; Byrne, Sean, Sandole-Staroste, Ingrid, Senehi, Jessica, (eds.) *Handbook of Conflict Analysis and Resolution*. New York: Routledge.

Carroll, Jennifer J. (2014), “This is Not about Europe: Reflections on Ukraine’s EuroMaidan Revolution”, *Perspectives on Europe*, 44(1), 8-15. Disponível em: http://councilforeuropeanstudies.org/files/Perspectives/Spring%202014/s3_Carroll.pdf [19/07/2018].

Cederman, Larks-Erik and Daase, Christopher (2006) “Endogenizing corporate identities: The next step in constructivist IR theory” in Guzzini, Stefano; Leander, Anna (eds.) *Constructivism and International Relations: Alexander Wendt and his critics*. New York: Routledge. 117-137.

Centro Rozumkova (2016) *Consolidação da sociedade ucraniana: caminhos, desafios e perspectivas*. Kyiv.

Centro Rozumkova (2018) “A confiança dos cidadãos ucranianos nas instituições públicas”. Disponível em: http://razumkov.org.ua/uploads/socio/2018_06_press_release_ua.pdf [19/07/2018].

Chepurko, G. (2015) “Cultural mentality of the ‘civilisational’ choice” in Vorona, Valeriy; Shulga, Mykola (eds.) *Sociedade ucraniana – monitoramento das mudanças sociais, Academia Nacional de Ciências - Instituto de Sociologia*. Kyiv, 31-40.

Comissão da República Autônoma da Crimeia sobre a realização do referendo geral (2014) “Resultados do referendo geral”. Site oficial do Conselho de Estado da República da Crimeia. Disponível em: <https://archive.is/bvjR6#selection-197.1-199.16> [19/07/2018].

Comitê de Defesa do Estado (1944) “Decisão № 5859cc “Sobre tártaros da Crimeia””. Moscovo. Disponível em: <http://www.memorial.krsk.ru/DOKUMENT/USSR/440511.htm> [19/07/2018].

Conquest, Robert (1991) *The Great Terror: A Reassessment*. New York: Oxford University Press. Disponível em: https://books.google.es/books?id=16l79hfKMzEC/https://www.litmir.me/br/?b=99847&p=1#selection_1 [19/07/2018].

Constituição da Ucrânia. Versão em inglês: https://www.kmu.gov.ua/storage/app/imported_content/document/110977042/Constitution_eng.doc [19/07/2018].

Cook-Huffman, Celia (2009) “The role of identity in conflict”. in Sandole, Dennis; Byrne, Sean, Sandole-Staroste, Ingrid, Senehi, Jessica, (eds.) *Handbook of Conflict Analysis and Resolution*. New York: Routledge. 19-32.

Coydash, Halia (2015) ““Decommunization” Laws: Deeply Divisive and Destined for Strasbourg”, *Krytyka*. Disponível em: <https://krytyka.com/en/solutions/opinions/decommunization-laws-deeply-divisive-and-destined-strasbourg> [16 de abril de 2017].

D'Anieri, Paul (1997) “Nationalism and International Politics: Identity and Sovereignty in the Russian-Ukrainian Conflict”, *Nationalism and Ethnic Politics*, Vol. 3. Nº 2.

Dayton, Bruce W.; Kriesberg, Louis (2009) *Conflict transformation and peacebuilding: moving from violence to sustainable peace*. London: Routledge.

Decreto do Presidente da Ucrânia Nº 73/2017 "Sobre a decisão do Conselho Nacional de Segurança e Defesa da Ucrânia de 29 de dezembro de 2016 " Sobre o Programa Estadual para o Desenvolvimento das Forças Armadas da Ucrânia para o período até 2020 " de 22 de março de 2017, *Boletim Oficial da Ucrânia* (27), p. 11, artigo 773, código 85374/2017.

Decreto do Presidente da Ucrânia Nº 155/2018 Sobre medidas urgentes para fortalecer o status do estado da língua ucraniana e promover a criação de um espaço cultural unificado da Ucrânia. Disponível em: <http://www.president.gov.ua/documents/1562018-24258> [19/07/2018].

Decreto do Presidente da Ucrânia Nº 156/2018 "Sobre medidas urgentes para reforçar o estado do estatuto da língua ucraniana e promover a criação de um espaço cultural unificado da Ucrânia", 31 de maio de 2018, *Boletim Oficial do Presidente da Ucrânia*, 19 de junho de 2018 - 2018, n º 15, p. 3, artigo 240.

Decreto do Presidente da Ucrânia Nº 240/2016 "Sobre a decisão do Conselho Nacional de Segurança e Defesa da Ucrânia de 20 de maio de 2016," Boletim Estratégico de Defesa da Ucrânia", de 6 de junho de 2016, *Boletim Oficial da Ucrânia* (45), p.15, artigo 1641, código de ato 82131/2016.

Decreto do Presidente da Ucrânia Nº 555/2015 "Sobre a decisão do Conselho Nacional de Segurança e Defesa da Ucrânia de 2 de setembro de 2015" Sobre a nova edição da Doutrina Militar da Ucrânia " de 24 de setembro de 2015, *Boletim Oficial do Presidente*, (22), p. 19, artigo 1291.

Decreto do Presidente da Ucrânia Nº 808/2014 "Sobre o Conselho Nacional de Política Anticorrupção" de 14 de outubro de 2014, *Boletim Oficial do Presidente* (41), p. 39, artigo 1736.

Decreto do Presidente da Ucrânia: Nº 5/2015 Sobre a estratégia de desenvolvimento sustentável "Ucrânia 2020"". Disponível em: <http://zakon3.rada.gov.ua/laws/show/5/2015#n10> [19/07/2018].

Decreto do Presidente da Ucrânia Nº 133/2017 "Sobre a decisão do Conselho Nacional de Segurança e Defesa da Ucrânia, de 28 de abril de 2017 "Sobre a aplicação de medidas

econômicas especiais pessoais e outras medidas restritivas (sanções)”. Disponível em: <http://www.president.gov.ua/documents/1332017-21850> [19/07/2018].

Delegação da UE na Ucrânia (s.d.) “O papel da Delegação da UE na Ucrânia” Disponível em: http://eeas.europa.eu/archives/delegations/ukraine/about_us/delegation_role/index_uk.htm [19/07/2018].

Demmer, Jolle (2012) “Identity, boundaries and violence”. *Theories of violent conflict: an introduction*. London: Routledge, 18-37.

Denisyuk, S. (2014) “Lustration in Ukraine: politico-legislative analysis” *Boletim da Universidade Nacional de Kharkiv de V.N. Karazin*; Questões da politologia, (27) 41-46.

Dias, Vanda Amaro (2013) “Construtivismo crítico: um novo olhar sobre o espaço pós-soviético e a crise na Ucrânia”, *e-cadernos ces*. Disponível em: <http://eces.revues.org/1601> ; DOI : 10.4000/eces.1601 [19/07/2018].

Dias, Vanda Amaro (2015) “As dimensões interna e internacional da crise na Ucrânia”, *Relações Internacionais*, março, 45-55.

DIF (2013) “Maidan 2013: quem participa, porquê e para quê?”, *Ilko Kucheriv Democratic Initiatives Foundation* (DIF). Disponível em: <https://dif.org.ua/article/maydan-2013-khto-stoit-chomu-i-za-shcho> [19/07/2018].

Diuk, Nadia (2014) “Finding Ukraine”, *Journal of Democracy*. Vol. 25, (3). Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/sites/default/files/Ukraine-25-3.pdf> [19/07/2018].

Dragomanov, Myhailo (1970) *Trabalhos literários e jornalísticos*. Dei, O. (eds). Kyiev: Naukova dumka, 39-68.

Dzhemilev, Mustafa (2018) na entrevista para Krym. Realiy, “Mustafa Dzhemilev: “Without the return of the Crimea, the world order is under threat”” coordenada por: Kyrillova, Ksenia. Disponível em: <https://ru.krymr.com/a/29260931.html> [19/07/2018].

Emerson, Michael; Hriptievschi, Nadejda; Kalitenko, Oleksandr; Kovziridze, Tamara; Prohnitchi, Elena (2017) “Anti-Corruption Policies in Georgia, Moldova and Ukraine”.

Disponível em: <https://crjm.org/wp-content/uploads/2017/10/Anti-corruption-policies-Georgia-Moldova-Ukraine-02.10.07.pdf> [19/07/2018].

Emerson, Michael; Movchan, Veronika (2016) (eds.) *Deepening EU-Ukrainian Relations: What, why and how?*. Kyiv: Centre for European Policy Studies, Brussels Institute for Economic Research and Policy Consulting. Disponível em: <https://www.ceps.eu/system/files/Ukraine%20e-version%20with%20covers.pdf> [19/07/2018].

Englund, Will (2013) “Russia gives Ukraine a financial lift”, *The Washington Post*. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/europe/russia-gives-ukraine-a-financial-lift/2013/12/17/b9999118-673e-11e3-997b-9213b17dac97_story.html?noredirect=on&utm_term=.185a7ccf87af [19/07/2018].

Farrell, Theo (2002) “Constructivist Security Studies: Portrait of a Research Program” *International Studies Review*. 4(1), 49-72.

Ferguson, Yale H.; Mansbach, Richard W. (1996) “The Past as Prelude to the Future? Identities and Loyalties in Global Politics” in Lapid, Yosef; Kratochwil, Friedrich (eds.) *The return of culture and identity in IR theory*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 21-44.

Fijalkowski, Jurgen (1993) “Aggressive nationalism, immigration pressure and asylum policy disputes in contemporary Germany”. *International Migration Review*. 850-869. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2546915?seq=1#page_scan_tab_contents [14/04/2018].

Fisher, Roger; Ury, William; Patton, Bruce (2005) “Não Barganhe com as Posições”, “Separe as PESSOAS do Problema” in Fisher, Roger; Ury, William; Patton, Bruce (eds.) Tradução de Ribeiro, Vera; Borges, Ana Luiza. *Como chegar ao sim: a negociação de acordos sem concessões*. Rio de Janeiro: Imago, 2ed.

Freedman, Lawrence (2014), “Ukraine and the Art of Crisis Management”, *Survival: Global Politics and Strategy*, 56(3), 7-42. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/10.1080/00396338.2014.920143> [19/07/2018].

Freire, Maria Raquel (2006) “A Revolução Laranja na Ucrânia uma democracia a consolidar”. *Relações Internacionais*, Instituto Português de Relações Internacionais (12), 49-64. Disponível

em: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri12/RI12_03MRFreire.pdf
[19/07/2018].

Freire, Maria Raquel (2008) “Relações UE-Ucrânia”. *Relações Internacionais*, Instituto Português de Relações Internacionais. Disponível em: <http://www.ipri.pt/index.php/pt/publicacoes-working-papers/working-papers/arquivo-wp/169-259> [19/07/2018].

Gabinete de Ministros da Ucrânia (2014) “Instituição legal do Instituto Ucrainiano da Memória Nacional”, № 684, 12 de novembro. Kyiv. Disponível em: <http://zakon2.rada.gov.ua/laws/show/684-2014-%D0%BF#n11> [17 de abril de 2017].

Galtung, Johan (1969), “Violence, Peace and Peace Research”, *Journal of Peace Research*. 6(3), 167-191.

Gartzke, Erik; Gleditsch, Kristian Skrede (2006) “Identity and Conflict: Ties that bind and Differences that Divide”. *European Journal of International Relations*. 12(1), 53-87.

Golanski, Robert (2016) “One year after Minsk II: consequences and progress”, 25 de maio European View, pp. 67–76. <http://link.springer.com/article/10.1007/s12290-016-0398-2> [29.11.2016].

Golenko, Valerii; Tyhonov, Viktor (2008) Severodonetsk: não haverá um ponto final. Lugansk, 184-187.

Goncharenko, V. (2000) *Hrestomatia de história e da Lei da Ucrânia*. Kyiv: Vudavnychii Dim “In Iyre”.

Gould, Harry D. (1998) “What Is at Stake in the Agent-Structure Debate?” in Kubálková, Vendulka; Onuf, Nicholas; Kowert, Paul (eds) *International relations in a constructed world*. Armonk: M. E. Sharpe, 79-97.

Greenberg, Melanie C.; Barton, John H.; McGuinness, Margaret E. (eds.) (2000) *Words over war: mediation and arbitration to prevent deadly conflict*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.

Gries, Peter Hays (2005) “Social Psychology and the Identity-Conflict Debate: Is a ‘China-Threat’ Inevitable?” *European Journal of International Relations*. 2 (11), 235-265. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.528.3800&rep=rep1&type=pdf> [14/04/2018].

Guzzini, Stefano (2000) “A Reconstruction of Constructivism in International Relations” *European Journal of International Relations*. 6(2), 147-182.

Hansen, Lene (2006) *Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War*. London: Routledge.

Haukhman, Mykhailo (2015) “The Case of Decommunization”, *Krytyka*. Disponível em: <https://krytyka.com/en/solutions/opinions/case-decommunization> [16/04/2017].

Hopf, Ted (1998) “The Promise of Constructivism in International Relations Theory” *International Security*. 23(1), 171-200.

Hopf, Ted (2002) “Identities as Social Structures” in *Social Construction of International Politics: Identities and Foreign Policies*. Moscow, 1955 and 1999. New York: Cornell University Press, 83-153.

Hrushko, O. (2013) “Problems of the Ukrainian-Russian relations in the energy sector in the reflection of high-quality media: the political aspects” *Panorama do Estudo de Politiologia*, 10. Disponível em:

Hrytsak, Yaroslav (2014) “A Revolução de valores”, in Gysev, Gleb (ed.) *#EUROMAIDAN — History in the Making*. Kyiv: Osnovy; Art Management.

Hymans, Jacques E.C. (2002) “Applying Social Identity Theory to the Study of International Politics: A Caution and an Agenda” *Paper prepared for the International Studies Association convention*. New Orleans. Disponível em: <http://www-bcf.usc.edu/~hymans/hymansSITpaper.pdf> [14/04/2018].

Jackson, Richard (2009) “Constructivism and Conflict Resolution” in Bercovitch, Jacob; Kremenyuk, Victor; Zartman, William (eds.) *The SAGE Handbook of Conflict Resolution*. Los Angeles: Sage Publications. 172-191.

Jenkins, Richard (2000) “The limits of identity: ethnicity, conflict and politics”, *Sheffield OnLine Papers in Social Research*; (2). Disponível em: https://www.sheffield.ac.uk/polopoly_fs/1.71447!/file/2jenkins.pdf [14/04/2018].

Jepperson, Roland L., Wendt, Alexander; Katzenstein, Peter J. (1996) “Norms, Identity, and Culture in National Security” in Katzenstein, Peter J. (ed.) *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. New York: Columbia University Press. 33-72.

Jervis, Robert (1976) “Perception and the Level of Analysis Problem” *Perception and Misperception in International Politics*. Princeton NJ: Princeton University Press.

Kaldor, Mary (1999) *New and old wars: organized violence in a global era*. Cambridge : Polity Press.

Kamyshev, S. (2010) (ed.) *UCRÂNIA - UNIÃO EUROPEIA: coleção de tratados internacionais e outros documentos (1991-2009)*. Kyiv: YUSTINIAN. Disponível em: <https://www.peacepalacelibrary.nl/ebooks/files/339511826.pdf> [19/07/2018].

Katzenstein, Peter J. (1996) “Introduction: Alternative Perspectives on National Security” in Katzenstein, Peter J. (ed.) *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. New York: Columbia University Press, 1-32.

Kelman, Herbert (1997) “Negotiating national identity and self-determination in ethnic conflicts: the choice between pluralism and ethnic cleansing” *Negotiation Journal*, 21(1), 327-340.

Khylko, Maksym (2015) “Acordo de Minsk II: um compromisso tático com as opções estratégicas abertas”, fevereiro. East European Security Research Initiative <http://eesri.org/2015/02/minsk-2-agreement-a-tactical-compromise-with-strategic-options-being-open-ukr/> [16.11.2016].

Korol, Dmytro (s.d.) “História do EuroMaydan: Crônicas da Revolução Ucraniana” *INSIDER*. Disponível em: <http://www.theinsider.ua/history-euromaidan/>

Kostenko, Iyrii (2015) *Historia do desarmamento nuclear da Ucrânia*. Kyiv: Iaroslaviv Val.

Kovtunovych, Tetiana; Pryvalko, Tetiana (2015) *Maidan na primeira pessoa: 45 historias da revolução de Dignidade*. Kyiv: Instituto Ucrainiano de Memoria Nacional. Disponível em: http://www.memory.gov.ua/sites/default/files/maidan_vid_pershoy_osoby.pdf [19/07/2018].

Kowert, Paul (1998) “Agent versus Structure in the Construction of National Identity” in Kubálková, Vendulka; Onuf, Nicholas Greenwood; Kowert, Paul (eds.) *International relations in a constructed world*. Armonk: M. E. Sharpe, 101-122.

Kozachenko, I. (2014) “How social media transformed pro-Russian nostalgia into violence” in Ukraine”. *Working Papers of the Communities & Culture Network+*, (4). Disponível em: http://eprints.whiterose.ac.uk/114776/1/How_social_media_transformed_pro-Russian_nostalgia_into_violence_in_Ukraine.pdf [19/07/2018].

Kratochwil, Friedrich (1996) “Is the Ship of Culture at Sea or Returning?” in Lapid, Yosef; Kratochwil, Friedrich (eds.) *The return of culture and identity in IR theory*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 201-223.

Kriesberg, Louis (2007) “The Emergence of Conflicts” *Constructive Conflicts: From Escalation to Resolution*. Lanham: The Rowman & Littlefield Publishing Group, 3ed. 53-86.

Ksionzenko, Valerii (2001) *Segurança energética como fator determinante da independência econômica da Ucrânia*. Universidade Económica Nacional de Kyiv

Kubaichuk, V. (2004) *Cronologia das questões linguísticas na Ucrânia*. Kyiv, 41.

Lapid, Yosef (1996) “Culture's Ship: Returns and Departures in International Relations Theory” in Lapid, Yosef; Kratochwil, Friedrich (eds.) *The return of culture and identity in IR theory*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 3-21.

Lapid, Yosef; Kratochwil, Friedrich (1996) “ “Revisiting the “National”: Toward an Identity Agenda in Neorealism?” in Lapid, Yosef; Kratochwil, Friedrich (eds.) *The return of culture and identity in IR theory*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 105-129.

Lei da Ucrânia Nº 1022-VIII "Sobre a emenda de certos atos legislativos da Ucrânia sobre as especificidades da declaração de propriedade, receitas, despesas e obrigações financeiras em 2016", de 15 de março de 2016, *Uriadovy Courier* (75).

Lei da Ucrânia Nº 1402-VIII "Sobre o sistema judicial e Estatuto dos Juízes" de 2 de junho de 2016, *Boletim Oficial da Ucrânia* (56), p. 9, artigo 1935, código de ato 82460/2016.

Lei da Ucrânia Nº 1682-VII // "Sobre a limpeza do aparelho de estado", de 16 de setembro de 2014, *A Voz da Ucrânia* (198).

Lei da Ucrânia Nº 1698-VII "Sobre Bureau Nacional Anti-Corrupção da Ucrânia", de 14 de outubro de 2014, *A Voz da Ucrânia* (206).

Lei da Ucrânia Nº 1798-VIII "Sobre o Conselho Superior de Justiça", 21 de dezembro de 2016, *Uriadovy Courier* (14).

Lei da Ucrânia Nº 192-VIII "Sobre garantias do direito a um julgamento justo", de 12 de fevereiro de 2015, *A Voz da Ucrânia* (35).

Lei da Ucrânia Nº 2054-VIII "Sobre a emenda de certas leis da Ucrânia sobre a linguagem de Audiovisual (Electronic) Mass Media", 23 de maio de 2017, *Uriadovy Courier* (120).

Lei da Ucrânia Nº 2145-VIII "Sobre educação", 5 de setembro de 2017, *Boletim Oficial da Ucrânia* (78), p. 7, art. 2392, código de ato 87438/2017.

Lei da Ucrânia Nº 2268-VIII "Sobre as especificidades da política estatal no que toca garantia da soberania do Estado da Ucrânia em territórios temporariamente ocupados nos distritos de Donetsk e de Luhansk" datado de 18 de janeiro de 2018, *Uriadovy Courier* (41).

Lei da Ucrânia Nº 2447-VIII "Sobre o Supremo Tribunal Anticorrupção" de 7 de junho de 2018, *Boletim Oficial da Ucrânia* de 22 de junho de 2018 - 2018, (48) p. 16, art. 1656, código de ato 90511/2018.

Lei da Ucrânia Nº 314-19 "Law of Ukraine. On the legal status and honoring the memory of fighters for Ukraine's independence in the twentieth century", 9 de abril. Kyiv. Disponível em: <http://www.memory.gov.ua/laws/law-ukraine-legal-status-and-honoring-memory-fighters-ukraines-independence-twentieth-century> [17 de abril de 2017].

Lei da Ucrânia Nº 799-VII "Sobre o programa de atividade do Gabinete de Ministros da Ucrânia". Disponível em: <http://zakon2.rada.gov.ua/laws/show/799-18> [19/07/2018].

Lei da Ucrânia Nº 1917-VIII "Sobre a ratificação do Acordo de Comércio Livre entre a Ucrânia

e o Canadá”, Informações da Verkhovna Rada da Ucrânia, de 14 de abril de 2017 (15).

Lei da Ucrânia № 3360-XII “Sobre as principais orientações da política externa ucraniana”. Disponível em: <http://zakon3.rada.gov.ua/laws/show/3360-12/conv> [19/07/2018].

Lei da Ucrânia № 463-VIII “Sobre a denúncia do Acordo entre o Governo da Ucrânia e o Governo da Federação Russa sobre o trânsito pelo território da Ucrânia de unidades militares da Federação Russa temporariamente localizadas no território da República da Moldávia”, *Uriadovy Courier* (102).

Lei da Ucrânia № 5029-VI “Sobre os Princípios da Política Estatal de Idiomas” Disponível em: <http://zakon5.rada.gov.ua/laws/show/5029-17/page2> [19/07/2018].

Libanova, Ella; Tsumbal, Oleksandr; Yarosh, Oleg; Lisogor, Larysa (2016) “The transition to the labor market of young people in Ukraine: the results of the international study "School-to-top transition surveys" in Ukraine in 2013 and 2015”. *Work4Youth Publication Series* (41). Genebra: International Labor Office.

Lytvyn, V. (2004) *Enciclopédia da História Ucraniana*. Livro 2. Kyiv: Naukova Dumka, 339. Disponível em: <http://history.org.ua/LiberUA/ehu/2.pdf> [19/07/2018].

Mansbach, Richard; Rhodes, Edward (2007) “The National State and Identity Politics: State Institutionalization and “Markers” of National Identity”. *Geopolitics* (12). Disponível em: <https://eds.b.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=1&sid=8c50e521-2a7c-4423-a244-bb953379ebff%40pdc-v-sessmgr01> [14/04/2018].

Masenko, L. (2005) *Língua ucraniana no século XX: a história do linguicídio*. Kyiv: Kyivo-Mogulianska academia. 39-43.

Memorando de Budapeste (1994). Original disponível em: <https://undocs.org/en/CD/1285> [19/07/2018].

Ministério da Energia e de Indústria de Carvão da Ucrânia (2017) “Energy Strategy of Ukraine until 2035 (draft)”. Disponível em: <http://mpe.kmu.gov.ua/minugol/control/uk/doccatalog/list?currDir=50358>. [19/07/2018].

Ministério do Desenvolvimento Regional da Ucrânia (2018) “Monitoring of the process of decentralisation of power and local self-government reform”. Disponível em: https://decentralization.gov.ua/uploads/library/file/277/Monitoryng_11.06.2018_EN.pdf [19/07/2018].

Mitzen, Jennifer (2006) “Ontological security in world Politics: state identity and the security dilemma”. *European Journal of International Relations*. (12), 341-370. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1354066106067346> [14/04/2018].

Neumann, Iver, B. (1996) “Self and Other in International relations” *European Journal of International Relations*. 2(2), 139-174.

Nye, Joseph (2004) *Soft Power the Means to Success in World Politics*. New York: PublicAffairs. Disponível em: [http://www.academia.edu/28699788/Soft Power the Means to Success in World Politics - Joseph S. Nye Jr](http://www.academia.edu/28699788/Soft_Power_the_Means_to_Success_in_World_Politics_-_Joseph_S._Nye_Jr) [29/05/2017].

Olearchyk, Roman (2018) “US approves sale of Javelin anti-tank missiles to Ukraine”, *Financial Times*. Disponível em: <https://www.ft.com/content/841b0ee4-1dfc-11e8-aaca-4574d7dabfb6> [19/07/2018].

Onuch, Olga (2014) “Who were the protesters?” *Journal of Democracy*, 14-51.

Onuf, Nicholas (1998) “título do capítulo” in Kubálková, Vendulka; Onuf, Nicholas; Kowert, Paul (eds.) *International relations in a constructed world*. Armonk: M. E. Sharpe, 58-79.

Orlenko, V. (2007) *História da doutrina do estado e da lei*. Kyiv, 63.

OSCE (s.d.) “OSCE Special Monitoring Mission to Ukraine”. *Official site* <http://www.osce.org/special-monitoring-mission-to-ukraine> [29/05/2017].

Pacichnyk, Vasyl (2007) *Ideia nacional no contexto de relações russo-ucranianas*. Lviv: SPOLOM.

Palchuk, V (2017) “Local budgets under conditions of financial decentralization” in Gorovyi, V. (ed.) *Ucrania: acontecimentos, facto, comentarios*, (6). Disponível em: <http://nbuviap.gov.ua/images/ukraine/2017/6.pdf> [19/07/2018].

Paris, Roland (2001) “Human Security: Paradigm Shift or Hot Air?” *International Security*. 26(2), 87-102.

Paton, B.; Smolii, V. (2003) *História da cultura ucraniana*. Kyiv: Naukova Dumka, 194.

Pew Research Center (PRC) (2014) “Despite Concerns about Governance, Ukrainians Want to Remain One Country”. Disponível em: <http://assets.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/2/2014/05/Pew-Global-Attitudes-Ukraine-Russia-Report-FINAL-May-8-2014.pdf> [19/07/2018].

Poroshenko, Petro (2014 a) “SPEECH OF THE PRESIDENT OF UKRAINE Petro Poroshenko at the inauguration (full text)”, *TSN*. Disponível em: <https://tsn.ua/politika/promova-prezidenta-ukrayini-petra-poroshenka-na-inavnuraciyi-povniy-tekst-353552.html> [19/07/2018].

Poroshenko, Petro (2014) “Programa pré-eleitoral do candidato ao presidente Petro Poroshenko”. Disponível em: https://programaporoshenka.com/Programa_Poroshenko.pdf [19/07/2018].

Pravda.ru (2015) “Oleg Tsarev: Novorossiysk is not yet due to Minsk agreements”. Disponível em: https://www.pravda.ru/news/expert/19-05-2015/1260461-Oleg_Tcarev-0/ [19/07/2018].

Putin, Vladimir (2014) “Address by President of the Russian Federation”. Site official. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603> [19/07/2018].

Reicher, Stephen (2004) “The Context of Social Identity: Domination, Resistance, and Change”. *Political Psychology*. 25(6), 921-945. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3792283?seq=1#page_scan_tab_contents [14/04/2018].

Reznik, O. (2016) ‘From the Orange Revolution to the Revolution of Dignity: Dynamics of the Protest Actions in Ukraine’, *East European Politics and Societies*, 30(4), pp. 750–765.

Richmond, Oliver (2006) “The Problem of Peace: Understanding the Liberal Peace” *Conflict, Security and Development*. 6(3), 291-314.

Risse, Thomas, Martin-Engelmann, Daniela; Knopf-Joachim; Hans; Roscher, Klaus (1999) “To Euro or not to Euro? The EMU and identity politics in the European Union” *European Journal of International Relations*. 2 (5), 147–87.

Rutland Peter (2015) “An unnecessary war: the geopolitical roots of the Ukraine crisis.” in Pikulicka, Agnieszka; Sakwa, Richard (eds.) *Ukraine and Russia: People, Politics, Propaganda and Perspectives*. Bristol. Uk: E-International Relations, 129-140.

Rywkin, M. (2014) ‘Ukraine: Between Russia and the West’, *American Foreign Policy Interests*, 36(2), 119–126.

Saideman, Stephen M.; Ayres, R. William (2008) *For Kin Or Country: Xenophobia, Nationalism, and War*. New York: Columbia University Press. Disponível em: https://books.google.es/books?id=WA0x14-HS1wC&pg=PA1&source=gbs_toc_r&cad=3#v=onepage&q&f=false [14/04/2018].

Sakwa, Richard (2015) *Frontline Ukraine: crisis in the borderlands*. London: I. B. Tauris.

Saltovskiy, O. (2002) *Conceções da soberania ucraniana na história do pensamento político nacional*. Kyiv: Parapan.

Savchyn, M. (2015) (ed.) *Implementation of decentralization of public authority in Ukraine: national and international aspects*. Ujgorod: TIMPANI.

Secretary of Commerce of US (2017) “Secretary Ross and Secretary Perry Hail New Coal Deal with Ukraine”. Disponível em: <https://www.commerce.gov/news/press-releases/2017/07/secretary-ross-and-secretary-perry-hail-new-coal-deal-ukraine> [19/07/2018].

Shkribniak, Mykola (2016) “*Ecclesiastic Pereyaslav*” on the Background of Unions Collision, *Political and Ideological Strategies of early modern Ukraine-Rus*. 2ed. Chernivtsi: Nashi Knygy.

Shulga, M. (2015) “Risks to the society’s integration during armed conflict” in Vorona, Valeriy; Shulga, Mykola (eds.) *Sociedade ucraniana – monitoramento das mudanças sociais*, Academia Nacional de Ciências - Instituto de Sociologia. Kyiv, 505-525.

Smith, Rogers (2004) “Identities, interests, and the future of political science” *Perspectives on Politics*. 2 (2), 301-312. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3688442?seq=1#page_scan_tab_contents [14/04/2018].

Smith, Steve (2001) “Reflectivist and constructivist approaches to international theory” in Baylis, John; Smith, Steve (eds.) *The Globalization of World Politics: an introduction to international relations*. Oxford: Oxford University Press, 224-248.

Smolii, Valerii (2014) *Crimeia: o caminho pelos séculos*. Kyiv: Instituto da História Ucraniana.

Snyder, Jack; Ballentine, Karen (1996) “Nationalism and the Marketplace of Ideas”. *International Security*, 21(2), 5-40. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2539069?seq=1#page_scan_tab_contents [14/04/2018].

State Statistics Committee of Ukraine (2001) “About number and composition population of UKRAINE by data All-Ukrainian population census'2001 data”. Disponível em: <http://2001.ukrcensus.gov.ua/eng/results/general/nationality/> [19/07/2018].

Stedman, Stephen John (2003), “Peace Processes and the Challenges of Violence”, in John Darby & Roger MacGinty (eds), *Contemporary Peacemaking: conflict, peace processes and post-conflict reconstruction* (2ª edição). Basingstoke: Palgrave, 147-158.

Stedman, Stephen John; Rothchild, Donald; Cousens, Elizabeth M., (eds.) (2002) *Ending civil wars: the implementation of peace agreements*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.

Steele, Brent J. (2008) *Ontological Security in International Relations: Self-Identity and the IR State*. Oxon: Routledge.

Supremo Tribunal Constitucional da Ucrânia (2018) “A decisão № 1-1/2018” Disponível em: <http://zakon2.rada.gov.ua/laws/show/v002p710-18/print1525014685750355> [19/07/2018].

Szeptycki, Andrzej (2014) “The European Union and the “Euromaidan” in Ukraine” Paper presented at the 8th General Conference of the European Consortium for Political Research, University of Glasgow. Disponível em: <https://ecpr.eu/Filestore/PaperProposal/b00e77b5-102b-44c7-9f51-6526eb16a2a6.pdf> [19/07/2018].

Tacy, V.; Rogozhyna, V.; Goncharenko, V. (2003) *História do Estado e da Lei ucraniana*. Kyiv: Vydavnychii dim.

UE (s.d.) “Facts and figures about EU-Ukraine relations”, Eastern Partnership. Disponível em: https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/eap_summit_factsheet_ukraine_en.pdf [19/07/2018].

Ukrstat (s.d.) “Desemprego registrado por região em 2013”, *State Statistics Service of Ukraine*. Disponível em: https://ukrstat.org/uk/operativ/operativ2013/rp/rp_reg/reg_u/zbn_2013_u.htm [19/07/2018].

Ukrstat, (2014) “Mercado de trabalho em 2013; №117/0/9.1BH-14”, *State Statistics Service of Ukraine*. Disponível em: http://ukrstat.org/uk/druk/publicat/menu/menu_u/dem/r_pr.htm [19/07/2018].

Ulianov, N. (1999) “A origem do separatismo ucraniano”. *Viche*, 12, 171.

Vogel, Toby (2010) “Yanukovitch in Brussels on first foreign trip”, *European Voice*. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/yanukovych-in-brussels-on-first-foreign-trip/> [19/07/2018].

Weldes, Jutta (1999) “The Cultural Production of Crises: U.S. Identity and Missiles in Cuba” in Weldes, Jutta; Laffey, Mark; Gusterrson, Hugh; Duvall, Raymond (eds) *Cultures of Insecurity: States, Communities and the Production of Danger*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 35-62.

Weldes, Jutta; Laffey, Mark; Gusterrson, Hugh; Duvall, Raymond (1999) “Introduction: Constructing Insecurity” in Weldes, Jutta; Laffey, Mark; Gusterrson, Hugh; Duvall, Raymond (eds) *Cultures of Insecurity: States, Communities and the Production of Danger*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1-33.

Wendt, Alexander (1992) “Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics” *International Organization*. 46(2), 391-425.

Wendt, Alexander (1996) “Identity and Structural Change in International Politics” in Lapid, Yosef; Kratochwil, Friedrich (eds.) *The return of culture and identity in IR theory*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 47-64.

Wendt, Alexander (1999) *Social Theory of International Politics*. Cambridge University Press.

Whiting, Allen S. (1983) “Assertive Nationalism in Chinese Foreign Policy”. *Asian Survey*. 8 (23), 913-933. Disponível em: <http://as.ucpress.edu/content/23/8/913> [14/04/2018].

Yablonovskyi, Dmytro; Zakharov, Artem (20 17) “Release the captured state of Ukraine” *Centro da estratégia económica*. Disponível em: <https://ces.org.ua/wp-content/uploads/2017/03/Zvilnyty-zakhopleni-derzhavu-Ukraina.pdf> [19/07/2018].

Young, Crawford (2003) “Explaining the conflict potential of Ethnicity” in Darby, J., Ginty, R. Mac, Mac Ginty, Roger (eds.) *Contemporary Peace Making. Conflict, Violence and Peace Processes*. New York: Palgrave Macmillan.

Zaharchenko, P.; Kuzmynes, O.; *História do Estado e da Lei da Ucrânia*. Kyiv: Universytet Ukraina, 85-87.

Zehfuss, Maya (2001) “Constructivism and Identity: A Dangerous Liaison” *European Journal of International Relations*. 7(3), 315-348.

Zubrytska, Natalia, 2011 “Yanukovitch: Eurointegração é uma escolha dos ucranianos”, *Zaxid.net*. Disponível em:

https://zaxid.net/yanukovich_yevrointegratsiya_tse_vibir_ukrayintsiv_n1243228

[19/07/2018].